



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**UM RECORTE EM TERRITÓRIO ARTIFICIALIZADO:
AGRICULTURA FAMILIAR E COMERCIALIZAÇÃO NA
FEIRA DOS GOIANOS - GAMA/DF**

MARIA CLARA QUEIROZ MAURICIO PIERRI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

**BRASÍLIA/DF
FEVEREIRO/2010**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**UM RECORTE EM TERRITÓRIO ARTIFICIALIZADO: AGRICULTURA
FAMILIAR E COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA DOS GOIANOS - GAMA/DF**

MARIA CLARA QUEIROZ MAURICIO PIERRI

ORIENTADOR: ANA LÚCIA EDUARDO FARAH VALENTE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

PUBLICAÇÃO: 33/2010

**BRASÍLIA/DF
FEVEREIRO/2010**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

MAURICIO PIERRI, M. C. Q. Um recorte em território artificializado: agricultura Familiar e comercialização na Feira dos Goianos – Gama/DF. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2010, 194p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

MAURICIO PIERRI, Maria Clara Queiroz

Um recorte em território artificializado: agricultura familiar e comercialização na Feira dos Goianos – Gama/DF/Maria Clara Queiroz Mauricio Pierri; orientação de Ana Lúcia Eduardo Farah Valente. – Brasília, 2010.

194 p. : il.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2010.

1. Feira livre 2. Agricultura Familiar. 3. Territorialidade 4. Gama, Distrito Federal. I. Valente, A.L.E.F. II. Título.

CDD 300

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

UM RECORTE EM TERRITÓRIO ARTIFICIALIZADO: AGRICULTURA FAMILIAR E COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA DOS GOIANOS (GAMA, DISTRITO FEDERAL).

MARIA CLARA QUEIROZ MAURICIO PIERRI

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRONEGÓCIOS, COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM AGRONEGÓCIOS.**

APROVADA POR:

**ANA LUCIA EDUARDO FARAH VALENTE, Dra. (UnB)
(ORIENTADORA)**

**MAURO EDUARDO DEL GROSSI, Dr. (UnB)
(EXAMINADOR INTERNO)**

**ARILSON FAVARETO, Dr. (UFABC)
(EXAMINADOR EXTERNO)**

BRASÍLIA/DF, 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

AGRADECIMENTOS

De maneira bastante breve, gostaria de agradecer a todos e todas que de alguma maneira colaboraram com a realização desta pesquisa.

Agradeço à comunidade do Gama, aos agricultores, agricultoras e feirantes que compartilharam comigo um pouco de suas vidas, suas dificuldades e esperanças, e me consentiram, de alguma maneira e por um momento, também fazer parte da feira.

Agradeço à minha orientadora Ana, pela amizade e apoio, e principalmente, por ter me ensinado que, de fato, todas as Ciências são Humanas. Esse aprendizado é mais profundo do que parece e é isso que carregarei para toda a vida.

Agradeço ao Francesco, pelo seu amor e paciência, pelos comentários, explicações e revisão atenta. Seu apoio foi fundamental para a realização deste trabalho.

Agradeço a Juana e a minha mãe Maria, pelo incentivo, carinho e por todos os puxões de orelha; ao meu pai, quem primeiro se inscreveu no curso de pós-graduação em Agronegócios e acabou me dando uma ideia genial.

Muito obrigada professores Mauro del Grossi e Sérgio Sauer, pela disponibilidade e pelas valiosas dicas e comentários sobre a pesquisa, muito importantes para seu desdobramento final.

Agradeço aos colegas do projeto de pesquisa¹ Rafaella, Zé Renato e Gustavo - para quem a Extensão Rural é uma paixão e um desafio.

Agradeço também aos meus amigos e amigas de Brasília - de ontem e de hoje - e aos colegas do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, NEAD/MDA.

Agradeço por fim, aos professores, funcionários e colegas do Propaga, UnB.

1 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) apóia financeiramente o projeto “Segurança alimentar e construção social da qualidade de produtos da agricultura familiar (Feira do Gama-DF), através do Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN nº 36/2007.

RESUMO

O presente estudo de caso visa problematizar as condições de vida e o contexto social vivido pelas famílias de agricultores familiares que comercializam mercadorias na Feira dos Goianos – Gama/DF. Oferece explicações sobre suas atividades produtivas e comerciais e avalia que, apesar da precariedade de condições básicas de infraestrutura e posse de capitais para o desenvolvimento de tais atividades, as famílias permanecem no ofício e não se proletarizam. Com base na feira livre, principalmente, e sem atendimento pelas políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar, os produtores feirantes são capazes de produzir e reproduzir suas condições materiais de existência. O estudo indaga sobre possíveis impactos na agricultura familiar dos processos gerais de desenvolvimento da agricultura capitalista no Centro Oeste, da urbanização e crescimento demográfico acelerados, bem como a desordenada ocupação do espaço rural do Distrito Federal, questionando de que forma tais processos podem estar impressos na Feira dos Goianos. Mantendo tais processos como pano de fundo, o estudo é uma tentativa de recuperação da história deste grupo social e da trajetória da feira. Tendo como referência a realidade empírica encontrada, realiza esforço de identificação da relevância do papel das feiras livres nas estratégias de comercialização da agricultura familiar no Distrito Federal. O propósito ulterior é a geração de indicadores que revelem possibilidades para o desenvolvimento das comunidades rurais das áreas de abrangência da feira, que possam eventualmente pautar políticas públicas comprometidas com o fortalecimento da agricultura familiar e combate a pobreza rural.

Palavras chave: Comercialização. Feira livre. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural Gama, Distrito Federal.

ABSTRACT

This case study discusses the social context and livelihood conditions experienced by small farmers' families who trade goods at a street market known as Feira dos Goianos – Gama/DF, Brazil. It offers explanations about their productive and commercial activities, coming to the conclusion that, despite the poor infrastructure and little assets to carry on such activities, families remain on the business and refuse to proletarianize. Based mainly on the street market, unattended by the range of public policies available for family farming, families are able to produce and reproduce their material conditions of existence. This study inquires about impacts on family farming caused by capitalist agriculture development in the Central West region, urbanization, fast population growth and disorganized occupation of rural spaces in Distrito Federal, asking how such processes may be printed on Feira dos Goianos. Keeping these processes as a background, the study attempts to recover the history of this social group and the history of this specific street market. Based on the empirical reality found in Feira dos Goianos, the study carried out efforts to identify the role of free markets in families' commercialization strategies in Distrito Federal. The ulterior purpose is to produce indicators and reveal possibilities to the development of rural communities near Feira dos Goianos, and may guide public policies committed to the strengthening of family farming and the combat of rural poverty.

Key words: Trade. Street markets. Family farming. Rural development. Gama, Distrito Federal.

SUMÁRIO

CAPITULO I - INTRODUÇÃO	1
1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	7
1.2. RELEVÂNCIA E PROBLEMA DE PESQUISA	18
CAPITULO II – REFERENCIAL TEORICO E METODO	21
1. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	21
2. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	34
3. METODOLOGIA.....	50
CAPITULO III - A FEIRA DOS GOIANOS	61
1. HISTÓRICO.....	61
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	69
3. ASPECTOS SANITÁRIOS.....	84
4. OS CONSUMIDORES DA FEIRA DOS GOIANOS.....	87
CAPITULO IV – AS FAMÍLIAS PRODUTORAS RURAIS DA FEIRA DOS GOIANOS..	98
1. APROXIMAÇÕES SOBRE O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FEIRA	98
2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO - BASEADO EM QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS	100
CAPITULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	163
ANEXO I.....	171
1) HISTÓRIA DE VIDA	171
2) HISTÓRIA DE VIDA	175
ANEXO II	179
EXTRATO DE HISTÓRIAS ORAIS	179
ANEXO III.....	186
ANEXO IV	190
ANEXO V	192
ANEXO VI	193
ANEXO VII.....	194

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura	Página
Figura 1. Ponte Alta e cidade do Gama.	10
Figura 2. Cidade e zona rural do Gama.	11
Figura 3.Exemplo de um canal de distribuição de hortaliças produzidas pela agricultura familiar no Brasil.	34
Figura 4. Principais produtos vendidos pelos feirantes produtores.	70
Figura 5. Barraca com produtos da agricultura familiar (legumes e mandioca minimamente processada).	71
Figura 6. Produtos da agricultura familiar: pimentas, queijo fresco, frutas, mandioca, banana, pimentão, ofertados em pequena quantidade, em uma banca improvisada.	72
Figura 7. Exemplo da estrutura de uma banca de verduras.	74
Figura 8. Um sacolão da Feira dos Goianos.	75
Figura 9. Banca de carnes.	77
Figura 10. Banca de carnes.	77
Figura 11. Áreas de venda de peixes.	78
Figura 12. Barraca de pastéis.	79
Figura 13. Aspecto da pavimentação provisória da Feira, em setembro de 2009.	80
Figura 14. Frequência de visitação à Feira dos Goianos.	87
Figura 15. Exclusividade de utilização da Feira dos Goianos para compras.	88
Figura 16. Principais motivos para comprar na Feira dos Goianos.	89
Figura 17. Principais produtos consumidos na feira.	90
Figura 18. Opinião sobre os preços praticados na feira.	90
Figura 19. Motivos para freqüentar a Feira dos Goianos.	91
Figura 20. Preferência em relação à alguma banca.	92
Figura 21.Critério para decisão entre diferentes bancas com o mesmo produto.	93
Figura 22. Significado de “qualidade” (declaratório).	94
Figura 23. Satisfação dos consumidores em relação à localização, organização e aspectos sanitários da feira.	95
Figura 24. Igreja São Francisco de Assis, construída pelos moradores do Núcleo Rural Casa Grande.	105
Figura 25. Área de produção de hortaliças. (14 hectares, Ponte Alta)	108
Figura 26. Horta de ½ hectare, no Ponte Alta.	109
Figura 27.Canteiro de cheiro verde e alface, levantado na enxada pelo produtor do Ponte Alta de Cima.	128
Figura 28.Mandioca descascada e pimenta de cheiro, in natura.	139
Figura 29 - Engenho do Sr. T.R.A., Corumbá IV.	174
Figura 30 - Engenho do Sr. T.R.A, Corumbá IV.	174
Figura 31.Formas para rapadura. Corumbá IV	175
Figura 32.Horta do produtor A.J, Ponte Alta Norte.	182
Figura 33 - Sistema de armazenamento de água para irrigação. Sr. A.J.	182
Figura 34. Viveiro de plantas. Ponte Alta.	184

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela	Página
Tabela 1. População total do Gama.	12
Tabela 2. Área Urbana e Rural do Gama.....	13
Tabela 3. Número de estabelecimentos rurais da área de abrangência da RA II.	14
Tabela 4. Produção agrícola de maior expressividade na região.	14
Tabela 5. Opções turísticas no Gama, ligadas a Zona Rural.	15
Tabela 6. Quantidade de bancas cadastradas na Cooperativa, de acordo com as categorias de produtos.	69
Tabela 7. Conjunto de produtos ofertados pela agricultura familiar na Feira dos Goianos.	72
Tabela 8. Produtos de origem animal ofertados na Feira dos Goianos.....	76
Tabela 9. Motivos para fidelização.....	92
Tabela 10. Local de produção e/ou moradia dos feirantes produtores entrevistados, em número	102
Tabela 11. Número de produtores, por tamanho da área total do estabelecimento.	107
Tabela 12. Número de produtores, por tamanho de área cultivado.	107
Tabela 13. Longevidade de produção no estabelecimento, em número.	109
Tabela 14. Condição do produtor em relação à terra.....	110
Tabela 15. Conjunto da produção nos estabelecimentos dos produtores.	112
Tabela 16. Variedade da produção.....	113
Tabela 17. Conjunto da produção de origem animal nos estabelecimentos rurais.	113
Tabela 18. Variação de volume mensal da produção, considerando o mais alto e o mais baixo.	115
Tabela 19. Custo mensal aproximado com produção.....	118
Tabela 20. Destinação da produção para o auto-consumo.....	120
Tabela 21. Classes de idades.....	121
Tabela 22. Exercício de atividades anteriores, diferentes da atual na agricultura.	122
Tabela 23. Intenção dos membros da família em continuar na atividade agrícola.	122
Tabela 24. Escolaridade dos entrevistados.....	123
Tabela 25. Mecanização.	124
Tabela 26. Caracterização do trabalho.....	126
Tabela 27. Caracterização da renda.	129
Tabela 28. Outras rendas auferidas pelas famílias, exceto a atividade na feira.....	133
Tabela 29. Composição da renda, agrícola e não agrícola auferida pelas 22 famílias de produtores, além da atividade principal na feira.....	133
Tabela 30. Detalhamento das rendas auferidas pelas famílias.....	134
Tabela 31. Alcance das políticas públicas.	135
Tabela 32. Produtos finais vendidos na Feira dos Goianos, por produtor.	138
Tabela 33. Canais de comercialização utilizados.	141
Tabela 34. Quantidade de bancas na Feira dos Goianos.....	141
Tabela 35. Longevidade na Feira dos Goianos.....	142
Tabela 36. Forma de transporte para a feira.	143
Tabela 37. Situação dos feirantes quanto ao registro da atividade e pagamento de taxas.....	144
Tabela 38. Venda em outras feiras da região.	146
Tabela 39. Principais dificuldades na comercialização.	147
Tabela 40. Frases declaratórias em relação à importância simbólica da feira para o/a entrevistado/a.....	152

SIGLAS

ATER - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
CEASA - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A.
CODEPLAN - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
DAP – DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF
DF - DISTRITO FEDERAL
EMATER - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
GDF- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
PAA - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PDL - PLANO DIRETOR LOCAL
PDOT - PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL
PGPAF - PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR
PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
PDAD - PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
SEAF - SEGURO DA AGRICULTURA FAMILIAR
SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
SUCAR - SUB-SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

EPÍGRAFE

“(…). Todo dia é dia de feira, mas sábados e domingos são mais dia de feira que os outros. E as feiras são um dos mais antigos e resistentes fenômenos da vida coletiva. Gente que se reúne para trocar ou vender o que possui e o que produz existe desde 500 anos antes de Cristo. Das feiras, surgiram as primeiras cidades (Gênova, Veneza, Piza, nasceram de entrepostos de especiarias, tapetes, sedas, pedras preciosas). Na feira, surgiu o dinheiro. A feira que estimulou a arte mambembe, os saltimbancos, malabaristas, homens engolidores de fogo, cantores, repentistas, cordelistas. Inventou o comércio, o mercantilismo, e ao fim e ao cabo, pode-se dizer que ela foi o ponto de partida para o surgimento do capitalismo.

Lucio Costa não pensou em feiras livres em Brasília. Planejou mercadinhos nas entrequadras, mas a feira nasceu junto com a Cidade Livre. O mercado Diamantina, todo em madeira, foi a primeira feira dos candangos. Um incêndio, dos muitos que aconteciam na Cidade Livre, devorou o Diamantina na década de 1970. Mas os feirantes, as rapaduras, as carnes de caça, as botinas de couro cru, cachaças variadas, vidros de pimenta, manteiga de garrafa, farinhas, raízes, chapéus de couros, vassouras de piaçava, feijão de corda, garrafadas milagrosas, banhos renovadores, biscoitos de polvilho, queijo curado, requeijão goiano – toda a mistura nordestina-goiano-mineira se transferiu, pouco depois, para o Mercado do Núcleo Bandeirante. E está lá até hoje.

A modernista Brasília teve de se render às feiras. Há, no quadradinho, mais de 40 delas, segundo pesquisa do Arquivo Público, de 2004, citada no livreto Um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília, publicado pelo Iphan/DF. São mais de 19 mil feirantes cadastrados. Toda cidade-satélite tem sua feira, exceto a moderna Brasília, com seu exagero de ordenação, a despeito de todos os muitos méritos do projeto do doutor Lucio (mas mesmo assim a cidade tem algumas feirinhas nas entrequadras e a Feira da Torre, que nasceu espontaneamente).

Cada feira tem personalidade própria. A do Núcleo Bandeirante é das comidas nordestinas e dos gansos, coelhos, galos, perus para serem abatidos em casa. A do Cruzeiro é do sambinha nos botecos, do consertador de panelas, das almôndegas picantes. A do Guará é do peixe fresco das quintas-feiras, das barracas de roupas que ganharam fama país afora, das mais de 40 variedades de pastéis. A de Ceilândia é dos quiosques de prato-feito (buchada de bode, sarapatel, dobradinha, arroz com pequi, baião de dois, mocotó), acompanhado de cerveja em copo americano.

Muda o mundo, inventam-se cidades, criam-se shoppings, digitalizam-se as relações sociais, mas as feiras continuam viçosas, democráticas, populares, abertas e livres.”

(Conceição Freitas, Correio Braziliense, 7 de março de 2009)

CAPITULO I - INTRODUÇÃO

Segundo Alves (2003), o universal é expressão do movimento do capitalismo; o singular, uma forma de realização do universal. Para o autor, “o singular é a manifestação, no espaço convencionado, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis” (ALVES, 2003, p.28).

Neste estudo, o singular é uma feira livre, que acontece na cidade satélite do Gama, DF, há pouco mais de 30 anos. O universal pode ser entendido como as configurações que o movimento geral do capitalismo imprimiu, tanto na agricultura, quanto na expansão das cidades, no espaço do Distrito Federal.

A relação que o universal estabelece com este singular é que, devido aos processos desorganizados de ocupação do espaço, a vocação produtiva do Gama foi perturbada, determinando a forma de sobrevivência material dos produtores rurais. De certa forma, esta influência se estendeu para a Feira dos Goianos, canal onde muitos produtores da região escoam suas mercadorias. A feira, que começou caracterizada pelos produtos agrícolas, se transformou em uma feira urbana. Dentro desta mesma perspectiva, viemos a constatar que o contexto urbano e socioeconômico – a falta de oportunidades de trabalho, abundância de mão de obra não-qualificada, altos índices de economia informal na região - também estão impressos nessa relação com o singular.

Histórico do Distrito Federal

O Distrito Federal é o resultado do traçado no mapa de uma área de 5.801 km² em cima de antigas fazendas de gado. Por ato administrativo, toda a terra deste perímetro passou

a pertencer à União. Esse caráter público deu uma conformação muito particular às dinâmicas territoriais e demográficas de Brasília, configurações diferentes das outras cidades no país. Por ser um território concebido artificialmente, a evolução do quadro socioeconômico do DF é também particular.

Em 1960, 70 mil pessoas compunham a população economicamente ativa do DF, sendo que 55% estavam empregadas na construção civil. Concluídas as obras de infraestrutura, a construção civil começou a deslocar suas atividades para outros empreendimentos, de menor porte, mas a capacidade de absorção de mão-de-obra foi reduzida drasticamente. Já no início dos anos 60, surgiram os primeiros problemas sociais decorrentes do desemprego no DF. (SEDUH, 1997).

A inexistência de um mercado consumidor consolidado retardou o desenvolvimento dos demais setores. O setor industrial permaneceu incipiente. Por meio de subsídios, o crescimento do setor privado foi estimulado, a fim de atender a demanda do setor público e da população urbana do Plano Piloto. Não obstante, o excedente de mão-de-obra, de baixa qualificação, não conseguiu ser absorvido. A dinamização da economia local não ocorreu. O quadro recessivo da década de 1980 trouxe impactos muito negativos ao mercado de trabalho no DF e o pequeno crescimento da economia reduziu as atividades que empregavam mão-de-obra. Nos anos 1990, a tendência foi de agravamento. A retração geral nos investimentos públicos, as reformas administrativas para a diminuição do quadro do funcionalismo, causaram outro impacto no mercado de trabalho (SEDUH, 1997). E na década de 2000, a economia local ainda é insuficiente para garantir a geração de empregos².

² Segundo dados do IBGE, a administração pública ainda é a maior responsável pelo PIB do Distrito Federal, seguida do setor de serviços. A indústria permanece incipiente e não há oportunidades de trabalho para todos. Apesar de Brasília possuir um dos PIB mais altos do país, é também uma das cidades mais desiguais. A diferença de renda entre o local mais rico, Lago Sul, e mais pobre, Itapuã, é de surpreendentes 41,4 salários mínimos.

Tal quadro econômico está refletido na sua configuração espacial e nas dinâmicas territoriais. Com fins de preservação do Plano Piloto, assentamentos em massa de populações, principalmente de baixa renda, foram transferidos para as áreas periféricas. O crescimento, desordenado, provocou um aumento da pressão urbana e da demanda, não atendida, por serviços de natureza pública (SEDUH,1997).

Dentro deste contexto, sustentamos que a atividade agrícola, relativa à produção de alimentos, poderia ter cumprido um papel mais significativo, inclusive o de preservação da integridade do território. A agricultura familiar, além de empregar pessoas no campo, contendo o êxodo rural e a favelização, é capaz de produzir de maneira eficiente, em uma pequena área, e ofertar alimentos baratos para a população urbana, escoados em circuitos curtos de comercialização, como as feiras livres. Para alcançar este tipo de desenvolvimento, teriam sido necessárias algumas decisões políticas, de caráter estruturante, acompanhadas de mecanismos e instrumentos de acesso a terra, assistência técnica permanente e fomento às tecnologias apropriadas.

No entanto, à época da construção de Brasília, simultâneos aos processos de urbanização, vinham sendo implantados outros projetos de desenvolvimento da agropecuária, em todo o Brasil, em especial na região dos Cerrados. De natureza diversa da anteriormente mencionada, tais projetos estiveram baseados em atividades demandantes de grandes extensões de terra e na intensificação do processo produtivo. Para financiar esse desenvolvimento, virtuosos investimentos públicos foram destinados a uma parcela de produtores rurais, uma espécie de motivação para ocupar as novas fronteiras agrícolas. Legitimando esse movimento, as empresas de pesquisa agrônômica estatal e de assistência técnica sugeriam o receituário, baseado no trinômio **mecanização, insumos, melhoramento genético**. Em todo o Brasil, esse modelo ditou as normas de produção.

Acompanhando esta tendência, alguns planos para o desenvolvimento das atividades agrícolas no DF foram colocados em prática. Conforme Botelho Filho (2001), a proposta de criação de um cinturão verde ao redor de Brasília deveria cumprir a função de produzir alimentos para a nova população urbana que se formava e manter protegido o Plano Piloto das invasões que o ameaçavam. Essa diretriz conduziu programas, ações e políticas diferentes, para todo o Distrito Federal e em diferentes localizações no tempo.

Não obstante as boas intenções, esse cinturão não se consolidou da forma como se esperava. Como argumenta Botelho Filho (2001), o desenvolvimento territorial e agrícola no Distrito Federal não percorreu os caminhos planejados. Este saldo pode assim ser resumido:

Brasília é o resultado de enormes investimentos públicos na região. Ela representa a interligação do território nacional. Enormes quantidades de pessoas e capitais se instalaram na região. A transformação espacial da região foi significativa. Entretanto, o desenvolvimento agrícola do Distrito Federal não foi suficiente para cumprir as finalidades planejadas de abastecimento e proteção da metrópole. A especulação e a privatização das terras podem explicar o atraso do desenvolvimento agrícola (BOTELHO FILHO, 2001. p 1)

A tese de Botelho Filho (2001) demonstra que foi a especulação e a privatização das terras que subjugou o planejamento público, deixando a metrópole ditar regras também no espaço rural. Conforme o autor, a “ordenação do espaço, antes controlada pela sociedade, foi substituída pela organização do espaço promovida pelo mercado” (BOTELHO FILHO, 2001, p. 69). Este mesmo processo ocorre em outras cidades, contrapondo diferentes interesses e representações sobre o rural e o urbano, como demonstram as teses de Pires (2004) e Miranda (2002).

Atualmente 80% das verduras, legumes e frutas vendidas e consumidas no Distrito Federal vêm de outros estados e de outros países, implicando em custos de transporte - terrestre, aquático e também aéreo - que poderiam ser economizados. Das 22.877 toneladas de produtos comercializados via CEASA, somente 5.458 toneladas são provenientes das regiões rurais do DF (CORREIO BRAZILIENSE, 2009).

Conforme a SEDUH (1997), as áreas rurais e peri-urbanas do DF sofreram acentuada desvirtuação dos planos de uso e ocupação, tendo como resultado a desorganização do território e a ilegalidade. Para a SEDUH, tal trajetória, além dos impactos profundos na estrutura social e econômica, também a disponibilidade e qualidade dos recursos naturais foram afetadas grave e permanentemente³.

Conforme o relatório da Secretaria:

a realidade fundiária no Distrito Federal, típica do Brasil, não era o objetivo explícito quando da organização do espaço agrário do Distrito Federal. A desapropriação de terras no quadrilátero da Capital tinha por objetivo conter a especulação imobiliária e promover o abastecimento da população com produtos agropecuários básicos. Inicialmente, no propósito de implantar um processo de produção rural integrado, em razão das distintas vocações zonais do território, foram dimensionados e parcelados núcleos rurais com modulações físicas adequadas a cada tipo de uso e exploração agropecuária (SEDUH, 1997, p. 7)

Apesar da existência destes planos, conforme Botelho Filho (2001), a combinação entre insuficiência e inadequação das políticas – supondo falsas dicotomias entre rural e urbano e ignorando a existência de um *continuum* – foram fatores determinantes do fracasso do plano original. Apenas as propriedades intensivas em capital, a exemplo do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PADF), que obedeciam aos ditames da modernização, obtiveram algum êxito.

Brasília não deu lugar somente aos assentamentos rurais. Conforme Botelho Filho (2001), a repressão à invasão de áreas públicas pelos migrantes pobres sempre existiu em Brasília e com o passar do tempo, as invasões com elementos urbanos na área destinada ao uso rural aumentaram muito. O transbordamento para as áreas fora do quadrilátero não foi suficiente. Paralelo aos programas de assentamento no Entorno, os antigos núcleos de

³ Uma revisão aprofundada sobre os impactos ambientais dos processos de uso e ocupação do solo no DF pode ser obtida em PAVIANI (1989) e PAVIANI (2003).

produção de hortaliças no DF rapidamente foram se tornando bairros urbanos, condomínios de classe média alta⁴ e em espaços para o turismo rural e lazer.

Conforme Botelho Filho (2001), o caos hoje visto na metrópole foi causado por uma distribuição populista e demagógica de lotes pelo governo do Distrito Federal, durante maior parte da década de 1990. Calcula-se que cerca de 180.000 famílias foram instaladas, em lotes precários, no espaço reservado para ser agrícola.

Segundo a CODEPLAN (2003), a ocupação das terras não foi acompanhada de investimentos em infra-estrutura, gerando um ciclo cumulativo de pobreza que culminou na consolidação de bolsões de miséria e em um ambiente natural degradado.

Entendemos que, dado o contexto brasileiro (e dos demais países em desenvolvimento) o Distrito Federal não poderia ficar ileso das mazelas que acometem os demais centros urbanos. Inclusive porque, diante de uma reforma agrária ainda inacabada, havia a necessidade de assentamento de milhares de pessoas - no DF ou em qualquer outro lugar - que o processo de modernização da agricultura conseguiu expulsar. Apesar disso, no DF, o processo foi muito marcante, até peculiar, devido à distribuição indiscriminada de lotes, ao caráter predominantemente público das terras, ao setor industrial incipiente e às sérias restrições no mercado de trabalho. Como saldo, uma consistente base eleitoral foi composta, conquistada pela boa vontade política, acompanhada de toda sorte de clientelismo⁵.

⁴ Conforme cita o autor, no entanto, a ocupação irregular das terras públicas por ricos não é considerada pela sociedade como “invasão”, o oposto de quando é desempenhada por pobres. (BOTELHO FILHO, 2001, p.17).

⁵ Em 2007, cerca de 26% da população do Distrito Federal habitava em loteamentos irregulares, ricos e pobres. Tais assentamentos foram conduzidos pelo crime organizado, cujos líderes eram representantes legais do povo. Conforme ao artigo **A segunda ocupação de Brasília**, do Jornal “O Globo”, a cidade patrimônio da humanidade, há cerca de 20 anos vem sendo dirigida “por um grupo de políticos que acumula riqueza e controla o poder à base da ocupação de terras públicas” (O GLOBO, 2007, p.1) Nesse artigo, o Deputado Federal Rodrigo Rollemberg revela que “em associação com o poder público, a família Passos liderou, de forma ousada e ardilosa, a máfia da grilagem. Aqui se estabeleceu o crime organizado com a conivência do poder público promovendo a maior corrupção da história do Distrito Federal. Se contarmos que foram grilados cerca de 100 mil terrenos é um

Finalmente, talvez também por ser um território criado, o planejamento territorial no Distrito Federal é complexo e peculiar. Os instrumentos legais, hoje representados na forma do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), não são capazes de solucionar os conflitos, ilegalidades e indefinições.

Tendo esse pano de fundo exposto, ainda que sem a pretensão de sermos exaustivos, passaremos agora à aproximação sobre o singular, o Gama e a Feira dos Goianos.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O espaço geográfico é moldado por vários fatores, de tal maneira que sua forma pode ser entendida como uma projeção no plano físico de uma rede de relações sociais. (BOTELHO FILHO, 2001, p. 119)

A dinâmica territorial e evolução do quadro socioeconômico do Gama acompanharam as tendências do DF. A seguinte caracterização da área de estudo⁶ tem como pano de fundo os processos ampliados vividos pelo DF ao longo do tempo.

O Distrito Federal e o Gama estão marcados pela indefinição sobre a titularidade das terras rurais. Para o setor agrícola, podemos notar dois impactos: obstáculos aos novos investimentos na produção e a insegurança da condição de posse, que ameaça os produtores rurais de serem despejados a qualquer momento.

negócio bilionário, de R\$1,8 bilhão” (O GLOBO, 2007, p.1). Os políticos envolvidos resistem a escândalos sucessivos, incluindo um processo de cassação do então Senador da República e ex-governador, Joaquim Roriz. Segundo o artigo, de certa forma, a impunidade desses políticos tem origem no apoio do seu próprio eleitorado, conquistado com a atividade ilegal. Conforme o jornal, os principais beneficiados foram Joaquim Roriz, Pedro Passos, Gim Argello, Odilon Aires e José Edimar. Todos eles foram indiciados pela Polícia Federal e Ministério Público, mas em 2009, exceto Roriz, todos estão cumprindo mandatos na Câmara Legislativa do DF. E não por acaso a promessa de regularização dessas mesmas terras ilegais estão sempre na pauta dos palanques eleitorais.

⁶ As informações desta seção foram obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e visitas aos órgãos: IBGE, Secretaria da Agricultura, EMATER Gama e Administração Regional do Gama.

A zona rural sofre uma intensa pressão urbana, causada tanto pela cidade do Gama, que não possuindo mais espaço para se expandir, avança sobre a zona rural em um ritmo acelerado, e também pela rápida expansão de novas cidades satélites como Recanto das Emas, Santa Maria, Riacho Fundo, criadas em meados dos anos 1990.

Segundo depoimentos, obtidos por telefone, de todos os presidentes de todas as associações de produtores rurais do Gama a pressão urbana, os problemas ambientais, os conflitos fundiários, a falta de organização social e a não abrangência de políticas públicas na região são os principais fatores limitantes das atividades agrícolas, produtivas e comerciais.

Histórico e caracterização física do Gama

Segundo a Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais, a origem do Gama está vinculada a uma grande área de fazenda de mesmo nome e de outras três fazendas goianas: Alagado, Ponte Alta e Ipê. O nome “Gama”, que também é dado a um ribeirão e a um platô na região, supõe-se ser homenagem ao padre Luís da Gama Mendonça, que ali viveu em meados do século XVIII (GDF/SUCAR, 2008).

As terras da Fazenda Gama, de propriedade das tradicionais famílias Roriz e Meireles, eram pertencentes ao município de Luziânia e ficaram incluídas no polígono que determinou o que seria então o Distrito Federal. A desapropriação foi conduzida pela Comissão Goiana de Cooperação para a mudança da Capital do Brasil, e a transferência do domínio particular para o Poder Público foi concluída em 1958 (CODEPLAN, 2006; GDF/SUCAR, 2008).

Próximo à sede da fazenda Gama foi construído o Catetinho, local onde o presidente Juscelino Kubistchek ficava hospedado no período da construção da capital. Em 1960, começou a se formar o povoamento. A cidade do Gama foi fundada em 1966, para acolher as famílias de invasões de diversos pontos da capital (CODEPLAN, 2006; GDF/SUCAR, 2008).

Clima

O clima é Tropical - **Aw** e Tropical de Altitude - **Cwa** e **Cwb**, segundo a classificação de Köppen. É o mesmo do Distrito Federal, que se caracteriza por dois períodos distintos: um seco, no inverno, de Maio a Setembro, e outro chuvoso, no verão, de Outubro a Abril, com precipitação pluviométrica anual que excede 1.500 mm. A temperatura média anual é de 23° C. Setembro e Outubro são os meses mais quentes; Junho e Julho, os mais frios. A umidade relativa média anual é de 55%, e nos meses mais secos, Julho e Agosto, este valor cai para 18% (GEPLAN, 2008).

Geomorfologia e Pedologia

O relevo da região é suave plano e suave ondulado e possui um grande vale, o Vale do Tamanduá. As variações altimétricas do relevo, de acordo com Atlas do Distrito Federal da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (GEPLAN,2006), apresentam níveis correspondentes a: 1) Superfícies planas, nas cotas acima de 1.200 m, sendo 1.271m a altitude máxima aproximada, com cobertura vegetal predominante de Cerrado e Cerradão; 2) Superfície, nas cotas de 1.000 a 1.200 m, coberta por cerrado ralo, cerrado, cerradão e algumas manchas de mata ciliar; 3) Superfície, nas cotas inferiores a 900 m, com a cobertura de cerrado ralo, mata sub-caducifólia e algumas manchas de mata ciliar.

A cidade está localizada na cota mais elevada, enquanto que boa parte da zona rural é localizada na parte mais baixa, conforme demonstra a Figura 1. A figura ilustra uma propriedade localizada no Núcleo Rural Ponte Alta, cujo acesso é feito pela rodovia DF 290, que acompanha um longo declive desde a cidade até a cota inferior.

Esta conformação natural impõe uma dificuldade para a expansão direta da cidade do Gama. Esta área de declive da DF 290, próxima a estação de tratamento de água e esgoto da CAESB, era zona de extração de cascalho laterítico e hoje é Área de Preservação Permanente (APP). A declividade natural, somada a retirada da cobertura vegetal e do cascalho, criou um processo erosivo acentuado (PDL, 1997).



Figura 1. Ponte Alta e cidade do Gama.

A Figura 2, a seguir, é uma imagem de satélite da região, que mostra a adjacência entre a zona rural e a cidade do Gama.

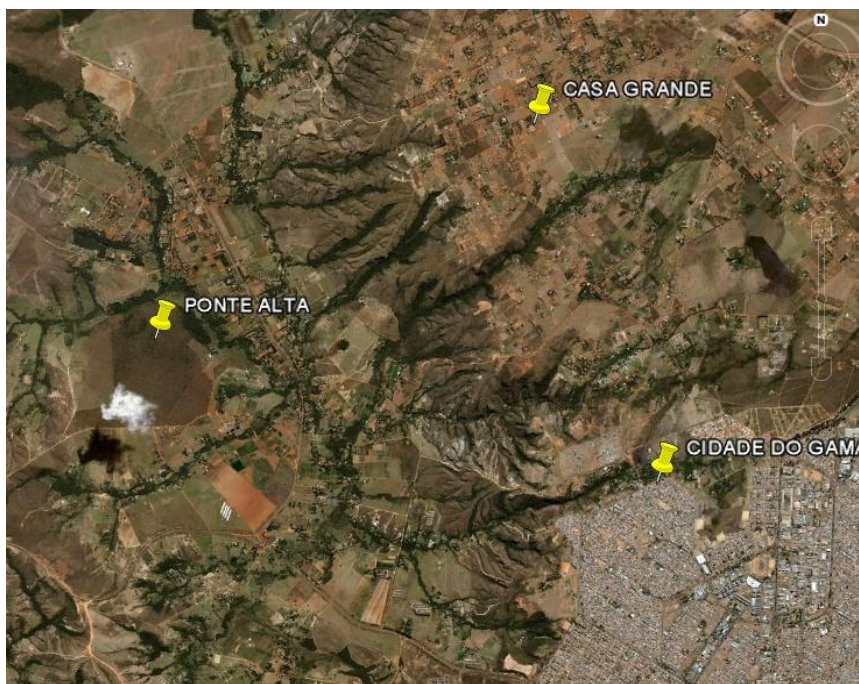


Figura 2. Cidade e zona rural do Gama.

Pedologia

Os solos são ácidos e com baixa fertilidade, em sua maioria. Predominam solos com horizonte B dos tipos câmbico, latossólico e textural e algumas manchas de solo hidromórfico . Em pequena quantidade, encontramos solos aluviais, situados nas baixadas à beira dos ribeirões e córregos (GEPLAN,2008).

Recursos hídricos

A zona rural está compreendida na bacia hidrográfica do ribeirão Ponte Alta e do Rio Melchior. A região é rica em recursos hídricos, com uma bacia de alta capacidade de captação e a rede de drenagem muito ramificada. Os principais rios e córregos são: Rio Ponte Alta, Córrego Barreiro, Córrego Ponte de Terra, Córrego Monjolo, Ribeirão Alagado e Córrego

Crispim. Na região do Córrego Monjolo, próximo ao Recanto das Emas, há uma extensa área de solos hidromórficos, onde brotam veredas e nascentes.

A despeito dessa riqueza de atributos naturais, grande parte dos rios e córregos do Gama se encontra em avançado estágio de degradação. Toda a região foi impactada ao ter servido por muito tempo como depósito de efluentes poluidores, agrícolas, urbanos e industriais. Os exemplos mais graves são: o despejo de esgoto in-natura da Caesb no Rio Ponte Alta, que impediu a produção agrícola local e causou a morte de animais que o utilizavam para dessedentação; o despejo de efluentes industriais no Córrego Crispim; lançamento de cargas poluidoras no Córrego Alagado, causando a degradação dos recursos naturais da Reserva Ecológica do Gama e do Parque Recreativo do Gama, conhecido com “Prainha”, o primeiro parque do Distrito Federal.

Segundo o documento técnico do Plano Diretor Local (PDL) de 1997, a nascente do Córrego Ponte de Terra e Olho D’água abastece a cidade de água potável, porém

está ameaçada pelo aumento populacional, indiscriminado, e a conseqüente impermeabilização do solo nas áreas próximas à EPCT 001, DF 475 e DF 480. Devido a grande especulação imobiliária, a área possui várias ocupações inferiores a 2 ha e mesmo a maioria das que possuem esta parcela mínima, tem finalidade urbana (lazer e residência) estando localizada dentro do polígono das bacias de captação dos córregos Ponte de Terra e Olho D’água (PDL, 1997, p. 22.).

Gama, cidade e fazenda

A população do Gama está concentrada nas áreas urbanas, como mostra a Tabela 1, onde está disponível a maior parte da infraestrutura pública.

Tabela 1. População total do Gama.

Ano	População		
	Urbana	Rural	Total
2000	121.601	7.836	130.580

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000)

A área total da região administrativa é de 276.36 km², sendo 15,37 km² referentes à zona urbana e o restante, 260.97 km², à zona rural⁷, como mostra a Tabela 2. Nesta área rural está registrado um histórico importante de produção agropecuária que, ao longo do tempo, sofreu muitas transformações.

Tabela 2. Área Urbana e Rural do Gama

Área (km ²)	Urbana	Rural	Total
	15,37	260,97	276,34

Fonte: Administração Regional do Gama

De acordo com o PDL (1997), a área rural do Gama tem vocação para a agricultura, horticultura, suinocultura, avicultura e piscicultura. No entanto, segundo o documento, a vocação carece de estímulo, que deveria se dar pela assistência do governo, respeito ao meio ambiente e ocupação do território com pequenas propriedades, entre outros (PDL, 1997).

O escritório da EMATER no Gama mantém um cadastro dos estabelecimentos rurais⁸ que atende, contendo dados sobre a produção, entre outros. Os dados são processados em um *software* especialmente desenhado para tal. De acordo com a Emater, são 1.242 estabelecimentos rurais produtivos na zona rural do Gama⁹. Estes dados se encontram na Tabela 3.

⁷ Por se tratar de uma Região Administrativa e não um município, os dados, inventários e levantamentos estatísticos da zona rural do Gama são limitados ou defasados. A Administração Regional é a principal fonte de dados. A justificativa de uma funcionária da Administração Regional por não possuir dados precisos sobre a zona rural se deve a realidade de que a grande maioria dos estabelecimentos rurais é irregular. Somado a isso, os dados sobre estrutura fundiária do INCRA, Censo Agropecuário do IBGE e PNAD os quais a pesquisa teve acesso, se referem ao Distrito Federal como um todo e diferentemente dos municípios, esses levantamentos não chegam ao nível da Região Administrativa, empobrecendo a quantidade e qualidade de dados locais. Seguindo essa tendência, também não foram encontrados dados sobre assentamentos da Reforma Agrária ou dados sobre contratos do PRONAF, específicos do local. O Sistema de Informações Estatísticas do DF (SIEF) organizado pela CODEPLAN, no que tange a agropecuária e situação fundiária, além de utilizar dados de 1998, não chegam no nível de região administrativa. Já a PDAD se refere somente à área urbana.

⁸ Apesar de algumas tentativas, não conseguimos obter da EMATER o acesso aos dados desse sistema.

⁹ Os critérios utilizados para essa classificação não são conhecidos.

Tabela 3. Número de estabelecimentos rurais da área de abrangência da RA II.

Tipo de estabelecimento	Nº de produtores
Produtores familiares	356
Produtores patronais	886
Total	1242

Fonte: EMATER Gama.

A Tabela 4 traz o quadro da produção rural de maior volume do Gama. Os dados são da Administração e estão baseados em valores de 2005.

Tabela 4. Produção agrícola de maior expressividade na região.

Produto	Área (ha)	Produção (t/ano)
Milho	470	1.895
Soja	285	744
Feijão	148	241
Alface	91	2.170

Fonte: Administração Regional do Gama, (2005).

Segundo a Administração Regional, a região possui vários estabelecimentos conduzidos por pequenos produtores hortifrutigranjeiros, apesar de não especificar a quantidade. Possui dez (10) grandes produtores de hortaliças, dois (2) estabelecimentos de hortaliças processadas, dois (2) estabelecimentos de hidroponia e duas (2) fazendas de agricultura orgânica.

Sobre o processamento animal, possui quatro (4) estâncias leiteiras, dois (2) abatedouros de bovinos, três (3) abatedouros de suínos, cinco (5) granjas de frango e uma (1) incubadora de frangos. Há também produção de rãs, codornas, avestruzes e diversos estabelecimentos de piscicultura. Com respeito à agroindústria, existe a produção de embutidos, doce de leite e pamonha.

Turismo rural e ecológico

Muitas das opções turísticas do Gama estão relacionadas à zona rural, em cujos estabelecimentos há a prática de atividades agrícolas e não-agrícolas. A Tabela 5, a seguir, lista algumas destas opções turísticas e as atrações naturais.

Tabela 5. Opções turísticas no Gama, ligadas a Zona Rural.

Atrativos Turísticos	Localização
Centro de Lazer Flamboyant (Pesque Pague*)	Ponte Alta Norte, DF-475
Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças	Núcleo Rural Ponte Alta
Clube Califórnia	Córrego Crispim
Núcleo Rural Engenho das Lajes – Hotéis e fazenda Pesque Pague.	Engenho das Lajes
Hotel Fazenda Água Buriti	Ponte Alta Norte, DF-475.
Parque Ecológico do Gama *	Setor Sul, às margens da DF-290.
Pesque e Pague João Maria	Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo.
Ponte Alta de Cima e de Baixo (Rural) Hotéis-fazenda e pesque pague.	Acesso pelo Setor Sul do Gama, Rodovia 290.
Núcleo Rural Ponte Alta Norte – Fábrica de doce de leite, derivados de milho e restaurante com comidas típicas.	Ponte Alta Norte, DF-475.
Santuário Ecológico	Parque Vivencial, Setor Sul/Oeste/Ponte Alta.
Prainha: piscinas naturais, playground, restaurante (o parque está desativado)	Setor Sul do gama, sentido novo gama.
Criativo Hotel Rural	Núcleo Rural Casa Grande

* Visita para identificação de atividades não-agrícolas, típicas do novo rural.

** Visita para diagnóstico do nível de degradação dos recursos hídricos.

Zona Rural do Gama

A Zona Rural do Gama está sob responsabilidade do Serviço de Fiscalização da Zona Rural (SFZR) da Administração Regional do Gama. Os dados mais precisos sobre a região especificamente, que iremos apresentar a seguir, estão contidos em documento técnico, baseado em trabalho de campo, realizado em 1996, com fins de suporte informativo a

elaboração do PDOT¹⁰. O documento foi encontrado na Administração Regional do Gama e foi produzido pela sua Divisão Regional de Agricultura da Administração Regional.

Outra fonte de dados sobre a zona rural foi encontrada na SEDUH, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do GDF. Trata-se de estudo de impacto ambiental

de 1996, traz um relato sobre as condições gerais da zona rural do Gama. Conforme a SEDUH/ GDF:

No tocante ao meio rural, o perfil de ocupação das áreas correspondentes à Região Administrativa do Gama sofreu intensas transformações em termos de divisão territorial e uso do solo, desde a criação da capital. Como os demais núcleos rurais do DF, planejados inicialmente pelo poder público para constituir o cinturão verde de Brasília, absorvendo parte da "população excedente", os núcleos rurais do Gama vêm sendo descaracterizados gradativamente em suas funções ao intenso processo de urbanização/periferização do DF, através de programas de expansão urbana do governo e de loteamentos particulares irregulares (SEDUH/GDF, 1997, s/n de página).

Segundo este documento, os primeiros núcleos rurais do Gama foram implantados em 1960, mesmo período em que foi criado, nas proximidades do Ponte Alta, o Centro Nacional de Pesquisas de Hortaliças (CNPQ/EMBRAPA). Conforme a SEDUH/GDF (1997), para dar lugar à cidade satélite Recanto das Emas, um destes núcleos foi totalmente desativado.

Um dos mais expressivos núcleos rurais do Gama - Núcleo Rural Ponte Alta - está localizado em uma franja urbana. Nestas áreas, conforme Botelho Filho (2001) existe uma combinação de pressões que atuam sobre a agricultura, de origem metropolitana e não-metropolitana. As forças metropolitanas geram três processos: aumento da demanda de terras para a urbanização, novas oportunidades de trabalho na cidade, oportunidades de mercado para os produtores rurais. As forças de dentro da agricultura são: mudanças tecnológicas,

¹⁰ As principais discussões sobre a revisão do PDOT no Gama giram em torno da delimitação das áreas urbanas e rurais, regularização fundiária e preservação do meio ambiente. Por se tratar de uma discussão muito ampla, as questões colocadas pelo PDOT não serão aqui aprofundadas.

inovações administrativas, aumento da concorrência entre regiões, políticas governamentais, mudança nos padrões de vida, redução de terras e força de trabalho para atividades agrícolas e novas atividades agrícolas demandantes de pouca terra (BOTELHO FILHO, 2001).

Segundo o documento da SEDUH

O Núcleo Rural Ponte Alta, do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD-DF, era considerado até 1984 como o núcleo que apresentava maior índice de produção hortigranjeira, embora o nível de exploração agrícola se encontrasse aquém das possibilidades. Em 1996, as atividades produtivas predominantes no Ponte Alta, acima do ponto de lançamento do esgoto são agricultura, fruticultura, horticultura, pecuária, avicultura. Com o lançamento dos esgotos no Ribeirão Ponte Alta, tanto a área identificada como "Ponte Alta de Baixo" como a "Ponte Alta de Cima" foram prejudicadas em suas atividades, sobretudo aquelas chácaras situadas em suas margens. Durante certo período, a água poluída do Ponte Alta continuou sendo utilizada para a produção comercial em algumas chácaras, contrariando princípios elementares da saúde pública. Tal prática foi interrompida após várias denúncias, com a autuação dos produtores responsáveis (GDF/SEDUH,1997).

Outra consequência da destruição dos recursos hídricos foi a transformação de terrenos originalmente propícios à agricultura em área de pastagens. A jusante do lançamento de esgoto intensificou-se a pecuária, o que se desdobrou em excesso de oferta de laticínios e dificuldades na comercialização. Alguns pecuaristas, mais tarde, acabaram também desistindo, pois não podiam usar a água para dessedentação dos animais. Restaram na área alguns plantios de mandioca, arroz, frutas e principalmente hortaliças, cuja irrigação é feita com água de cisternas (GDF/SEDUH, 1997).

1.2. RELEVÂNCIA E PROBLEMA DE PESQUISA

Este estudo trata de uma feira livre que ocorre no Gama, Distrito Federal. A relevância do estudo das feiras livres para a pesquisa em Ciências Sociais, focada nas relações entre agricultura e sociedade, reside no fato de que estas são, por um lado, espaços de consumo que contribuem para a absorção de produtos da agricultura familiar e, por consequência, espaços cuja existência permite sua produção e reprodução social, em especial de seus estratos menos capitalizados e menos integrados na cadeia do agronegócio.

Por outro lado, as feiras possibilitam o abastecimento alimentar dos estratos pobres urbanos, em função do barateamento dos bens oferecidos pelos agricultores familiares. O barateamento dos alimentos devido à produção da agricultura familiar é importante para a reprodução das famílias urbanas assalariadas o que por sua vez, permite a manutenção de baixos salários urbanos. Nesse sentido, as feiras também podem ser vistas como um dos espaços estruturantes do *continuum* rural-urbano da contemporaneidade de um país “em desenvolvimento”, e de como o sistema de produção capitalista tem trilhado, ali, trajetórias peculiares.

Sem aprofundar o debate sobre resistência e/ou funcionalidade da agricultura familiar no contexto do “desenvolvimento”, este trabalho procura enxergar o fenômeno da persistência dos produtores da Feira dos Goianos, parte da expressão da persistência de relações não capitalistas de produção na agricultura brasileira. São famílias cuja reprodução social depende de atividades variadas tais como o assalariamento, agrícola e não agrícola, e da produção agrícola, permitindo auto-consumo e venda de excedentes.

A importância do estudo desta feira, em particular, é que, a partir da narrativa de suas origens e desenvolvimento ao longo de trinta anos, entendemos e descrevemos como os

produtores rurais ali têm perseverado apesar da predominância de feirantes não produtores e de produtos industrializados. Na forma de estudo descritivo, as feiras podem contar a história de um local, refletindo processos gerais da sociedade e contradições/conciliações entre o urbano e o rural. A história oral da Feira dos Goianos, contada por meio de entrevistas com seus protagonistas produtores, narra enfrentamentos da população rural diante da violação de suas posses por projetos de uso e ocupação do solo, capitalistas e não agrícolas.

Estes enfrentamentos têm como pano de fundo o contexto peculiar que o território atravessou, marcado por uma dinâmica desordenada. Apesar disso não ser uma prerrogativa de Brasília, afetando outras cidades brasileiras, ali os processos foram mais marcados, devido à predominância de terras públicas e a ilegalidade na sua distribuição, relacionados a interesses políticos. A natureza da Feira dos Goianos foi subvertida por essa dinâmica e, de alguma forma, sua mudança é resultado de processos de uso e ocupação da zona rural do Gama.

Diante destas colocações, temos como questões de pesquisa:

- a) Como as configurações da agricultura familiar na região do Gama podem estar relacionadas ao contexto territorial mais amplo do Distrito Federal?
- b) Tendo em vista este contexto territorial, qual o possível papel da feira livre nas estratégias da agricultura familiar, representada no universo de feirantes produtores da Feira dos Goianos?

O foco deste estudo são os produtores e produtoras rurais que comercializam produtos de origem vegetal na Feira dos Goianos, sem qualquer intermediação. O objetivo geral é o diagnóstico e sistematização de conhecimento sobre a realidade social das famílias e o entendimento do alcance do Poder Público em relação à agricultura familiar no Gama.

Neste sentido, temos como objetivos específicos:

- Resgatar a história da feira;
- Tipificar os atores sociais da feira;
- Levantar a composição das famílias, da renda e da mão-de-obra do conjunto de agricultores familiares;
- Levantar a sua situação de posse da terra e de capital;
- Levantar o alcance da ação estatal em relação a estas famílias;
- Descrever as principais dinâmicas de funcionamento da feira, arranjos, fluxos e estratégias de comércio dos agentes.

Todas estas questões se relacionam com a conjuntura atual que experimenta a agricultura familiar brasileira, desde o ambiente político e institucional, que a conforma, ao debate teórico e conceitual, que procura dar as explicações.

CAPITULO II – REFERENCIAL TEORICO e METODO

1. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Apesar de ser a principal responsável pela produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno, durante a maior parte da história brasileira a agricultura familiar foi um segmento quase inteiramente esquecido pelo Poder Público. A modernização da agricultura se deu em seu detrimento, uma vez que as políticas públicas privilegiaram aqueles mais capitalizados: a esfera produtiva de *commodities*, voltadas ao mercado internacional, com fins de correção dos desequilíbrios dos pagamentos externos do país (MATTEI, 2001; DELGADO, 2005).

Para Wanderley (1995, p.2), o conceito de agricultura familiar como categoria genérica é entendida como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Esta combinação entre propriedade e trabalho, no entanto, assume no tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais. Segundo a autora, a categoria guarda traços marcantes do campesinato, tanto por ter herdado seus problemas quanto por tentar se adaptar às exigências da modernização da agricultura, contando somente com sua própria força.

Wanderley (1999) indica que a trajetória do campesinato brasileiro¹¹, reflete o processo de desenvolvimento socioeconômico do Brasil, moldado pela conformação da agricultura às

¹¹ Agricultura familiar e Campesinato não são sinônimos. A revisão histórica e as características de um conceito e de outro, trazem implicações teóricas amplas, que aqui não serão aprofundadas. Ambas as categorias são heterogêneas e, portanto, é preciso evitar dicotomias. Vale dizer, no entanto, que o termo campesinato no Brasil parece ficar associado somente ao segmento engajado em lutas e bandeiras políticas bem definidas, principalmente da luta pela Reforma Agrária. As referências são a Via Campesina, as lutas camponesas nordestinas nos anos 1950, aparecendo como algo que tem um lugar somente no passado. Por trás desta invisibilidade, no entanto, Ploeg (2008) demonstra que no Brasil e no mundo, o campesinato é atual e onipresente, representando ao todo 1,2 bilhões de pessoas, não um vestígio, que tende a desaparecer. Para o autor, na verdade o que ocorre é uma falta de

exigências da economia colonial exportadora, pela existência de fronteiras agrícolas passíveis de posse livre e espontânea e, principalmente, pelo condicionamento econômico, social e político exercido pela grande propriedade. Quando comparado à evolução do campesinato em outros países, foi um segmento sistematicamente bloqueado, impedido de desenvolver plenamente suas potencialidades, enquanto forma social específica de produção. Relegada à margem do desenvolvimento brasileiro, o campesinato, também foi relegado a plano secundário na análise (WANDERLEY, 1995).

De acordo com Martins (2001), são ainda imaturas as ciências que tentam compreender o rural, além de estarem presas à idéias muito equivocadas sobre seu objeto. Erroneamente, as populações rurais, segundo o autor, foram sempre tratadas como “retardatárias do desenvolvimento econômico e da História, supostas ilhas de primitivismo no suposto paraíso da modernidade” (MARTINS, 2001, p. 31).

Isso ocorreu, em grande parte, porque ao invés de tentar compreender o rural como uma forma singular de inserção nos processos sociais e históricos, o interesse pelo mundo rural parece sempre se orientar pelo seu aspecto negativo, “por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade. Não por aquilo que as populações rurais eram e sim pelo que os sociólogos gostariam que elas fossem” (MARTINS, 2001, p. 31).

A sociologia rural, para o autor, ainda deve tentar se libertar de uma concepção de rural que o coloca como “um mundo degradado, um mundo pária e irrelevante, lugar do nada, lugar de humanidade residual destituída de competência histórica para afirmar-se como sujeito social e como sujeito do seu próprio destino” (MARTINS, 2001, p. 35).

Para Favareto (2007), as tentativas de promoção do desenvolvimento rural, em termos institucionais, estiveram constrangidas por ilusórias concepções do urbano, associando-o ao lugar exclusivo do progresso social.

representatividade teórica do campesinato além das referências equivocadas que indicam sua supressão (PLOEG, 2008).

Conforme o autor:

O caráter tido como residual do rural e sua associação automática à idéia de pobreza e de atraso restringem de partida as possibilidades de investimentos científicos, políticos e econômicos, o que contribui para gerar um ciclo onde esta posição marginal é sempre reforçada, seja simbolicamente, seja materialmente (FAVARETO, 2007, p.159).

Não obstante estas dificuldades, o conceito de agricultura familiar e as abordagens para conhecê-la adquiriram grande visibilidade nos últimos anos, suscitando diferentes significações do termo. Conforme observa Wilkinson (2003), foi um “investimento político e acadêmico nada desprezível” que conseguiu transformar a “pequena produção” em “agricultura familiar”.

Para Schneider (2003) essa renovação só foi possível após a democratização, uma vez que o regime militar conseguiu impor silêncio às lutas camponesas. Conforme Delgado (2009), a existência ou não de um ambiente democrático foi decisiva, tanto na construção do segmento da agricultura familiar, quanto dos conceitos que lhe deram significado. Nesta transição, ficou clara a disputa entre dois projetos políticos contraditórios - e simultâneos - aquele neoliberal e o democratizante.

Na década de 1980, os novos movimentos sociais rurais que surgiam se somaram ao fortalecido movimento sindical. Os novos movimentos trouxeram novas demandas e evidenciaram sujeitos sociais até então excluídos.

Conforme Delgado

Por exemplo, na década de 1970, o governo da ditadura militar promoveu um processo de modernização conservadora que concebeu o rural como sinônimo de agrícola e o desenvolvimento rural como idêntico à modernização agrícola, produzindo transformações socioeconômicas no meio rural que trouxeram resultados bastante penosos para os trabalhadores rurais e muito favoráveis às elites agrárias, agrícolas e agroindustriais (DELGADO, 2009, p. 3).

É na década de 1980 que começa a ser elaborada uma crítica incisiva ao modelo idealizado pela Revolução Verde, suscitando também novos significados para os conceitos de rural e desenvolvimento rural.

A partir de 1990 o Brasil, acompanhando o cenário internacional, adota uma política de liberalização comercial e de desregulação e as políticas agrícolas firmadas são totalmente desmontadas (DELGADO 2009). Por outro lado, a década de 1990 fica também marcada por fortes reivindicações dos movimentos de trabalhadores rurais, cuja pauta era a formulação e implementação de políticas públicas específicas para o segmento formado pelos pequenos produtores (SCHNEIDER, 2003).

Acompanhando este movimento, em 1996 foi implantado o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF). Três anos depois, em 1999, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão da administração Pública Federal direta, que tem como competências legais a política de reforma agrária, as ações estatais de fomento à assistência técnica e extensão rural e a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento econômico-social constituído pelos agricultores e agricultoras familiares (SIORG, 2008).

Conforme Delgado (2009), o MDA passou a ser o Ministério que se comprometeu com a consolidação da agricultura familiar, prevendo o direito ao acesso a políticas públicas e à reprodução econômica e social de agricultores/as, assentados/as da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos/as, quilombolas, indígenas, pescadores/as artesanais e aquicultores/as, seringueiros/as, povos da floresta e mulheres rurais. Categorias anteriormente condenadas à invisibilidade passam a ser beneficiários/as das políticas e dos programas do MDA.

A partir de 2003, com a instalação do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a política para a agricultura familiar vem sendo pautada pela articulação com os principais

movimentos de trabalhadores rurais e com a construção de agendas de reivindicações da sociedade civil. Este novo arranjo tem se desdobrado na destinação de um volume expressivo de recursos financeiros e na ampliação do leque de políticas públicas como: crédito, garantia de preços, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural, políticas de agro-industrialização, de agregação de valor e de geração de renda.

Em julho de 2006, foi promulgada a Lei nº 11.326, que estabelece a conceituação oficial de agricultura familiar a ser utilizada pelas políticas públicas nacionais. Representou o reconhecimento pelo Estado Brasileiro do valor econômico e social da agricultura familiar para o país e da obrigação do Poder Público, independente da alternância programática de governos, para com seu fomento. Esta institucionalização é extremamente relevante, pois consolida a agricultura familiar como um ator, legítimo, apto a disputar suas posições sobre modelos de produção e desenvolvimento.

As cadeias produtivas da produção agropecuária familiar brasileira responderam, em 2005, por 181 bilhões de reais, o que representou 9,6% PIB total brasileiro. No mesmo ano, o conjunto do Agronegócio nacional foi responsável por 27,9% do PIB (GILHOTO *et al.*, 2007).

O Censo Agropecuário de 2006 identificou 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4 % do total de estabelecimentos. Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total de estabelecimentos, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto total da produção agropecuária. 74,4 % da mão de obra rural está empregada neste segmento (IBGE,2009).

Para fins alimentares, responde pela maioria dos produtos consumidos pela população do país, oferecendo os principais itens da cesta básica nacional. A agricultura familiar responde pela produção interna de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 59 % dos suínos e

50% das aves. No caso do leite, seu principal produto, 58% vem dos estabelecimentos da agricultura familiar (IBGE, 2009).

Para GUILHOTO *et al.*, (2007), a agricultura familiar é estratégica no que diz respeito ao bem-estar geral da sociedade. No entanto, uma vez que as forças de mercado são concentradoras e centralizadoras de capital, são necessárias ações para a criação de ambientes menos hostis ao seu desenvolvimento econômico. Principalmente porque a diversidade de sistemas e estratégias produtivas (das quais resultam diferentes objetivos) pode diluir sua força.

Tratamento acadêmico do tema

Segundo Altafin (2007), o uso “operacional” do conceito de agricultura familiar deriva da necessidade de delimitação de um público alvo de políticas públicas. No meio acadêmico, um tratamento analítico e menos operacional é sugerido. A reflexão e revisão de literatura sobre o assunto alcançaram a determinação de duas vertentes. A primeira considera a agricultura familiar uma categoria nova, que surge no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas contemporâneas. No entanto, para Altafin (2007), esta categoria sempre existiu e naturalmente, evoluiu, mantendo raízes históricas particulares. Dessa maneira, as transformações hoje vividas pelos agricultores não significam rupturas e sim, ajustes às novas exigências.

As abordagens dos temas da agricultura familiar e do Desenvolvimento Rural, centradas nas dimensões social e econômica, são hoje bastante evoluídas e ultrapassam a dimensão exclusivamente agrícola. As vertentes que analisam a *pluriatividade*,

*multifuncionalidade, o novo rural, a abordagem territorial e ainda, a sustentabilidade*¹², identificam este esforço de atualização. Alguns destes temas serão tratados aqui resumidamente, com o intuito de esboçar um panorama da agricultura familiar brasileira hoje.

Pluriatividade

Para Schneider (2003), a pluriatividade, em princípio, diz respeito ao conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas desempenhadas por parte dos membros de uma família residente no meio rural. Segundo o autor, para entender a produção familiar, deve-se separar esta em “unidades familiares de produção” e “grupos domésticos”, principalmente porque esta última deve englobar diversas relações, peculiaridades que não cabem na análise estritamente econômica. Por um lado, a pluriatividade pode sinalizar a precarização da agricultura familiar e não suficiência das atividades agrícolas desenvolvidas, sendo, portanto, estratégia de sobrevivência. Por outro lado, apesar das mudanças impostas pela modernização da agricultura, no sentido de sucatear as condições de reprodução da agricultura familiar, e forçar as famílias a adotarem estratégias pluriativas, este segmento continua com alta participação na mão-de-obra rural nos estabelecimentos agrícolas do País. Está claro que o fenômeno englobe outras circunstâncias, como as decisões das famílias como grupos domésticos. Em outras palavras, portanto, é preciso abordar o fenômeno na sua complexidade sociológica. Para o autor, a pluriatividade:

¹² O debate sobre a sustentabilidade surge renovado, apesar de permear há muito tempo a agenda teórica e governamental, dados os eventos de Estocolmo (1972) e Rio de Janeiro (1992). Hoje a agenda ambiental parece ter ganhado novo fôlego, ao ser tratada de maneira mais ampla pela mídia, governos e inclusive pelos segmentos empresariais, sendo os temas da Amazônia, energias renováveis e mudanças climáticas os mais visíveis. Há de se esperar que o tema da sustentabilidade e meio ambiente não vire a “bola da vez”, como alerta Ignacy Sachs, mas que sejam encarados, simultaneamente, os reais desafios econômicos, sociais e ambientais que estão postos na atualidade (SACHS, 2009).

embora se apresente como um fenômeno social relativamente novo e desconhecido no espaço rural, suas características há muito estão presentes nas diversas formas de trabalho (precário ou não), exercidas no âmbito urbano-industrial, pois, em essência, trata-se da combinação de mais de uma atividade ocupacional por pessoas que pertencem a uma mesma família. Curiosamente, as famílias urbanas nunca foram chamadas pluriativas pelo fato de haver em sua unidade domiciliar pessoas com múltiplas inserções profissionais. Nesse sentido, o debate sobre a pluriatividade ganha uma nova frente de discussão, que leva à reflexão sobre o processo de homogeneização social, econômica, cultural e simbólica das famílias rurais e urbanas ou das famílias em geral (SCHNEIDER, 2003, p. 117).

Multifuncionalidade

Entre os temas mais recentes, apesar de não ser categoria completamente nova (VALENTE, 2006), a multifuncionalidade da agricultura ganha bastante visibilidade. De forma simples, a multifuncionalidade é entendida como o cumprimento de um papel pela agricultura de funções além da função produtiva.

Questões culturais, de preservação da tradição, da paisagem, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável são os elementos que desvelam¹³ e agregam valor à atividade agropecuária. A produção de bens agrícolas e não agrícolas que mantêm identidade com o território onde são produzidos, também são elementos compondo o mosaico da multifuncionalidade.

Segundo Maluf (2002), o esforço da conceituação do termo tem a intenção de fornecer subsídios ao debate sobre a importância da agricultura familiar no mundo, para orientar os aspectos analíticos, sociais e políticos, e ainda, para propor questões de pesquisa e instrumentos de políticas públicas. O conceito pode ser associado:

(...) à segurança alimentar – garantia de qualidade e origem dos produtos e manutenção de um potencial produtivo-, aos cuidados com o território – preservação das características paisagísticas e do quadro de vida etc.-, à proteção do meio ambiente, à salvaguarda do capital cultural, à manutenção de

¹³ “(...) desvelar valor: revelar o trabalho e a cultura, a ação e reflexão humana no processo de produção de sua existência”(...)“tirar o véu e dar a conhecer a história e a cultura daqueles que os produziram, em sua dimensão singular e universal (VALENTE, 2005, p.6).

um tecido econômico e social rural pela diversificação das atividades-desenvolvimento de novas atividades ligadas à atividade agrícola, como o agriturismo (BLANCHEMACHE *apud* MALUF, 2002, p. 309).

Resumidamente, a multifuncionalidade pode ser definida como “o conjunto das contribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado na sua unidade” (BLANCHEMACHE *apud* MALUF, 2002, p. 309). Deve-se, no entanto, entender, que a multifuncionalidade, originada de um termo francês, teve condições de origem diferentes da condição brasileira. Não se deve, portanto, imaginar que as características de uma e de outra devam ser iguais e que a brasileira deva necessariamente se desenvolver a imagem da francesa.

Como observa Maria José Carneiro (2003) a noção de multifuncionalidade, apesar de envolver controvérsias, particularmente em relação a centralidade na “função” econômica ou mercantil, é válido o entendimento de que essa noção é um instrumento de análise, que permite ampliar o olhar sobre as dimensões e relações entre a prática agrícola e demais atividades que com ela estão articuladas.

Novo rural brasileiro

Sobre a nova ruralidade no caso brasileiro, um esforço muito significativo tem sido feito, desde o começo dos estudos do “Rurbano” (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2006), para compreender as transformações que o espaço rural vem sofrendo, revelando falsas dicotomias entre o urbano e rural. Os dados levantados pela PNAD revelam que o rural é caracterizado pela presença de um grande número de moradores desempenhando atividades não agrícolas. Por outro lado, se registra o fenômeno da urbanização de famílias exercendo atividades agrícolas e de assalariados agrícolas e/ou pluriativos. De acordo com os autores

essa urbanização pode ser indicadora da necessidade destas famílias de equipamentos urbanos tais como educação, saúde, energia elétrica, lazer, entre tantas outras.

Assim, mesmo negando falsas diferenças, concordamos com VEIGA (2002) no que se refere à imensa desigualdade que separa o Brasil Urbano e Rural. Para o autor, é “uma desigualdade que se manifesta principalmente nas oportunidades, nas escolhas, nas opções e, sobretudo, nos direitos que podem ser efetivamente exercidos por essas duas partes da população” (VEIGA, 2002, p. 44).

Para Martins (2005), o processo de ocupação do rural brasileiro com atividades não-agrícolas se associa a aceleração do ritmo e depreciação da qualidade de vida nas cidades. Neste sentido, ao campo se atribui a dimensão de “ambiente de revigoração das relações entre indivíduo e natureza, com o culto das formas ecológicas e das raízes culturais das comunidades rurais. Diante disso, tais atividades têm se firmado como alternativa de ocupação e renda no meio rural” (MARTINS, 2005, p. 254)

Territorialidade

Por sua vez, a abordagem territorial tem frequentado o debate teórico e orientado práticas de formulação, gestão e planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento rural¹⁴. O território, de maneira ampla, pode ser entendido como o resultado da ação do

¹⁴ A criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDT/MDA), a definição dos territórios rurais e o recente Programa Territórios da Cidadania, são exemplos da materialização deste esforço de atualização conceitual. Em termos de planejamento e gestão de políticas, o programa, que objetiva a integração de políticas para reduzir desigualdades, pode ser considerado inovador, ao propor uma gestão baseada em articulação governamental, transversalização, diálogo e participação social. A escolha dos 120 territórios, espalhados por todo o país, foi baseada na identificação dos conjuntos de municípios com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH), ambiente econômico e natural similar, população predominantemente rural, compartilhando uma identidade e um quadro de coesão social. Anualmente, desde 2008, a coordenação do programa -Casa Civil - organiza junto com os órgãos federais, comitês de articulação estadual e colegiados, a matriz de ações, referentes à oferta pactuada de ações governamentais em torno de três eixos: universalização de direitos fomento as

homem sobre o espaço, enquanto busca a reprodução de sua existência (LEFEBVRE, 1974; RAFESTIN, 1993; SCHNEIDER, 2004).

São muitas as conceituações de território e as implicações teóricas - e práticas - que estas podem trazer. Para Sack (1986), o território é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área. Para Sabourin e Teixeira (2002) é o “espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente”. (SABOURIN; TEIXEIRA, 2002, p. 23). Para Requier-Desjardins (1999), é um conjunto de ativos específicos - essenciais, estratégicos, às vezes não encontrados em outros locais – que ficam à disposição das atividades produtivas¹⁵. Suas dimensões existem como espaço físico, como instância de articulação de atores e ainda, como feição histórica e cultural.

Nessa concepção de desenvolvimento, a tentativa é abandonar o viés setorial, estritamente produtivo ou natural, e considerar também as dimensões políticas e culturais do território. Isso porque, ao extrapolarem as divisões administrativas e fronteiras políticas, colocam-se em xeque os processos de construção do território e de regionalização. Nesta tendência, o espaço – o território - ganha um tratamento mais afim à realidade material que experimentam.

Segundo Cunha (2000), o desenvolvimento rural discutido dentro de um quadro territorial significa que a concepção setorial foi abandonada e há entendimento de que “rural” não é sinônimo de “agrícola”.

atividades produtivas e investimento em infra-estrutura. (BRASIL, 2008). Uma análise da base conceitual do programa, feita com um maior rigor teórico, reconhecerá, entretanto, que a operacionalização do conceito de território o desvirtua, colocando-o como “aglutinações” de diversos outros conceitos e dimensões, ou seja, um novo receituário para o Desenvolvimento Rural.

¹⁵Conforme Abue-El-Haj (1999) apud Cunha (2000), o capital físico-econômico (insumos, infraestrutura e financiamentos), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança e de reciprocidade) devem existir em complementaridade.

Conforme Favareto (2007), a abordagem territorial está ligada a uma nova postura em relação à ruralidade e ao desenvolvimento rural¹⁶, historicamente operacionalizado pelos organismos para o desenvolvimento por um viés claramente setorial. Para o autor, a abordagem territorial atualiza os conteúdos, significados e tendências da ruralidade no contexto do capitalismo avançado e revela “uma escala geográfica dos fenômenos relevantes e um conjunto de instâncias empíricas incontornáveis”, que só podem ser interpretadas com a sustentação de uma teoria social e ecológica (FAVARETO, 2007, p.137).

Sobre o território, Abramovay (2002) enfatiza que este é uma construção social, resultante de uma base física e de um tecido social que se articula com o objetivo de reivindicação, melhoria de fluxos de informação e alcance de melhores resultados. Para o autor,

Um território não consiste simplesmente em uma região com atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas – mercantis e não mercantis - que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administração que possam dinamizar a vida regional. (ABRAMOVAY, 2002, p.120)

Segundo Valente (2008) a abordagem territorial se propõe como ferramenta analítica para estudos que - ao extrapolar a dimensão física do espaço - valorizam os aspectos culturais com base em uma identidade territorial. Este esforço de compreensão considera principalmente as contribuições da Antropologia e da Geografia (SANTOS 2002; RAFESTIN, 1993). Ressalta também a dimensão histórica dos processos de transformação social (MARX, 1986; GRAMSCI, 1989).

Neste sentido, a compreensão da territorialidade como processo de construção social, mediado por relações de poder, sugere uma aplicação prática: a busca e valorização de

¹⁶ Conforme o autor, o desenvolvimento ocorrerá com mais facilidade em territórios onde prevaleça a desconcentração e descentralização de posse de capital, seja ele humano, social, econômico ou simbólico (FAVARETO, 2007).

atividades que possuam potencial de geração de ocupações e renda no meio rural, de modo a enfrentar os processos de exploração e expropriação capitalistas (VALENTE, 2008).

Estes tópicos sobre temas da agricultura familiar brasileira contemporânea foram apresentados - sem a pretensão de sermos exaustivos - por julgarmos importante resgatar alguns dos conceitos presentes no repertório de políticas públicas, estudos e pesquisas. Outro motivo é que percebemos que todas estas questões se relacionam, em diferentes graus e formas, com aquele assunto mais específico deste estudo, que é a inserção da agricultura familiar nos mercados.

Veremos nos resultados da pesquisa de campo, mais adiante, que muitas famílias do universo da pesquisa, a fim de garantir sua sobrevivência material, além de inserirem-se nos mercados, são *pluriativas*. Veremos também que *cumprem uma função*, ao preservar a paisagem natural do território e não permitir o parcelamento das propriedades. Na maioria das vezes, as famílias do universo da pesquisa moram nas franjas urbanas da cidade do Gama, num espaço contínuo *entre o rural e o urbano* e muitas vezes, se engajam em *atividades não-agrícolas*. Sustentamos que este grupo tem o potencial de, pela via da cooperação e articulação entre produtores rurais, descobrir objetivos comuns e institucionalizar o espaço da feira, relacionando-a ao território onde ocorre. Poderão assim revelar vínculos, valores e identidades dos seus produtos com o território, e talvez, conquistar um espaço diferenciado no mercado.

Tendo isso exposto, passaremos à questão da comercialização dos produtos da agricultura familiar e das suas especificidades.

2. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Entende-se por comercialização a troca de bens e serviços entre agentes econômicos. O fruto dessas trocas são as transações, que pode ser considerada a unidade fundamental da análise do funcionamento do sistema econômico (ZYLBERSZTAJN, 2000). Os bens fluem pelos canais de comercialização e de distribuição - arranjos intrincados ou diretos - que conduzem as mercadorias do produtor ao consumidor final. De acordo com Azevedo (2001), quanto maior a coordenação entre os componentes do sistema, menores serão os custos de transação associados.

A Figura 3, a seguir, mostra como normalmente pode se dar a passagem da mercadoria ao consumidor final, utilizando um estudo de caso sobre a cadeia de hortaliças da agricultura familiar em São Paulo.

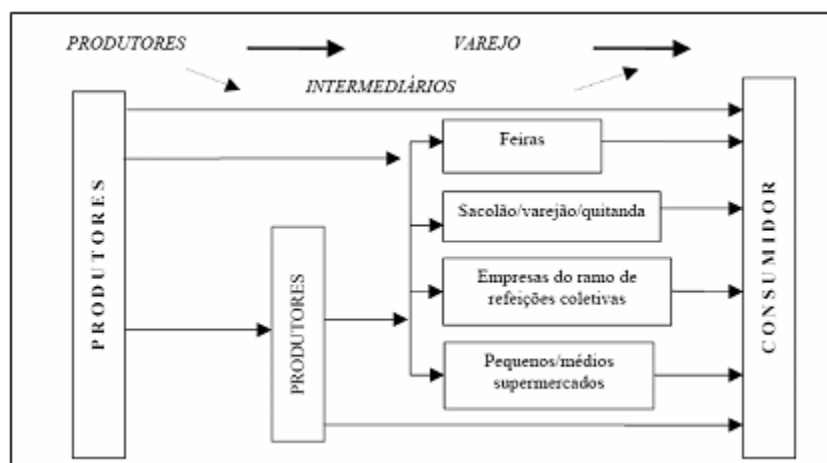


Figura 3.Exemplo de um canal de distribuição de hortaliças produzidas pela agricultura familiar no Brasil.

Fonte: Machado e Silva (2003)

Como observa Wilkinson (2003) os estudos sobre a dinâmica da agricultura familiar revelam marcada polivalência das suas formas comerciais. Entre os limites da subsistência e da entrada em sistemas produtivos especializados, está presente a combinação de vários

arranjos, desde atividades tipicamente de auto-consumo, trocas entre vizinhos, vendas diretas e atividades que incorporam circuitos formais de comercialização e distribuição, até aquelas relacionadas com a agroindústria, por meio dos contratos de integração.

De forma taxonômica, com a ressalva de que podem estar vinculados em diferentes níveis de integração, os canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar podem ser classificados em quatro: venda direta ao consumidor, integração vertical com o agronegócio processador, vendas para o setor de distribuição e mercados institucionais. Na economia familiar, também são muito importantes as formas não-monetárias de comércio, apesar de o assunto ser pouco estudado.

Vendas diretas: todas as operações de entrega direta da mercadoria ao consumidor final pelo produtor, tais como: entregas à domicílio, tele-entrega, feiras livres, feiras especializadas, eventos comerciais promocionais, loja, balcão ou quiosque do produtor, vendas na propriedade.

Integração vertical: venda de produtos como matéria-prima para beneficiamento pelo comprador (os principais produtos no Brasil são leite, fumo, tomate, suínos e aves).

Vendas para distribuição: atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, exportação.

Mercados institucionais: um exemplo são os mercados criados pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA, Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003). O PAA é um instrumento de política pública que realiza a compra de produtos da Agricultura Familiar. A aquisição é feita por diferentes modalidades, sendo as principais: 1) compra para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, distribuição nas escolas, creches, hospitais públicos, restaurantes populares, entre outros; 2) formação de estoques estratégicos.

Os resultados do programa indicam que, ao assegurar a remuneração e o escoamento da produção – melhorando a oferta de alimentos baratos e saudáveis para as populações urbanas - são impulsionados o fortalecimento da agricultura familiar e a inclusão social no campo¹⁷ (BRASIL, 2009).

Para o produtor, a escolha e uso de um canal de comercialização implicará em um tipo relacionamento entre os agentes que, por sua vez, constrói uma determinada estrutura (forma) de governança. Para orientar este tipo de decisão, é amplamente utilizada a abordagem da Economia dos Custos de Transação (ECT), um ramo da Nova Economia Institucional (COASE, 1937; WILLIAMSON, 1985; NORTH, 1994).

Conforme Williamson (1985), a identificação da estrutura de governança mais eficiente – que economize custos de transação - depende da combinação dos seguintes atributos: frequência, incerteza e especificidades dos ativos envolvidos na transação. Em resposta a variação destes atributos, será indicada a governança de mercado, hierárquica ou a forma híbrida, sendo esta última a mais comum. Estas formas resultam, na prática, em integração vertical, em contratos formais ou informais e na utilização do mercado para identificar os preços relevantes. Transações de baixa frequência, realizadas em ambiente de baixa incerteza, com o envolvimento de ativos de baixa especificidade, indicam que o mercado deve ser a melhor forma de governança (BESANKO, 2006).

Azevedo e Faulin (2003) sobre a comercialização de produtos agrícolas, advertem que a alta perecibilidade das hortaliças pode ser considerada uma especificidade temporal e indicar, em alguns casos, as formas contratuais, que se afastam do mercado. Em outro estudo, Azevedo e Faulin (2005), indicam que a maioria das transações envolvendo os produtores

¹⁷ O avanço mais recente neste sentido é a aprovação da Lei 11.947/2009, que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

familiares e canais de venda, como quitandas, varejões, feiras, intermediários, se realizam no livre mercado ou mercado *spot*, no qual preço, quantidade, pagamento e entrega são definidos no momento e a transação não se prolonga no tempo. Conforme os autores, também são comuns transações via contratos informais, baseados em confiança, contratos formais e a parceria.

As especificidades da agricultura familiar na comercialização

Conforme Ploeg (2008) são três os tipos de agricultura¹⁸, ligados a três grupos agrários distintos, porém interligados: a agricultura camponesa, agricultura empresarial e agricultura capitalista. Consideradas as heterogeneidades, são dois os modelos dominantes. Segundo Ploeg:

um modelo centra-se na construção de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. O outro, fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial (PLOEG, 2008, p. 20).

Segundo Ploeg (2008) cerca de 85% da produção mundial, ou seja, a imensa maioria dos alimentos produzidos no mundo, não passam pela grande indústria processadora, sendo distribuídos através de circuitos curtos e descentralizados.

Associados à estes circuitos, encontramos um tipo de empreendimento que comercializa excedente em mercados de vizinhança, gera produtos para o autoconsumo, realiza trocas não-monetárias e se envolvem em relações de produção não-capitalistas, cujas decisões nem sempre são orientadas pelo lucro.

¹⁸ O grau de mercantilização e de integração em mercados de insumos e produtos é central nesta definição. O grau de mercantilização da agricultura empresarial é alto. A administração do estabelecimento rural obedece à lógica de mercado. Assim, autonomia, auto-suficiência e o ciclo demográfico - conforme a definição de Chayanov (1966) - são para agricultores empresários, pouco relevantes.

Conforme comenta Wanderley (1995), a pesquisa em Ciências Sociais sobre o campesinato e a agricultura familiar se distinguem pelo olhar lançado sobre o objeto de estudo. O foco está, além da atividade agrícola, no entendimento de que é um ator econômico que se insere (ou deveria se inserir) nas regras de funcionamento dos mercados e ainda valoriza a família, suas relações com a natureza e sociedade, conformando formas particulares de produção, reprodução e modos de vida.

Conforme argumentado por Brandt (1980), o sistema de comercialização agrícola pode ser considerado um mecanismo primário para a coordenação das atividades de produção, distribuição e consumo. Isto é particularmente evidente para a agricultura familiar, pois a insuficiência freqüente de capitalização coloca ênfase na realização das vendas para o pagamento dos fatores, dos bens e dos serviços consumidos pelo núcleo familiar e para a compra dos insumos necessários ao novo ciclo de produção.

Com a corroboração dada pelos estudos do INCRA/FAO (2000) é notório que agricultores familiares brasileiros, pouco capitalizados, enfrentam dificuldades na coordenação das atividades e qualificação da produção, bem como restrições de transporte, gestão e logística. Deparam-se também com uma precariedade de práticas organizativas, consideradas em seu viés sócio-cultural. Todas estas dificuldades estão associadas, em algum grau, ao baixo nível de escolaridade no meio rural, cuja explicação só poderá se dar pela devida consideração do seu conteúdo histórico, político e sócio-econômico.

O fortalecimento do heterogêneo segmento da agricultura familiar pode ser estratégico, uma vez que comprovadamente é capaz de produzir de maneira eficiente do ponto de vista econômico, de absorver progresso técnico e atender a demanda do setor urbano por alimentos baratos através da comercialização (VEIGA,1991; ABRAMOVAY, 1998; GUANZIROLI *et alii.*,2001).

A inserção da agricultura familiar nos mercados e remoção dos gargalos no escoamento da produção são um dos principais desafios para o seu pleno desenvolvimento. Permanece a importância de pesquisas e estudos sobre os mercados de comercialização dos seus produtos, que possam auxiliar o aperfeiçoamento, tanto da ação pública, quanto das decisões dos produtores, individuais e coletivas.

Há bastante tempo, na literatura sobre o meio rural, as restrições da agricultura familiar em se estabelecer nos mercados têm sido objeto de pesquisas. Conforme relata Ribeiro *et al.*, (2003), já nos anos 1950 essa dificuldade foi tema de pesquisas específicas. Nos anos 1960, passou a ser objeto de preocupação de sociólogos e extensionistas. Nos anos 1970, foi pauta da literatura técnica da modernização da agricultura e, nos anos 80, foi incorporado aos debates de movimentos sindicais e sociais rurais. Finalmente nos anos 1990 e 2000, o tema começou a estar muito presente na pauta de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento rural. Tais discussões acumuladas geraram um saldo que resulta em duas orientações fundamentais, entendidas como as alternativas viáveis para a superação das dificuldades na comercialização da produção familiar: o associativismo e o acesso a mercados específicos (RIBEIRO *et al.*, 2003).

A primeira está sustentada no argumento de que pequenos produtores isolados dificilmente são capazes de atingir escala de produção suficiente para realizar transações comerciais rentáveis. A ação em conjunto, em termos práticos, seria capaz de reduzir custos de comercialização, atingir regularidade de oferta e viabilizar a capacidade de negociação de preços, resultando em vantagens competitivas.

Segundo Alves e Staduto (1999), o produtor rural está muito suscetível à assimetria de informação em relação a outros agentes da cadeia produtiva. Em alguns aspectos, esta assimetria está refletida na atuação do intermediário ou atravessador, sendo este último termo portador de sentido pejorativo.

O produtor isolado, com dificuldade no acesso aos mercados, em certas ocasiões, entrega sua produção a um intermediário, por um preço mais baixo, deixando de se apropriar de uma margem de lucro que poderia obter vendendo diretamente para o consumidor (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2007).

Para Gomes Júnior *et al.*, (2008), as formas tradicionais de comercialização, baseadas em relacionamento individual com intermediários (dotados de infra-estrutura de comercialização) são responsáveis pela baixa renda das atividades na agricultura familiar¹⁹.

O alicerce do trabalho do intermediário é a informação de mercado, a infra-estrutura, a mobilidade e o fluxo de caixa. O intermediário possui contatos relevantes, caminhão próprio, entre outros recursos, que o permitirão encontrar os produtos que precisa. Às vezes, somente o dinheiro “na mão” é suficiente para barganhar e convencer o produtor a vender pelo preço baixo. Apesar disso, o intermediário também pode atuar de forma benéfica na cadeia, ao auxiliar o escoamento da produção de uma região. Pode contribuir com o mercado local ao oferecer um volume mais alto e uma oferta diversificada, colocando também no mercado produtos de agricultores que estão impedidos ou não estão dispostos a desempenhar tarefas de comercialização direta.

Conforme exposto em Von der Weid (2001), em estudo sobre a viabilidade da produção agroecológica na agricultura familiar, o controle da comercialização por um pequeno número de intermediários permite que estes imponham preços desfavoráveis aos

¹⁹ Para Gomes Júnior *et al.*, (2008), a intermediação é a forma mais comum de apropriação do excedente da produção, embora seja a mais atrasada, pelo seu caráter especulativo. Segundo os autores, este sistema de produção carrega questões intrínsecas, que se evidenciam em uma dificuldade na relação com o mercado, qual seja, a incompatibilização entre oferta e a demanda de alimentos e inadequação da diversificação da produção às necessidades locais. Esses problemas têm origem na incapacidade de resolver as seguintes questões: **decisão sobre o que produzir; sazonalidade da produção**, que não é superada pela via tecnológica devida a insuficiência de recursos e o **problema da intermediação** (cujas causas são a assimetria de informação, desvantagens em relação à obtenção de qualidade no produto, dificuldade de acessar novos mercados devido a restrições no transporte, a dificuldade de regularização, tanto fiscal quanto normativa, entre outras). Segundo os autores, uma mudança na relação entre o produtor e o agente comprador de sua produção seria a melhor forma de superação.

agricultores. Uma experiência no Paraná com produtores de feijão revelou que para resolver este problema, existe uma solução viável, em médio prazo: a consolidação de uma organização de produtores, a fim de que esses possam assumir o controle das operações de beneficiamento e comercialização. Segundo o autor, em termos de políticas públicas, neste sentido serão necessários além do crédito, esforços de capacitação em gestão e organização dos produtores.

Diniz (2004), ao relatar experiência conduzida no contexto da agricultura familiar francesa, observou que diferentes estratégias de cooperação entre produtores familiares podem garantir a competitividade no mercado de produtos agro-alimentares, como a valorização da produção de alimentos locais, referenciados cultural e territorialmente, reconhecidos pelo alto padrão de qualidade. A autora destaca que a existência de um objetivo comum entre cooperados depende de fator de coesão que nem sempre está explícito, que deve ser construído. O desafio metodológico deste tipo de experiência, segundo a autora, são fatores como empreendedorismo, logística e a gestão da qualidade.

Segundo Ribeiro *et al.*, (2003), apesar do princípio da cooperação ser extremamente válido, os casos de sucesso, duradouros ao longo do tempo, ainda são raros e localizados.

A segunda opção se refere à comercialização direta e busca de mercados específicos. Está baseada na agregação de valor aos bens agrícolas, cuja produção esteja fundamentada em diferenciais qualitativos de natureza social, ambiental ou cultural²⁰. Dessa forma, o produto seria capaz de conquistar nichos de mercado, consolidados por uma demanda segmentada, composta de consumidores dispostos a pagar um preço também diferenciado (RIBEIRO *et al.*, 2003).

²⁰ Sobre a dinâmica econômica da qualidade nos sistemas agroalimentares, ver Valceschini e Nicolas (1995).

Embora experiências notáveis de acesso a mercados diferenciados tenham sido registradas nos últimos anos no Brasil (MEDEIROS, 2002) a logística, regularidade da oferta e garantia de manutenção de mercados conquistados à distância, são fatores críticos, que ainda não puderam ser resolvidos.

Para Ribeiro *et al.*, (2003), nenhuma das duas propostas anteriormente mencionadas parecem constituir resposta prática para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, que possa remunerar os custos e viabilizar sua reprodução. Para o autor:

a solução local, por meio das feiras, estas são fundamentais nas estratégias familiares. Com dimensões variadas de tamanho, inserção e resultados, a feira semanal é um espaço dinâmico de comercialização, geração de renda e abastecimento. É também, sem dúvida, um espaço privilegiado para a criação de políticas públicas de apoio às famílias agricultoras (RIBEIRO *et al.*, 2003, p. 3).

A Feira Livre como canal de comercialização da agricultura familiar

No Brasil, a origem das feiras data do período Colonial, momento em que se multiplicaram rapidamente, cumprindo a função de abastecimento de alimentos aos primeiros adensamentos humanos. Cumpriu assim outro papel, o de verdadeiro elemento estruturante da organização social e econômica das populações (ANJOS *et. al.*, 2005).

Segundo a definição de Mascarenhas e Dolzani (2008), a feira livre no Brasil

(...) constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos (MASCARENHAS e DOLZANI 2008, p.75)

Para Flávio Sacco dos Anjos *et al.*, (2005), a feira livre deve ser matéria de reflexão acadêmica e objeto de intervenção de políticas públicas. O estudo das feiras pode oferecer subsídios que qualifiquem a atuação do poder público, oferecendo dados relevantes sobre as suas dinâmicas de funcionamento, valorizando seu papel dentro das atividades econômicas.

Feiras livres são eventos periódicos, que ocorrem em espaços públicos, aonde homens e mulheres realizam trocas comerciais de mercadorias, com a finalidade de garantir suas condições materiais de vida. São parte de circuitos locais de comercialização, curtos, e podem propiciar o escoamento da produção agrícola local. Por esse e por outros motivos, podem colaborar com programas e estratégias de desenvolvimento local.

Feiras são organismos vivos: se transformam a todo o momento, acompanhando as contradições e os conflitos da sociedade. As feiras representam diversidade: cada lugar tem a sua própria feira, com uma identidade particular. Feiras são democráticas: se encontram, convivem, competem e cooperam na feira sujeitos sociais de todas as classes.

Para Figueiredo *et al.*, (2003), o mercado relativo às feiras tem as seguintes características: mercado atomizado; a entrada/saída de feirantes não altera os preços praticados; preços são fixados de acordo com os concorrentes; preço recebido pelo produtor é igual ao pago pelo consumidor; grande oscilação de preço entre o início e fim da feira; vendas feitas geralmente em dinheiro; volume comercializado pequeno; grande variedade de produtos; ocorre fidelização pela qualidade.

Em geral, se caracterizam por inexistência de loja física, grande flexibilidade de mudança de ponto e imobilidade de capitais ínfima. Sob certo ponto de vista, são pertencentes ao “circuito inferior” da economia, discutido por Milton Santos (1979): um circuito local, intensivo em trabalho, de baixo nível tecnológico, baixa qualificação da mão-de-obra, precário em garantias trabalhistas, cujas atividades teriam como propósito a subsistência.

As feiras possuem um grande potencial como espaço de comercialização e relações sociais, bem como em termos de viabilização do comércio local, geração de ocupações e renda e de possibilidades de controle sobre a procedência dos produtos (SACCO DOS ANJOS *et al.*, 2005).

Os vínculos sociais nas relações comerciais são estreitos: há oportunidade para a proximidade, para a conversa e a negociação e a possibilidade de contato direto entre o produtor de um bem e seu consumidor final. São lugares de vivência, de agregação e de comunicação. Podem ser ricas em tradições e cultura, onde uma identidade pode ficar impressa, contando a história de um lugar.

As feiras livres são canais de comercialização de produtos da agricultura familiar que raramente recebem apoio de políticas públicas específicas ou são objeto de programas de desenvolvimento rural específicos. Segundo Ribeiro *et al.*, (2005), quando presentes, os programas estão marcados por um forte caráter produtivista, deixando em segundo plano a análise das categorias sociológicas envolvidas na atividade. Tal fato expõe a invisibilidade econômica das atividades locais e certa marginalização da agricultura familiar nos programas de desenvolvimento dos municípios. Conforme o autor são escassos os estudos sobre as feiras, sendo que a maior parte aborda somente os aspectos mercadológicos da atividade (RIBEIRO *et al.*, 2005).

Conforme Vedana (2004), em seu estudo etnográfico sobre a feira livre da Epatur, em Porto Alegre:

Estudar as dinâmicas de mercado de rua, no contexto urbano, envolvem considerações mais amplas a respeito de cadeias de produção, formas de distribuição e comercialização dos alimentos na cidade, sobre a noção de consumo e como isso afeta o cotidiano dos habitantes da mesma. Questões que podem ser evocadas para se pensar também uma memória da cidade, mas que exigem um outro esforço de análise e uma outra escrita (VEDANA, 2004, p.227).

São diversas as abordagens para o estudo das feiras. O pesquisador pode optar por ressaltar aspectos tratados pela Economia, Geografia, Agronegócios, Nutrição, Saúde Pública e Serviço Social, Sociologia e Antropologia, entre outras. Pode ainda optar por um recorte urbano, espacial ou temporal, por um recorte de gênero, por um enfoque territorial. Poderá colocar o foco sobre o consumidor, valorizar aspectos normativos, programáticos ou políticos, fazer um estudo comparativo ou estudos de caso, bastante limitados no tempo e no espaço.

Entendemos, ao mesmo tempo, que devida à sua complexidade e multidimensão, para entender uma feira, um olhar demasiadamente limitado disciplinarmente ou desprovido de uma localização histórica, poderá resultar em generalizações, em uma miopia da realidade.

Aspectos sócio-culturais das feiras livres

“Não há evento importante da vida tradicional que não seja celebrado no quadro sagrado da feira” (VERGER, 1992, p. 146).

A palavra feira deriva do latim *feria*, significando o dia santo, o feriado. São muitas as referências às feiras na literatura, mostrando como estas assumem, além da função comercial, um papel folclórico, religioso e festivo.

O estudo etnográfico de Pierre Verger, realizado em 1952, no Benin, ilustra com riqueza de detalhes a complexidade sociocultural e econômica dos mercados africanos, onde a feira tem um papel central. Segundo Verger (1992) os quatro tipos de feiras nagôs formavam redes, cujas tramas ligavam as feiras locais entre si e entre regiões vizinhas, nos diferentes dias da semana. A função não era somente a de rede de comércio, pois representavam a contrapartida do fechamento da sociedade africana. “As redes, ao interligarem as feiras, não permitem apenas a circulação de mercadorias, pois, com os homens e mulheres que transportam estes produtos, vão as crenças, os sentimentos, as atitudes que se difundem de norte a sul e de leste a oeste” (VERGER, 1992, p. 148).

Conforme Verger (1992), numa sociedade hierarquizada e fechada, a feira nagô era a única forma de contato com outros grupos sociais. Era, portanto, o local privilegiado de “publicação”, ou seja, único local onde se dava a passagem do “privado” ao “público”. Ficam públicos na feira os eventos importantes, desde a comunicação do nascimento dos filhos, do casamento e da morte, até o lançamento da nova moda de vestimentas. Assim, é também o

local onde se dá a afirmação das relações sociais, a difusão das influências culturais e ainda, onde o controle social é exercido.

O estudo de Verger revela o entrosamento entre duas mentalidades heterogêneas - o comportamento comunitário e econômico - uma baseada no lucro e a outra no respeito aos costumes ancestrais, se dá no quadro da feira. Para ele, “é uma instituição capaz de, ao mesmo tempo, permitir um comportamento “capitalista e de “procura do lucro” e estar profundamente enraizada no comportamento tradicional, comunitário, que ao contrário de contradizer o primeiro, contribui para a sua consolidação” (VERGER, 1992, p. 145).

Marie France Garcia-Parpet (2008) apresenta outro estudo etnográfico sobre feiras, cujo foco é o fenômeno de sua multiplicação no Nordeste Brasileiro na década de 1950. Revela seu papel na reestruturação do espaço rural e na inserção econômica de camponeses no mercado, antes fechados nos domínios dos engenhos. A autora descreve como a decadência dos engenhos e a quebra das relações de dominação e dependência tradicionais possibilitou que os trabalhadores saíssem do isolamento e acabarem sendo, pelas oportunidades da feira, incluídos nas atividades urbanas e comerciais. O estudo, descritivo, é composto de análises morfológicas, mostrando como é conformado o espaço social de acordo com as relações de poder. São ressaltadas a segmentação dos atores, a divisão sexual do trabalho²¹, a divisão por idade e até mesmo, a divisão de categorias de produtos vendidos por cada um dos atores, revelando uma hierarquização entre produtos superiores e inferiores.

Em estudo que trata da trajetória das feiras livres no Rio de Janeiro, Mascarenhas e Dolzani (2008) descrevem como as feiras, durante muito tempo, cumpriram papéis muito relevantes na economia urbana. Os autores revelam que a partir dos anos 1970, com decisivo apoio governamental, os estabelecimentos de auto-serviço, adaptados ao contexto urbano e ao uso de automóveis na cidade, começaram a se expandir. O resultado foi a formação das

²¹ A autora realizou outro estudo sobre feiras, com um recorte de gênero, denominado “O Segundo sexo do comércio: Camponesas e negócio no Nordeste do Brasil” (Garcia-Parpet, 2008a).

grandes cadeias, que dominam hoje completamente o setor de distribuição de alimentos no Rio de Janeiro. As feiras, nesse novo contexto, foram consideradas obsoletas e símbolos de precariedade. Acabaram cedendo aos supermercados, que por sua vez ficaram, nas palavras do autor, “cada vez maiores, mais sortidos, mais seguros, higiênicos e confortáveis, modalidade que cai como uma luva no apressado tempo do indivíduo de nossa época” (MASCARENHAS E DOLZANI, 2008, p.83).

Mascarenhas e Dolzani (2008, p.84) sugerem que em contextos urbanos, a feira, “filha rebelde da modernidade, que insiste em desafiá-la”, ocupa espaços definitivos nas cidades, como opção de consumo popular. Segundo os autores,

(...) a reprodução social da cidade requer lugares para os excluídos da ordem dominante realizarem sua sobrevivência material cotidiana. Requer também espaços de sociabilidade para além do confinamento confortável das modernas opções de consumo. Por isso as feiras resistem na paisagem urbana contemporânea: a grosso modo, pode-se dizer que por um lado há os que precisam sobreviver materialmente, por outro aqueles que, resolvida a questão material, zelam pela sobrevivência sociocultural (MASCARENHAS e DOLZANI, 2008, p.83).

Esse discurso está inserido na modalidade da feira em algumas situações, na qual se revela como uma ferramenta para o atendimento de uma função social do consumo popular, voltada para aposentados, desempregados e outros segmentos sociais de baixos ingressos econômicos. Estes encontram em alguns tipos de feira oportunidades de consumo, pois é capaz de proporcionar ao feirante remuneração condizente com os recursos disponíveis do vendedor, próprios da economia informal. Estamos nos referindo aos pequenos estoques, custos fixos bastante baixos, investimento nulo em publicidade o que transforma o denominado “equipamento-feira”, ou todo o conjunto necessário para a instalação e apresentação das mercadorias, em uma alternativa muito econômica. Segundo Sacco do Anjos *et al.*, (2005), esta economia de investimentos acaba por propiciar à comunidade onde está inserida, a oferta de produtos essenciais a um preço mais acessível.

Conforme Guerreiro (2008), as feiras livres (ou *francas*, em espanhol) assim são denominadas por estarem isentas de pagamento de impostos e taxas. O resultado é o rebaixamento dos preços dos produtos, inferiores aos praticados no comércio formal vizinho, podendo assim dar uma real contribuição social para a comunidade.

Segundo Sacco dos Anjos *et. al.*, (2005), no contexto atual, em que permanece a questão da segurança alimentar e nutricional, a importância das feiras adquire visibilidade em relação à disponibilidade e garantia de acesso à alimentos social e culturalmente referenciados. Apesar das novas pautas de consumo padronizadas, influenciadas pelos movimentos da globalização, e da grande disponibilidade e facilidade dos alimentos industrializados, os alimentos *in natura*, oferecidos na feira, uma vez que se associam aos valores artesanais, são reconhecidos como alimentos de qualidade única.

Para Sacco dos Anjos *et. al.*, (2005), esta sobrevivência indica que além dos aspectos econômicos, há um protagonismo dos aspectos culturais e simbólicos da feira livre no plano das representações dos consumidores. As feiras livres não representam somente um sistema local de comercialização. Podem ser, como no caso das feiras estudadas pelo autor em Pelotas (RS), parte de uma verdadeira tradição regional, que por guardar traços culturais marcantes da cidade, desempenham papel de importância social e cultural.

Conforme Aguilar (2004), algumas feiras revelam uma imagem simbólica em relação à natureza e mundo rural, que se encaixa no limiar difuso entre o rural e urbano, entre o fim da fase produtiva e início da fase de consumo. Constitui-se assim em “um espaço público que assume diferentes formas de sociabilidade para tornar-se um local de espetáculo da vida urbana” (AGUILAR, 2004, p.7).

Além de todos estes aspectos citados, a discussão sobre as feiras também pode ser entendida como expressão de resistência camponesa e disputa de um modelo sustentável de produção.

Para Ribeiro *et al.*, (2003), da função social da feira-livre se depreende a possibilidade de fortalecimento da agricultura familiar, pois a feira possibilita a agregação de valor aos produtos e colocação regular da produção, devido ao encurtamento da cadeia comercial.

Conforme exposto no estudo de Ribeiro *et al.*, (2005) acerca da Feira da Turmalina, no vale do Jequitinhonha, além de locais de compra e venda de produtos da agricultura familiar local, são espaços públicos, onde circulam alimentos, bens, pessoas e culturas. É o local de encontro, de socialização, de articulação política, sindical, local de reprodução da identidade e da cultura de um território. Justamente por isso, são espaços privilegiados, que guardam grande potencial para ações coletivas.

Finalmente, ressaltamos a contribuição de Guerreiro (2008), que ao problematizar esta questão das feiras, oferece uma análise ampla sobre o campesinato hoje, tendo como base um estudo empírico de grandes dimensões, realizado na Argentina, na região de *Misiones*. O estudo acompanhou a trajetória de mais de 40 feiras, onde participam 2.500 famílias, que fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento que envolve as famílias e diversas instituições, governamentais e não governamentais.

O estudo revelou como o espaço social das feiras está atravessado por discussões sobre um modelo de desenvolvimento alternativo, cuja lógica de produção e comercialização é contra-hegemônica. Os sujeitos sociais estão empenhados em demonstrar a viabilidade das formas familiares e agroecológicas, revelando um enfrentamento do modelo produtivista da modernização capitalista, na luta por uma maior autonomia e qualidade de vida. Para a autora, tais lógicas surgem como formas de “resistência e busca de alternativas e que em alguns aspectos se distanciam de outras lógicas extrativas e depredatórias promovidas pelo capitalismo globalizado” (GUERREIRO, 2008, p. 365). Neste contexto é valorizado o resgate de tradições familiares, os saberes transmitidos e as tecnologias tradicionais, bem como a questão da igualdade entre gêneros e o papel da agricultura na proteção ambiental.

3. METODOLOGIA

A disciplina que orienta essa dissertação é a Antropologia, uma disciplina jovem e talvez por isso mesmo, muito “honesta”, no sentido de que é capaz de aceitar, sem restrições, as suas próprias dúvidas epistemológicas²². A honestidade vem da habilidade de se colocar em juízo, e de se perguntar, como outras não ousam, qual o grau de cientificidade e objetividade que possui, ou mesmo, que carece possuir. Suas técnicas, diferentemente da ciência experimental, não podem ser testadas sem que sejam contestadas. De maneira ainda mais grave, seus métodos podem mesmo influenciar irremediavelmente seu objeto, transformando seu destino. Seu objeto são seres humanos. Por mais trivial que isso possa aparentar, acreditamos ser esta mesmo a surpresa maior para um pesquisador vindo das Ciências Naturais: compreender quão legítimo é o desafio de colocar-se pela primeira vez no papel de objeto da ciência, enquanto se está tão confortável enquanto sujeito.

Não possuímos muitos parâmetros. Até onde sabemos somente o homem foi capaz de refletir (e comunicar essa reflexão) sobre si mesmo. Conforme Da Matta (1984), até hoje nunca soubemos de um estudo científico sistematizado sobre as baleias, feito por baleias.

Diferente de algumas técnicas de fazer ciência, nem objeto nem questões de pesquisa estão dadas. O processo de investigação científica será um movimento, dialético, que o pensamento realiza entre o empírico e o teórico e esse movimento é quem dá forma e estabelece a relação entre o sujeito que investiga e o objeto a ser investigado (VALENTE, 2008). De tal modo, o processo de construção do conhecimento científico não é neutro, nem linear.

²² Ao longo da pesquisa, acabamos por entender que, aos novatos nas Ciências Sociais, principalmente com trajetórias iniciadas nas Ciências Naturais, pode ser útil tratar de abordar as principais questões teórico-metodológicas da disciplina e tentar resgatar seu histórico. A verificação importante é que sua história está relacionada a momentos particulares da evolução do pensamento científico. O fundamental entendimento é a forma como a disciplina se relacionou (e ainda se relaciona) com o empirismo e experimentação - bases do projeto de conhecimento positivo, iniciado no século XIX, cujo pressuposto é a separação radical entre sujeito e observador (LAPLANTINE, 1988).

Por outro lado, diferentemente de algumas técnicas de pesquisa experimental, à Antropologia não basta o levantamento sistemático de aspectos humanos que, por alguma razão, venham a nos interessar. Sistematizar informações sobre o modo de produção econômica de uma determinada sociedade, suas técnicas, sua organização política e jurídica, seus sistemas de conhecimentos, crenças religiosas, línguas e criações artísticas, segundo Laplantine (1988), importará menos do que mostrar a maneira singular como cada um desses itens estão relacionados entre si. E é somente através dessa relação é que poderemos enxergar as especificidades de uma sociedade.

Conforme Laplantine (1988) a abordagem antropológica busca sempre o ponto de vista da *totalidade*, abandonado o tratamento setorial. Esse ponto de vista deve ser buscado pela via do trabalho de campo e da vivência pessoal com o grupo estudado. Isso quer dizer que se exige do pesquisador uma abertura, um preparo teórico e uma visão sistêmica muito dificilmente alcançada.

Aos desavisados, a pesquisa em Antropologia fará somente sentido quando propõe o estudo de culturas “exóticas” ou “remotas”, com índios isolados na floresta, a serem “descobertos” pelo homem civilizado. Isso porque, para o senso comum, estudar a própria cultura, o que nos é familiar, não parece uma tarefa da Antropologia. Talvez por isso, este também seja um enorme desafio do pesquisador em Antropologia: a necessidade de estranhamento.

Tendo algumas dessas questões em mente, e talvez entendendo que ainda restarão certas dúvidas, intrínsecas e de cunho epistemológico, nos parece que um projeto antropológico pode começar a ser empreendido.

O familiar e o exótico

Segundo Roberto Da Matta (1984), a postura de abandono do senso comum e a procura de novas versões é indispensável à pesquisa antropológica. Segundo o autor, “para que o familiar possa ser percebido antropológicamente, ele tem que ser de algum modo transformado no exótico” (DA MATTA, 1984, p. 162).

Para Gilberto Velho (1978), o primeiro passo do empreendimento do projeto antropológico é estranhar, ou “confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações” (VELHO, 1978, p.45).

Segundo Velho,

A realidade (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez, não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. Esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranóias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros (VELHO, 2008, p. 130).

O autor adverte que, na relação com o familiar²³, a subjetividade (emoções, sentimentos, gostos) poderá provocar distorções dos trabalhos de campo. Na relação com o exótico, é o estereótipo quem poderá provocá-las.

No entanto, é pela capacidade de fazer novas associações entre o explícito e implícito (relativização), conhecido e desconhecido, poderemos encontrar valores em uma cultura, antes não entendidos e principalmente, valorizá-la em seus próprios termos. Isso acontece na pesquisa social, quando há diálogo entre o objeto e sujeito do conhecimento. Para Da Matta

²³Ambos possuem algum conhecimento prévio sobre a realidade de vida do outro.

(1984), quando vemos um costume diferente, acabamos reconhecendo, pelo contraste, nosso próprio costume.²⁴

Vale ressaltar que o pesquisador que busca compreender uma realidade social - a qual ele próprio pode pertencer - deverá ser capaz de discernir o que é “método” e “opção teórica” do que são “técnicas”, lembrando que as técnicas em ciência estão revestidas de uma suposta neutralidade científica.

Tendo essa diferença bastante clara, Valente (2008b), entretanto, ressalta que diferentes correntes teóricas estabelecem compromissos diferentes para a compreensão de uma realidade social: esses compromissos não podem ser negligenciados. Dessa forma, a declaração da opção teórica pelo pesquisador pode eliminar a falsa neutralidade no empregar de uma ou de outra técnica ou método. A autora faz a ressalva de que

contudo, não se trata de explicitar hipóteses teóricas, *a priori*, imaginando ser possível isolar um fato antes de chegar ao significado da totalidade do contexto empírico, mas de admitir que na seleção, observação e interpretação de ‘fatos etnográficos’, a teoria explícita ou implícita determina a orientação ou o rumo a ser perseguido. (VALENTE, 2008b, p.18.)

A Feira dos Goianos, enquanto objeto de investigação científica, é entendida como expressão local, singular, de movimentos que estão além do limites de espaço onde ocorre. Portanto, para compreendê-la, não podemos desvinculá-la do contexto amplo, que é o histórico de uso e ocupação das áreas rurais no Distrito Federal. Este histórico, por sua vez,

²⁴Esta relativização parece importante no estudo e trabalho com populações rurais, desempenhados por pesquisadores urbanos, formados na academia. Um certo tipo de evolucionismo – que enquanto era legítimo, colocava as sociedades e seus sistemas sociais em degraus de atraso e progresso - parece ainda permear os serviços de assistência técnica e pesquisas sobre a agricultura familiar. Incapazes de dialogar, o pesquisador coloca de forma equivocada um tipo de fazer agricultura, “de baixa tecnologia”, em um degrau de atraso, prestes a ‘evoluir’. Parece haver uma desqualificação (velada ou declarada) do conhecimento tradicional, da capacidade do produtor em resolver seus problemas e achar soluções inovadoras, supondo que, “devido à falta de informação”, não existam elementos cognitivos para compreensão de suas receitas ou que há “resistência” em relação à mudança. Ao contrário: perguntamos-nos, antes de tudo, qual o conjunto de condições materiais que devem estar presentes para que o produtor possa ser bem sucedido na sua produção ou mesmo, possa utilizar essa “informação”.

progride acompanhando os movimentos e contradições do modo de produção capitalista, cuja lei geral é a concentração dos meios de produção.

A opção teórica para o estudo da feira é materialista (MARX, 1986; GRAMSCI, 1989; VIANA, 2007), referencial teórico para investigar a sociedade capitalista, marcada pela contradição e em constante movimento. Isto implica dizer, de maneira elementar, que importa a existência real dos homens e mulheres que fazem a feira, como trabalham e como produzem materialmente.

Em *Contribuição a Crítica da Economia Política*, Karl Marx anuncia o método de investigação das ciências da sociedade. Conforme Marx,

Os economistas do século XVII, por exemplo, partem sempre do todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; no entanto, acabam sempre por descobrir, mediante a análise, um certo número de relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Uma vez fixados e mais ou menos elaborados estes fatores, começam a surgir os sistemas econômicos que, partindo de noções simples - trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca - se elevam até ao Estado, à troca entre nações, ao mercado universal. Eis, manifestamente, o método científico correto. (MARX, 2007, p.1)

A interpretação de Nildo Viana deste trecho indica que Marx distingue dois métodos, sendo correto aquele que percorre um caminho “do abstrato ao concreto” (VIANA, 2007, p.83). Não devemos confundir que o ponto de partida é sempre o concreto-dado, aquilo que aparece imediatamente à consciência humana. Mas é pela via da abstração que o concreto-dado é reconstruído, tornando-se então concreto-pensado.

O objetivo da abstração, segundo Viana, é descobrir a “lei geral” do fenômeno que está sendo estudado. No nosso caso, também de forma simplificada, as abstrações podem ser os dados demográficos, os dados sobre o nível de instrução da população da zona rural do Gama, a Lei da agricultura familiar, as políticas e teorias sobre o rural brasileiro: todas elas conduziriam à reprodução do concreto – a base material, a feira - pela via do pensamento.

Parece esclarecedor sobre o método proposto por Marx entender que, uma vez que os indivíduos envolvidos em determinada atividade produtiva entram em relações sociais determinadas, na pesquisa social, a observação empírica e sem mistificações, deverá mostrar a relação entre a atividade produtiva e a estrutura social e política²⁵.

Uma abordagem materialista do estudo da Feira dos Goianos exige um reconhecimento de que existem “leis gerais da vida econômica”, que independente da consciência dos homens, regem a feira e determinam as relações sociais. Implica também o reconhecimento das relações sociais, jurídicas e de gênero subjacentes ao processo de produção das mercadorias para ali levadas. Isto é, exige uma aproximação analítica capaz de revelar as estruturas de produção e de mercado, o perfil sociológico das famílias produtoras e as estratégias de sobrevivência e/ou acumulação.

Finalmente, uma abordagem materialista da Feira dos Goianos é também exercício da dialética, que entende a contradição, o conflito, a superação e o inconstante equilíbrio como o motor da história.

Dessa forma, estamos de acordo com Valente (2008b) para quem

a utilização de técnicas antropológicas a partir de um substrato teórico marxista impõe, de um lado, a compreensão das relações estabelecidas entre o singular e o universal, bem como das mediações existentes entre estas instâncias. De outro, exige a compreensão do próprio conteúdo dessas mediações, marcado pela contradição e que é categoria fundamental da lógica dialética (VALENTE, 2008b, p.15.).

²⁵ “Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, 2007, (sem número de página, documento digital em HTML).

3.1. Contextualização

Este estudo é parte de um projeto de Pesquisa e Extensão, iniciado em fevereiro de 2008²⁶ que se propõe a reconhecer e desencadear um processo de construção social da qualidade de produtos da agricultura familiar, produzidos e vendidos na área de abrangência da Feira dos Goianos, Gama, D.F. A equipe de projeto é multidisciplinar, composta de pesquisadores, professores e alunos, dos campos da Antropologia, Agronomia, Economia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária²⁷.

A pesquisa interdisciplinar em Agronegócios tem aceitado o desafio de propor a superação de limitações, ao considerar a complexidade do seu objeto, que lida com inúmeras temáticas e enfoques (HOFF *et. al.*, 2007; VALENTE, 2008b). Conforme Hoff *et al.*, (2007), novas fronteiras se revelam à ciência, indicando que o conhecimento compartimentado, por si, não é suficiente para entender a complexidade de alguns fenômenos. Mesmo que a ciência tenha avançado por meio da construção de métodos, estes acabaram por condicioná-la a divisão em áreas do conhecimento, capazes de investigar em detalhe cada uma dessas áreas, especializando-se cada vez mais.

Entretanto, a especialização nem sempre deve ser entendida como negativa, desde que não perca o foco no processo de construção social da existência e no atendimento das necessidades humanas. Segundo a Valente (2008a), a especialização nas ciências,

não comportaria maior gravidade se não provocasse a perda da compreensão da unidade do real, definida pela existência do homem. Ao serem aprofundados os conhecimentos numa área restrita, são abandonados os instrumentos que viabilizam a recuperação intelectual, como experiência pensada, da ação humana, que tornaria possível evidenciar que as linhas demarcatórias entre as diversas ciências são artificiais (VALENTE, 2008a,p. 13).

²⁶ Em andamento, com a previsão de conclusão em julho de 2010.

²⁷ Houve a sugestão de inclusão de profissional de Nutrição, ainda não incorporada.

3.2. Procedimentos técnicos de pesquisa

Conforme Silva e Batalha (1999), as metodologias utilizadas nos estudos de Agronegócios são heterogêneas e marcadamente são resultantes dos diferentes objetivos pretendidos.

Para investigar a Feira dos Goianos, foi utilizado o método de estudo de caso, útil na observação de um recorte da realidade, contendo riqueza de detalhes, de natureza qualitativa. Lazzarini (1997) sugere o uso de estudo de caso para a investigação de fenômenos sociais complexos, a fim de alcançar o detalhamento necessário para compreensão das relações entre e dentro de organizações e indivíduos, bem como suas interações com o ambiente externo.

Valente (2008b) relata que a técnica do estudo de caso tem origem na Antropologia que, no primeiro terço do século XX,²⁸ estabeleceu as linhas condutoras da pesquisa antropológica: a exigência do trabalho de campo (levantamento de dados empíricos) e o estudo de caso. Neste esforço de investigação,

tudo o que conforma a complexidade do real é objeto de interesse, até porque o olhar do pesquisador se volta para objetos bastante delimitados no tempo e no espaço. Não significa, contudo, dizer que, por essa razão, não sejam utilizados procedimentos rigorosos de coleta de dados. O uso de técnicas como a observação, as conversas informais, a obtenção de histórias de vida, não são casuais, mas requerem preparo teórico. (VALENTE, 2008b, p.17)

Apesar da Feira dos Goianos ser uma feira urbana, acabamos por escolher um recorte rural, uma vez que havia ali uma pequena parcela de representantes do mundo rural, agrícola e não-agrícola, a ser revelada. Outro recorte dado correspondeu ao Gama, embora houvesse na feira presença de produtores rurais que moram e produzem no Entorno de Goiás.

²⁸ Argonautas do Pacífico Ocidental, de Bronislaw Malinowski (1976).

A pesquisa teve caráter exploratório, valendo-se de métodos descritivos e dos recursos de revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de dados primários e secundários.

Os instrumentos de coleta de dados foram:

- a) Observação direta, entrevistas abertas e conversas informais;
- b) Questionários, aplicados a uma amostra da pesquisa (22 famílias);
- c) Histórias orais e histórias de vida²⁹, com fins de aprofundamento.

Foram feitas visitas sistemáticas a feira e à zona rural do Gama, entre março de 2008 até agosto de 2009, acompanhadas de anotação em diário de campo. Todas as visitas, com propósito de observação direta e conversa informal, foram tomadas como um tipo de preparação para a coleta de dados formal.

Os meses de junho e julho (2009), que compreenderam o trabalho de campo mais intenso e a aplicação do questionário, foi um período de maior vivência no Gama. O objetivo era obter informações relevantes, conversar, obter histórias e criar vínculos que permitissem as entrevistas. A aproximação com os produtores e feirantes foi bastante lenta, buscando a confiança, também dos representantes da Cooperativa de Feirantes.

Foram aplicados 2 tipos de questionários, A e B, contendo perguntas abertas e fechadas (ANEXOS III e IV). O questionário A foi aplicado na propriedade, junto aos produtores participantes do projeto de extensão, cuja aproximação já estava estabelecida e compreendeu 10 amostras.

O segundo questionário, B, menor e simplificado, cujas perguntas também estavam contidas no questionário A, foi aplicado na feira, após abordagem e convite para participação. Foram aplicados 12 questionários. Exceto uma produtora que já havia respondido perguntas

²⁹ A história de vida é um relato, que tem por referência a experiência do entrevistado. Está relacionada à situação presente e à questão de pesquisa.

iniciais aos participantes do projeto de extensão e não quis responder novamente, todos aceitaram participar³⁰.

Como parte do projeto de extensão, foram feitas algumas visitas de campo com os alunos de Extensão Rural, disciplina de graduação da Universidade de Brasília, oferecidas aos cursos de Engenharia Florestal, Agronomia e Medicina Veterinária. As anotações em diário de campo e observações de alunos, em alguns casos, foram aproveitadas no estudo.

Em outubro de 2008 foi feito um trabalho de campo, com a participação de aproximadamente 30 alunos, a fim de levantar o perfil dos consumidores da Feira dos Goianos. Os consumidores foram abordados aleatoriamente e convidados para participar. Foram entrevistadas 31 pessoas, que se encontravam na Feira dos Goianos e que aceitaram participar. O objetivo foi levantar informações básicas sobre os consumidores, seus hábitos de compra e opiniões sobre a feira. Tal levantamento foi propositadamente limitado, uma vez que os consumidores não eram foco principal da pesquisa e seriam investigados em outro momento, pelo grupo de pesquisa e extensão. A amostragem foi pequena e os resultados não receberam tratamento estatístico, exceto o cálculo de frequência e médias, em alguns casos. O questionário original se encontra no ANEXO V.

³⁰ Apesar desta disposição para responder, em alguns casos não foi possível obter dados acurados ou ter a certeza de compreensão das perguntas, mesmo após o questionário ter sofrido modificações. Não foi bastante a leitura da pergunta, mas necessária a explicação, com outras palavras, até atingir a compreensão. Apesar de considerar que, em geral, houve boa compreensão das perguntas após a explicação, ainda assim houve casos onde a resposta foi incongruente. Afastada a idéia de desconfiança ou surpresa, pois os entrevistados estavam acostumados com a presença dos pesquisadores na feira, principalmente porque, em muitos casos, haviam vínculos estabelecidos (de saber o nome, encontrar todos os sábados, visitar a propriedade muitas vezes, conversar sobre diversos assuntos, trocar confidências, etc), houve casos onde as respostas foram incongruentes. Isso ocorreu principalmente em relação ao volume de produção, aos custos de produção e à renda. Em alguns casos, estas incongruências apareceram ao comparar respostas dos questionários com aquelas anteriormente levantadas pelo grupo de extensão (cujos objetivos foram diversos do desta pesquisa). Notamos que, além da ineficiência contábil, houve incompreensão entre o conceito de renda e de lucro, sendo o primeiro o dado de interesse. Mesmo ao reformular a pergunta para “Quanto o(a) senhor (a) consegue “tirar” por mês bruto, sem descontar nada?” em alguns casos, não foi compreendido se a resposta se tratava de renda ou lucro. Essas observações nos levam a acreditar que os instrumentos de investigação, em alguns casos, podem ser aperfeiçoados. Os questionários construídos participativamente revelam resultados positivos nesse sentido, apesar de não serem absolutamente precisos. Sobre essas questões ver YUYAMA *et al.*, (2008).

Foi importante a colaboração do presidente da Cooperativa de Feirantes, que já era conhecido por um membro do grupo de extensão e cumpriu um papel de mediador. No primeiro momento, o presidente apresentou a proposta da pesquisa pelo microfone e conversou com os feirantes sobre o assunto. Também ofereceu dados sobre a feira, feirantes e nos concedeu uma entrevista.

Complementarmente, foi conduzida uma aproximação com a Emater local, com a Administração Regional do Gama e ainda, com os presidentes dos núcleos rurais da região.

CAPITULO III - A FEIRA DOS GOIANOS

1. HISTÓRICO

A Feira dos Goianos é uma feira urbana, localizada no Setor Leste do Gama, Região Administrativa II, na altura das quadras 38 e 39. É realizada em um espaço público, nas calçadas da rua, no estacionamento do Posto de Saúde do Setor Leste e da Escola Pública e em uma pequena área retangular, sem pavimentação. Neste local estão expostas a maioria das verduras e frutas e é onde fica o escritório da Cooperativa de Feirantes do Gama DF e Entorno. Acontece aos sábados, das seis da manhã às duas horas da tarde, aproximadamente, recebendo milhares de visitantes.

O relato abaixo é um extrato da anotação em diário de campo das impressões obtidas na primeira visita à feira³¹.

“Março, 2008 -

A feira acontece em uma rua aparentemente aleatória, próxima a residências, escola pública, estacionamento e lojas. Em toda a adjacência, se percebe um movimento grande de pessoas a pé, que carregam sacolas e carrinhos cheios de compras até suas casas e carros. (...) Parece haver naturalidade e tranquilidade entre os participantes da feira, tanto feirantes quanto consumidores, que transitam despreocupadamente em busca de artigos para compra e ao mesmo tempo, vivenciam o espaço de socialização de várias formas. Existem barracas de pastel, de comidas e de bebidas. É possível que as mesmas pessoas transitem por este espaço muito frequentemente. Por outro lado, a dinâmica da feira parece ser agitada e interessante, sendo o movimento de pessoas bem grande. Segundo informações preliminares, 10 mil pessoas circulam por dia na feira. Existe música variada e alta, vinda das barracas e muita conversa. Há presença marcante de crianças, adolescentes e idosos. Existe policiamento, realizado pela Polícia Militar. Há uma variedade muito grande de produtos ofertados, desde objetos pessoais usados (brechó), expostos informalmente no chão sobre tecidos, à alimentos, roupas, CDs, DVDs e muitos objetos eletrônicos, produzidos na China. Dentro desta enorme gama de produtos, destacam-se, ao contrário do que se supunha anteriormente à visita, os produtos hortifrutigranjeiros. (...) Em rápida, aleatória e informal investigação, foi questionado aos expositores se os mesmos eram os produtores daqueles artigos oferecidos, sendo afirmativa a resposta em alguns casos. Foi então observado um exemplo deste tipo de feirante, que ofertava produtos perenes, locais e de cultivo simples, como cenoura, folhagens, pimentão, banana, sempre em pouca quantidade. (...) Por detrás da banca observada, víamos um homem, uma mulher e crianças, diante de um automóvel de carga com o

³¹ Com o passar do tempo, muitas dessas impressões foram se transformando, e a observação ficou mais refinada. A sensação de estar na feira também se transformou. O que antes parecia longe e estranho, difícil de ser interpretado, ao final virou algo extremamente familiar. Lentamente, algumas hipóteses e certezas sobre a Feira dos Goianos foram sendo abandonadas, enquanto outras foram sendo confirmadas.

porta-malas aberto. Vemos também bancas que oferecem grandes quantidades de folhagens. Em baixo dessas bancas, existem muitas caixas de transporte. É provável que os feirantes deste tipo de banca sejam apenas comerciantes. (...) Em alguns pontos da feira se formam ambientes diferenciados, cobertos, com gôndolas e balanças, onde são ofertados uma variado conjuntos de hortifruti, ao preço fixo de R\$1,60 reais por quilo. Existem barracas de temperos, desidratados e frescos, sendo o primeiro tipo, produtos comprados prontos, em grandes quantidades em São Paulo (de acordo com a informação do vendedor), e o segundo, cultivados, como a cebolinha, coentro e salsa. Nestas bancas também é freqüente a presença de temperos caseiros processados, oferecidos como um produto diferenciado. Estes temperos são feitos pelo próprio vendedor ou membro da família e são vendidos em pequenos potes. São eles: alho descascado, pastas de alho perfumadas com diversos temperos e ainda as misturas de temperos. Em alguns casos, juntos aos temperos, são vendidas ervas medicinais e “garrafadas”. (...) Muitas barracas vendem mandioca e hortaliças em pouca quantidade. Diversas barracas oferecem produtos não-perecíveis, passíveis de estoque, como grãos e castanhas, arroz, feijões variados, milho seco debulhado e farinhas. Tais produtos são apresentados em grandes sacas de juta, sendo vendidos em porções definidas, referentes a uma lata. (...) Nestas barracas, em particular, é possível encontrar itens que não são facilmente encontrados em supermercados comuns, como a fava, feijão verde não debulhado, farinha de tapioca, milho seco. (...) Somado a este grupo de artigos especiais, tantos outros estão disponíveis na Feira dos Goianos. A possibilidade de encontrar itens como galinha caipira viva, ovo caipira, carne de carneiro, entre tantos outros, talvez se constitua em um importante motivo de tamanho movimento e a consolidação deste espaço de comercialização. (...) Um aspecto que merece ser comentado diz respeito às condições sanitárias a que estão expostos os produtos perecíveis, principalmente pertencentes ao grupo de carnes e peixes. Estes produtos notadamente são comercializados sob condições precárias de higiene, não havendo mecanismos de prevenção contra a contaminação decorrente da manipulação, má conservação de temperatura, acondicionamento, exposição ao sol, poeira e insetos. Há indícios que não exista qualquer fiscalização, no tocante a proteção da saúde humana, sendo realizada neste local. O aspecto visual também parece não ser considerado como fator importante na apresentação e qualidade dos produtos. Refletindo sobre esta questão, uma pergunta interessante pode ser elaborada: a forma como percebemos estes aspectos é comum a todos, principalmente em relação aos consumidores desta feira?”

A feira legal

A Feira dos Goianos existe formalmente pela Lei nº 1.731, de 27 de outubro de 1997 (D.O.D.F. de 29.10.1997)³² embora, segundo informações dos feirantes, ocorra há mais de 30 anos. Ao longo do tempo, passou por muitas modificações e, conforme depoimentos dos feirantes, enfrenta dificuldades para continuar operando, tanto em termos de infra-estrutura quanto de apoio governamental.

De acordo como o artigo 2º do Decreto 29.311 de 2008 considera-se feira livre:

Art.2º. Considera-se feira livre a atividade mercantil de caráter cíclico, realizada em local público previamente designado pelo órgão competente do Poder Executivo para conduzir o gerenciamento das instalações provisórias e

³² A regulamentação da feira se dá pelo **Decreto nº 28.535 de 2007** e **Decreto Nº 29.311, de 31 de julho de 2008**. O decreto disciplina a organização e o funcionamento das feiras e shoppings feiras no âmbito do Distrito Federal.

removíveis, que podem ocorrer em vias, logradouros públicos ou ainda em área pública coberta.

O parágrafo primeiro, artigo 2º deste mesmo Decreto define que:

§ 1º A feira livre visa a proporcionar o abastecimento suplementar de produtos hortifrutigranjeiros, cereais, doces, laticínios, pescados, animais vivos considerados domésticos, flores, plantas ornamentais, produtos de artesanato, lanches, caldo de cana, temperos, confecções, tecidos, armarinhos, calçados e bolsas, bijuterias, artigos religiosos, ferramentas, utensílios domésticos, e outros de origem devidamente comprovada.

De acordo com esta definição, poderíamos então dizer que, uma vez que o Poder Executivo não conduz o gerenciamento das instalações provisórias e removíveis e que nem sempre na feira são comercializados artigos de origem comprovada, a feira dos Goianos não é uma feira livre. Mas, se não é feira livre, em qual categoria deveria se enquadrar?

Esta pergunta vem a tona ao entendermos que, independentemente das declarações formais, normas e institucionalizações, a Feira dos Goianos existe, tem história, movimenta milhares de consumidores, centenas de feirantes, dezenas de agricultores familiares da região e, inclusive, é a fonte principal de renda dessas famílias, possuindo função econômica e social definida na dinâmica local.

A feira real

Num primeiro momento, a Feira dos Goianos aparenta ser uma feira de roupas, não uma feira de alimentos. Um olhar mais atento, no entanto, perceberá que é feita das duas coisas, complementares. Essa característica de complementaridade é uma combinação entre a existência de demanda do consumidor e um forte traço de informalidade da economia.

As entrevistas realizadas com os consumidores e moradores da circunvizinhança, feitas pela pesquisa, revelou que a feira é o local utilizado para a compra de alimentos, principalmente frutas e verduras. Esses depoimentos também demonstraram que a feira é reconhecida como importante, não é motivo de distúrbio, é fonte de sobrevivência de muitos

produtores e feirantes, sendo também opção viável de consumo para os moradores. Apesar disso, a feira tem sofrido críticas e pressões e há um movimento que pede sua extinção, baseado em questões de saúde pública e de ilegalidade da atividade urbana. Foi entendido, no entanto, que estes registros são somente localizados.

Segundo a Cooperativa de Feirantes, a Feira dos Goianos foi criada há 28 anos.

“Nasceu na quadra 36 do Setor Leste e abrigava produtores rurais das proximidades, como Ponte Alta, Alexânia e Luziânia.” (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

A feira tem início em 1976, com a trajetória de produtores goianos, da região de Luziânia, que ao verem a abertura de uma estrada para Brasília, perceberam a oportunidade de acessar novos mercados. O feirante mais antigo, junto com outras famílias, tiveram a idéia de começar uma feira devido a uma boa lavoura.

“Um dia, pegou uma safra fabulosa de milho e feijão. Foi dessa lavoura é que surgiu a feira. Em 1976, no ano que morreu JK”. (Sr. T. R. A, Entrevista, 2009)

A ideia original de tentar vender produtos em outros mercados foi dele mesmo e dos produtores vizinhos, incluindo duas agricultoras que ainda estão na feira.

“Não tinha estrada nenhuma. Tinha o Gama e o Gaminha. Abriu a estrada e surgiu a saída pro Pedregal. Eu não conhecia o Gama e não tinha rodovia nenhuma”. “O Gama não prestava pra nada. Tudo de madeira, uma cidade barata, que não valia nada. Abriu a rodovia, desbravou o cerrado, cortou ali. Pouco a pouco, despertou a curiosidade de todo mundo essa rodovia”. “Aí nasceu a feira. A gente pegava um ônibus que ia pra lá. Levava abóbora, galinha, milho, feijão e por aí a fora. Jogava ali no chão e vendia. Um disse para o outro “*lá é bom fulano! Vêmo!*” Aí juntou todo mundo e enchia o caminhão. Todo mundo foi”. (Sr. T. R. A, Entrevista, 2009)

O caminhão era da família Roriz, que cobrava uma taxa para levá-los. Muita gente acabou indo para o Gama vender os produtos

“Várias vezes era 40, vinha outro levava 10, vinha outro levava 20. No sábado”. “Em cima da areia, 40 passageiro em cima, todo mundo dessa região. Todo caminhão de areia ia tudo, tudo pra Brasília, areia que vinha de Corumbá.” “Essa estrada desenvolveu nosso ambiente aqui, foi bom demais.” (Sr. T. R. A, Entrevista, 2009)

Sobre o primeiro local ocupado, ele conta que houve conflitos com o proprietário de um mercado instalado nesse local e abusos de poder da polícia local, causando muitos prejuízos e problemas para os produtores.

“Perto da Prainha, tinha um mercado grande. Nós vendia um produto que ele tinha, que era o feijão. Ele ligava pra polícia que vinha e pegava nós tudo. Pegou muitas vez. Nós sofreu demais. A feira era mais baixo, perto da Prainha. Isso era por volta de 1980. Prendia, e as coisas melhor a polícia levava pra eles. A polícia chamava Rapa. E nós gritava: *lá vem a Rapa!* E todo mundo saia correndo... Era coisa do dono do mercado e da polícia, entre eles mesmo. Uma vez deteram a gente. A gente chegou na delegacia o delegado perguntou “*Que que cês tão fazendo aqui? Eu não mandei prender ninguém! Pode ir tudo embora!*” (Sr. T. R. A, Entrevista, 2009)

Esses enfrentamentos duraram muito tempo. Com o passar do tempo, as pessoas viram na feira uma oportunidade para vender, junto com os agricultores, outros tipos de produtos. Este fato acabou por provocar novos enfrentamentos, desta vez, pela competição pelo espaço. Conforme o depoimento:

“Continuou assim muitos anos. Quando ficou muito ruim mesmo é que mudamos em direção onde feira está agora. Ali formou a feira direito. Chegou os camelô. Eles ajudavam porque engrossava a feira mais. Os camelô vendia coisa, fruta que pegava no lixo, laranja. Umas coisas véia, levava para vender lá e o povo comprava. Pensa bem, fruta véia podre. Barato, barato. Esses ambulantes eram tudo do Gama. Ou eles ajudavam ou atrapalhavam, tomando o lugar da gente, que era nosso, nós que criou. Nós sofreu pra criar aquilo. E lá não teve mais rapa né...” (Sr. T. R. A, Entrevista, 2009)

Todo o grupo acabou por mudar de local, entrando pouco a pouco para a cidade, em uma área residencial no Setor Leste.

“Era do lado da padaria, ninguém cobrava nada, não tinha cooperativa, nada. Eu me ajeitei, com meu jeitinho conquistei a clientela, me arranjei. E nunca mais falhei, o trem era bom. Agora está fazendo 20 anos que eu nunca mais falhei”. (Sr. T. R. A, Entrevista, 2009)

“Aí chegou o mercado do governo. Tirou a gente do lado e pôs na rua. Ficou assim, tira não tira, tira não tira, e foi, e acabou a SAB, o mercado do governo. Asfaltou. Foi e tá até hoje. Cresceu, cresceu e expandiu. Aí já veio o Paraguai, buginganga do Paraguai e veio que veio. Antes tinha roupa nova, coisa usada, comida. Aí cresceu, ficou bom, ficou bonita a feira. Já tava pronta. Tinha gente de fora e do Gama, lojista do Plano, porque sabia que era bom”. (Sr. T. R. A, Entrevista, 2009)

Ao longo dos anos, mudou muitas vezes de local. Conforme entrevista com a moradora, realizada por alunos de Extensão Rural em visita de campo:

“A feira iniciou nessa feira aqui perto de casa (EQ 28/30) com uma senhora que vendia feijão de vários tipos, eu comprava do roxinho. Depois ela foi para um pouco mais pra baixo, próximo ao Mercado Atende Bem e por último ficou nessa posição atual, só que antes ocupava a rua”. (Moradora, Entrevista, 2008)

Segundo o Diretor da Cooperativa de Feirantes, as mudanças de local se deveram, em parte, ao crescimento da própria feira. Desde 1991, está localizada na altura da quadra 38.

“A Feira está aqui nesse lugar há 18 anos. Nunca deixou de acontecer, nem mesmo um único sábado ficou sem a Feira dos Goianos”. (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

Foi regulamentada devido ao apoio de governantes locais, atuantes na Administração Regional e Câmara Legislativa do Distrito Federal, que perceberam que, passados tantos anos, a feira era estável, ficaria no mesmo local e apesar de ter a aprovação da vizinhança, precisava de mais apoio e institucionalização. Conforme o depoimento a seguir, a atuação do administrador do Gama foi importante, principalmente pelo fato do trabalho ter sido feito com a participação dos feirantes, de forma alinhada às suas necessidades e condições materiais.

“A época que ficou melhor, quando tinha um deputado que ajudou muito a gente. Muito legal, não lembro o nome dele. Eu preciso lembrar porque ele entrou conosco...” (...)“Era Lacerda, tinha um assessor que trabalhava junto com nós, na feira, com a gente. Aí bombou né... Como vocês falam, bombou. Foi nessa época que registrou a feira, como Feira dos Goianos. Não cobriu mas melhorou muito. Depois derrubou o mercado, asfaltou a rua. E foi muitas vezes assim. Ai o camelô voltou para rua e tomou conta outra vez. Já tem muito tempo que o povo vinha do Paraguai vender aquelas coisas”. (Sr. T. R. A, Entrevista, 2009)

Segundo a Cooperativa, a feira cresceu muito, mas hoje seu tamanho está estável. O diretor acredita que esse crescimento esteja relacionado com a falta de oportunidades de trabalho e com a explosão do comércio informal como única alternativa de renda para algumas famílias no Gama. Segundo ele:

“A Feira dos Goianos é um local onde essa geração de oportunidades e de renda acontece.” (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

Não é permitida a entrada de novos feirantes a não ser que alguém abandone o “ponto” e o transmita para o novo entrante. Isso implica também na transferência ao novo feirante de eventuais débitos com a Cooperativa. Nesse processo, com o passar dos anos, foi ficando cada vez menor a presença de produtores rurais na Feira dos Goianos. Conforme o relato:

“Antes, até 1994, a feira era ainda só de fruta e verdura. Os produtores vinham principalmente do Ponte Alta. Chegava a 100, 120 pessoas, tudo produtor. Também tinha camelô, que vendiam roupa, bijuteria, brinquedo.” (...) “Não sei se é bom ou ruim isso, mas acho que nunca foi incômodo ou ameaça para os produtores. Eles acham que tem espaço para todos e inclusive, traz diversidade e mais consumidores para a feira”. (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

O diretor declara não perceber que a zona rural do Gama tenha mudado muito com a expansão das cidades, no que diz respeito à produção agrícola e à composição de produtores rurais.

“Conheço bem a zona rural, já andei muito lá quando era do Instituto Candango de Solidariedade. As pessoas são as mesmas. Mas são menos pessoas. Os produtores daqui são os mesmos. Quem mudou foram os feirantes. E tem produtor mais novo aqui, porque aí é muito flutuante mesmo”. (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

Refletindo sobre uma transformação e redução de produtores rurais no espaço de comercialização, com o aumento de feirantes não produtores, o diretor acha que foi própria população quem começou a procurar outros tipos de produtos.

“O consumidor queria esses novos produtos. Mas isso não quer dizer que a feira parou de ser um ponto conhecido e procurado, onde se compra frutas e verduras. Isso não mudou. (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

Conforme anotação em diário de campo de um aluno de Extensão Rural, referente à visita ao local onde ocorre, em dia de semana, e entrevista com moradores da vizinhança, a aprovação dos moradores sustentou a trajetória da feira. Segundo seu levantamento:

“No começo a feira era pequena e aos poucos, com a aceitação dos moradores do Gama e do Entorno, foi crescendo e ganhando popularidade. Hoje a Feira dos Goianos atende cerca de 15.000 pessoas, praticamente abastecendo os moradores do Gama, atendendo toda sua comunidade e possuindo 90% de aprovação da população local. A feira acabou se tornando uma tradição”. (Anotação em diário de campo, aluno de Extensão Rural, 2008.)

Todos estes depoimentos recuperados levaram à compreensão de que os principais fatores condicionantes da evolução da Feira dos Goianos podem ter sido: a) a abertura da estrada de Corumbá para Brasília e a nova oportunidade de mercado para os produtores da região de Luziânia, localizada a 40 minutos do Gama; b) as mudanças de local, o crescimento e incorporação de camelôs, com a transformação da feira em uma atividade urbana; c) a aprovação da comunidade e d) o apoio político local na década de 1990.

A localização da cidade do Gama, muito próxima a uma zona rural, que - apesar de ameaçada - mantém certa integridade, pode também ter sido definitiva para a formação e continuidade da Feira dos Goianos. Inclusive porque a zona rural do Gama continua a abrigar uma população rural expressiva, que se envolvem em atividades agrícolas e não-agrícolas também significativas.

Apesar disso, a atual falta de apoio e articulação com o Poder Público, a precariedade de infra-estrutura, a má administração, as incertezas sobre a boa condição sanitária dos produtos e uma exacerbada invasão de bugigangas e produtos da pirataria, podem colocar em risco sua estabilidade.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Segundo a cooperativa dos feirantes, estão cadastradas 384 barracas, conforme a Tabela 6. Apesar disso, a declaração informal é de que existem 600 feirantes atuando.

Tabela 6. Quantidade de bancas cadastradas na Cooperativa, de acordo com as categorias de produtos.

Artigos	Nº de produtores
Açougue	12
Aves	13
Bijuterias	58
Calçados	13
Cereais	18
Confeções	50
Folhagens (Produtores rurais)	24
Frutas e verduras (CEASA)	143
Lanches	17
Peixaria	6
Temperos	15
Utilidades do lar	15
Total	384

Fonte: Cooperativa de Feirantes do Gama e Entorno, (2008).

Com esta referência inicial, utilizada para identificação do grupo formado por produtores rurais, a pesquisa contabilizou todas as bancas de produtores³³, resultando em 10 bancas a mais do que aquelas registradas pela Cooperativa.

A diversidade de artigos ofertados no local foi notada pelo relato do aluno de Extensão Rural, seguido de anotação em diário de campo:

³³ Este trabalho foi feito em julho de 2008 e identificou 34 produtores rurais. Outros membros do grupo de extensão realizaram um censo, em agosto de 2008, identificando 42 pessoas, oito a mais. Optamos por utilizar os dados da pesquisa, uma vez que o controle sobre os dados e dos métodos de coleta é maior. Foi constatado também que o número de feirantes pode oscilar bastante em cada edição da feira e/ou período do ano, devido à dificuldades na garantia de regularidade da produção e à decisões individuais dos produtores.

“Existem dois tipos de vendedores na feira: os fixos, esses em barracas, e os ambulantes, os quais circulavam por toda a feira vendendo tanto aos fixos quanto às pessoas que visitavam o local. Cada grupo desses comercializava tipos específicos de produtos. Entre os primeiros eram vendidos: CD’s piratas, roupas, temperos e tinturas de comida, ervas medicinais, cascas, raízes e folhas de árvores medicinais do bioma cerrado, frutas, verduras, grãos, castanhas, queijos, bebidas alcoólicas, carnes de boi e frango, mel e produtos de limpeza artesanais entre outros. Já entre os ambulantes: açaí, granola, brinquedos (ratinhos), rapé e bebidas tais como água, refrigerante e vinho sangue de boi. Na feira são encontrados produtos diversos, tais como: frutas; verduras; carne; aves; artigos para construção como canos e ralos; roupas; óculos; ovos; bijouterias; relógios e etc. Muitos produtos são trazidos de fora, da região do Goiás; alguns são produtos usados e outros são produzidos pelos próprios feirantes.” (Anotação em diário de campo, aluno de Extensão Rural, 2008.)

A Figura 4 demonstra os principais produtos vendidos pelos 34 agricultores.

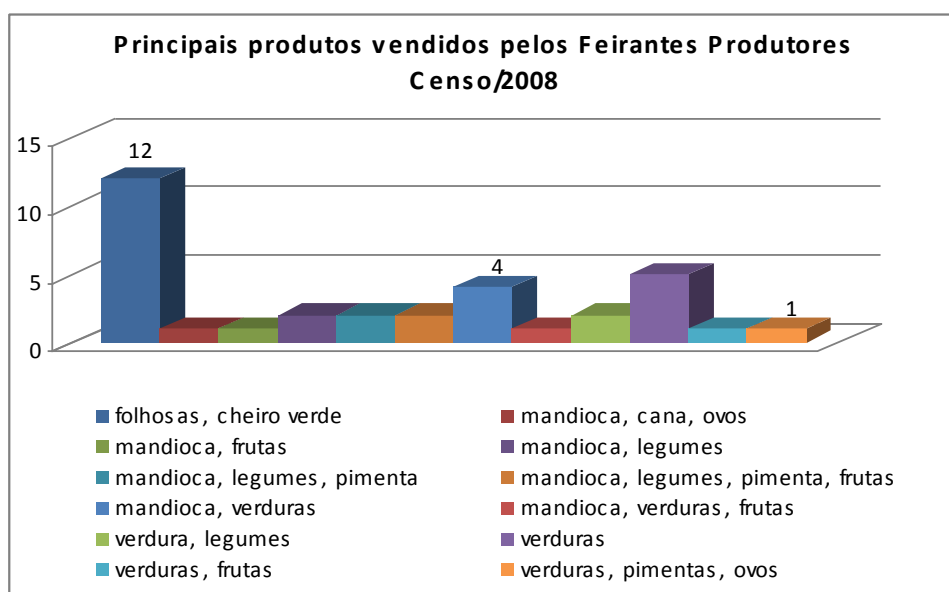


Figura 4. Principais produtos vendidos pelos feirantes produtores.

Fonte: Dados da pesquisa, (2008)

A Figura 5, ilustra uma típica barraca de produtor de mandioca e legumes.



Figura 5. Barraca com produtos da agricultura familiar (legumes e mandioca minimamente processada).

A produção da agricultura familiar é qualificada e, em alguns casos, os produtores garantem que ofertam produtos isentos de agrotóxicos³⁴. É também diversificada, como demonstra a Tabela 7.

³⁴ Os motivos para optar por uma produção sem agrotóxicos, neste caso, estão relacionados à saúde da família trabalhadora, à percepção da preferência do consumidor por um produto saudável e marcadamente, pela elevação dos custos de produção que a utilização dos insumos acarreta, custos os quais os produtores não conseguem arcar. Por outro lado, em alguns casos, apesar de declararem sua produção como “orgânica”, verificamos que nas propriedades ainda há o uso de defensivos químicos. Assim, para que o grupo de produtores possa atingir uma produção totalmente orgânica, será necessário um processo de transição agroecológica, devidamente apoiado por um serviço de assistência técnica e extensão rural, uma vez que a transição implica em adequação e aprendizagem.

Tabela 7. Conjunto de produtos ofertados pela agricultura familiar na Feira dos Goianos.

Produtos da agricultura familiar		
Abacate	Cheiro Verde	Mandioca
Abacaxi	Ervilha	Maracujá
Abóbora	Couve	Maxixe
Açafrão	Feijões diversos	Ovos
Andu	Folhagens diversas	Mexerica
Arroz	Frango caipira	Pimentas diversas
Banana	Jaca	Pimentão
Bucha vegetal	Jurubeba	Quiabo
Cana	Limão	Rabanete
Carambola	Manga	Tomate
Cenoura	Mamão	Vagem

A figura 6 ilustra um barraca de produtos da Agricultura Familiar.



Figura 6. Produtos da agricultura familiar: pimentas, queijo fresco, frutas, mandioca, banana, pimentão, ofertados em pequena quantidade, em uma banca improvisada.

No início da pesquisa, não havia aparentemente produto artesanal, típico, tradicional ou com valor agregado, produzido por comunidades rurais da região. Ao longo do tempo, no entanto, percebemos que este produto existe, ou ainda, que há um bom potencial de alguns produtos para adquirir tal identidade, por exemplo:

- Rapadura, feita de forma artesanal e da mesma maneira há décadas, em Luziânia, Corumbá IV.
- Conserva de azeitona da Sra. M.A.R., Ponte Alta.
- Produtor do Ponte Alta que conduz uma produção expressiva de grande variedade de pimentas, que poderiam ser beneficiadas e ofertadas como conservas.
- Possibilidade de certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar.

Também no início da pesquisa, a Feira dos Goianos não parecia possuir ligações ou vínculos de identidade com o território, pois, se percebia um número muito mais expressivo de artigos de origens e formas de produção desvinculadas da região onde acontece. Em princípio, se percebeu que a maioria dos produtos são frutas e verduras exóticas e produtos industrializados, vendidos por comerciantes.

A gama de produtos é vendida em diferentes tipos de banca. Os feirantes com produtos do CEASA possuem bancas grandes, os produtores possuem barracas pequenas. Existem também os sacolões, cujas barracas são grandes e cobertas, e os caminhões, que estacionados, se transformam também em ponto de vendas.



Figura 7. Exemplo da estrutura de uma banca de verduras.

Os sacolões começam a ser montados na quinta-feira (Figura 8). Na sexta feira, chegam os caminhões com produtos para revenda e as barracas são montadas. No sábado de madrugada, a partir das 4 horas da manhã, o movimento é grande. É neste momento que chegam os produtores rurais, para montar as bancas.

Em algumas ocasiões, os feirantes tentam comprar verduras dos produtores, para completar a variedade de artigos. Porém o preço oferecido, segundo depoimentos, é baixo e em geral, não é aceito. Conforme o depoimento, esta capacidade de ofertar diferentes itens é uma vantagem para o feirante revendedor

“Nessa hora, produtor chega muito, mas chega mais é outra gente. Chega mais é os pessoal do sacolão né, os trambiqueiros que a gente fala. É que eles vai lá, pega no CEASA pro sacolão, bota ali, bota de tudo e bota muita coisa né. A gente que leva do roça, leva mais pouca coisa né, se você leva cheiro verde, alface, cebolinha. Eles não, já levam o tomate, já leva cenoura, já leva beterraba, já leva mandioca, já lá leva não sei o que. Leva de tudo! Aí quem vai comprar deles ali, vai comprar um tomate, um chuchu, vai pegar lá, não pegar um cheiro verde aqui e um alface lá na frente. Vai pegar em um que tem tudo!”. (Sr. M.I.G, Entrevista,2009)



Figura 8. Um sacolão da Feira dos Goianos.

É grande o número de trabalhadores volantes que, em todas as madrugadas de sábado, segundo depoimentos, esperam pelos caminhões carregados com frutas e verduras da CEASA e procuram trabalho. Os trabalhadores são contratados pelos donos dos caminhões e por donos de banca, para “tomar conta” das barracas durante o funcionamento da feira. O depoimento de um produtor, que percebe esta dinâmica, revela que esta é uma solução precária para o desemprego:

“Ah, tem gente que trabalha, mas é por 15 reais, carrega caminhão, descarrega caminhão, o dia e a noite inteira. E isso é dinheiro?” (Sr. M.I.G, Entrevista, 2009)

Os trabalhadores não são os mesmos a cada edição. Também variam muito os produtos predominantes, dependendo da época do ano e da safra. Isso pôde ser claramente observado com a chegada da época de pequi, que começa em outubro e segue até março, em algumas regiões. Os caminhões, carrinhos-de-mão e as barracas de pequi, nesta época, se multiplicam para corresponder a oferta que aumenta muito. Os contratantes estacionam de madrugada

perto da feira, trazendo cargas de pequi, principalmente de Tocantins, e a carga é distribuída entre os trabalhadores volantes ou fica exposta no caminhão do dono da mercadoria.

O coco verde, a banana, a melancia e o abacaxi também têm presença marcante na feira, e são vendidos desse mesmo modo: o caminhão de um outro Estado chega de madrugada e a carga é distribuída entre os trabalhadores volantes.

Uma parte importante da Feira dos Goianos é dedicada à venda de carnes, peixes e aves inclusive abatidas na hora. Em relação a estes produtos, existe uma preocupação de que estes não atendam aos padrões sanitários vigentes, uma vez que não estão propriamente expostos, acondicionados ou manipulados. A origem não é certificada e não há inspeção sanitária. Entre os trinta e cinco (35) feirantes vendedores de produtos de origem animal, dez (10) são produtores familiares, como demonstra a Tabela 8.

Tabela 8. Produtos de origem animal ofertados na Feira dos Goianos.

Segmento	Quantidade	Produtor	Feirante/Revendedores	Fornecedores
Carne bovina	3	0	3	Entorno
Carne de caça	2	2	0	Entorno
Carne ovina	2	1	1	Gama
Carne suína	11	3	8	Frigorífico Suinocoop
Galinha	12	3	9	Luziânia
Peixaria	5	1	4	Núcleo Bandeirante
Total	35	10	25	

Fonte: Dados da pesquisa, (2008).

Também encontramos bancas que ofertam frangos, perus e gansos, vivos ou abatidos na hora. O abate e depeno das aves é feito com uma máquina mecânica, rudimentar, desenvolvida pelos feirantes.



Figura 9. Banca de carnes.



Figura 10. Banca de carnes.



Figura 11. Áreas de venda de peixes.

Na periferia da feira, sempre cheia de consumidores e transeuntes, encontramos diversas barracas de churrasco, lanches e pequenos restaurantes³⁵, com cadeiras e mesas de metal, onde é possível almoçar e beber. Bastante popular são barracas de pastéis e caldo de cana. São duas barracas grandes de pastel e duas pequenas.

Na beira do asfalto, na parte inferior da feira, encontramos pequenas barracas e também lonas, onde ficam expostas roupas e sapatos usados, objetos pessoais de segunda mão, utensílios domésticos, miudezas em geral, peças de automóvel, entre outros. Os objetos podem ser trocados ou vendidos, em geral a um preço ínfimo. Próximo a este ponto, existe também um bingo improvisado, organizado com algumas mesas e cadeiras, sob uma grande lona³⁶.

Uma vez que grande parte da área é ocupada por barracas de eletrônicos, CDs, DVDs e confecções, existe competição pelo espaço de comércio, entre feirantes antigos e novos

³⁵ Vendem comida típica regional (nordestina): vaca atolada, sarapatéu, xinxin de galinha, buchada de bode, etc.

³⁶ A legalidade da atividade deste bingo, bem como outros detalhes, não foi investigada.

entrantes. De acordo com os depoimentos de feirantes, esta competição sempre existiu, mas foi acentuada recentemente, a partir do início da década de 2000, à medida que cresceu exponencialmente a oferta de CD's, DVD's e artigos eletrônicos de preço baixo, vindos da China.



Figura 12. Barraca de pastéis.

Infraestrutura

Não há galpão ou cobertura e as barracas são montadas diretamente no asfalto, estacionamento e em uma área de terra batida. A área de algumas barracas são marcadas no chão, com cal. Exceto o escritório da Cooperativa e os banheiros não acabados, toda a estrutura da feira é desmontável. Durante a semana, a área é desocupada.

A cobertura da maioria das bancas é feita com lonas, amarradas com barbantes, exceto as grandes barrancas, que possuem uma estrutura montável. Não há delimitação clara do espaço de cada banca e o Poder Público não garante a preservação do espaço de comércio dos produtores rurais.

Em abril de 2008, a feira sofreu sua mais recente mudança de local. Devido à inauguração do Posto de Saúde do Gama, foi determinado que as barracas não mais ocupariam a via pública, mudando para um espaço não pavimentado. O GDF deu um prazo de 15 dias para a pavimentação da nova área, o que não ocorreu. Em setembro de 2009, como paliativo, pedaços de asfalto não compactados, foram dispostos sobre o barro, como mostra a Figura 13.



Figura 13. Aspecto da pavimentação provisória da Feira, em setembro de 2009.

Exceto a área de confecções, que ocupa o estacionamento da Escola Pública, a Feira dos Goianos não é dividida em setores. Segundo a Cooperativa, a setorização em feiras livres não é viável, nem desejável, pois a aleatoriedade dos artigos induz a uma maior circulação de consumidores. O exemplo citado pela Cooperativa é um eventual consumidor que chega com o propósito de comprar um determinado item e, se a feira estiver setorizada, após a compra, o consumidor irá embora e não terá a chance de comprar outros itens.

Esta suposta vantagem não é a opinião de um feirante, conforme o depoimento a seguir:

“A feira tem que organizar melhor, ter corredor, tudo certinho. A Feira Permanente é assim, o consumidor pode passear melhor, escolher melhor. Na Feira dos Goianos é um *vuco-vuco* total, a pessoa não anda!” (Sr. A. J, Entrevista, 2009)

As bancas são feitas, em geral, de madeira e de ferro, e possuem metragem não padronizada. Existem desde barracas típicas de feira livre, com expositor de madeira de 2 metros e pés de metal, até aquelas de 10 metros, formadas pela justaposição de muitas bancas.

Alguns feirantes e ambulantes utilizam reboques, carrinho de mão, carrinhos de supermercado, bicicletas ou lonas, no chão, para exporem seus produtos. Diversos ambulantes percorrem o espaço da feira, ofertando itens variados, principalmente lanches, frutas, brinquedos, CDs e DVDs.

Não há água encanada ou torneiras, exceto na estrutura próxima ao escritório da Cooperativa. Há um ponto de energia elétrica, no escritório da Cooperativa, bastante precário e que oferece riscos de curto circuito. Devido ao excesso de ligações, o fornecimento de energia é instável. A cooperativa alega ter um custo mensal de aproximadamente 800 reais com energia e água, apesar da prestação de contas não estar exposta em local visível para consulta.

Ao que tudo indica a energia não chega a todas as barracas. As barracas de CD, no entanto, conseguem puxar a energia para ligar aparelhos de som. Vindas das diferentes barracas, as músicas competem entre si pelo mais alto volume.

Segundo a Cooperativa, as duas grandes barracas de pastel utilizam muita energia para a resistência das máquinas de fritura, o que causa o desligamento de toda a energia da feira, causando muitas reclamações. As serras elétricas para o corte de ossos e pedaços de carne, compartilhadas entre feirantes, também utilizam energia.

Exceto isopores com gelo, no caso dos peixes, não há sistema algum de refrigeração para as carnes. Por ser uma feira livre, totalmente desmontável, a existência de freezers ou

balcões refrigerados, parece, no entanto, ser inviável. Além disso, é possível que os feirantes não tenham condições de arcar com eventuais custos de refrigeração. Os pedaços de carnes ficam, portanto, expostos diretamente para o consumidor, dependuradas no teto da barraca.

Relação entre a feira, Poder Público e sociedade

Ao contrário das feiras permanentes, que obedecem a um conjunto de regras mais rígido e pagam mais tributos, os feirantes da Feira dos Goianos devem somente requerer e pagar uma taxa de utilização da área pública para a Administração Regional do Gama. Segundo a Administração, a maioria dos feirantes não o faz.

Para mediar as relações entre feirantes, Poder Público e sociedade, existe a Cooperativa de Feirantes, que coordena outras duas feiras no Gama e Santa Maria e também o Shopping Popular do Gama.

Os feirantes são motivados a pagar taxas à Cooperativa, apesar da não obrigatoriedade. A cooperativa recolhe taxas para uso de água, energia elétrica, pagamento de funcionários, entre outras. O valor, as regras de recolhimento, bem como a permissão de entrada de novos feirantes, são estipulados pela Cooperativa e pactuadas entre os feirantes.

A cooperativa alega agir exatamente de acordo com o decreto que regulamenta as feiras no DF. Alega intermediar as relações entre feira e Poder Público da maneira mais correta, principalmente porque lida com uma situação com muitas peculiaridades, que não podem ser abordadas “à risca”, como a vigilância sanitária e a entrada na feira por pessoas muito pobres, sem participar de seleção pública. Para a Cooperativa, esse *trade-off* entre legalidade e ilegalidade, significa que a Feira atende uma “função social”.

Essa “função social” também decorreria da flexibilidade de entrada e saída de feirantes. Conforme o depoimento:

“A feira é uma alternativa para atender o social. Se ela mudar muito, não vai mais atender a sociedade. A proposta é que nunca mude muito, pois a feira é livre. É flutuante. Mesmo que entre e saia feirantes, essa é a dinâmica. As pessoas aqui vão e vem”. (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

A Administração Regional do Gama opera precariamente, não possui informações, regulamentação específica para a feira e também não mantém um registro preciso sobre a Feira dos Goianos. A Administração não conduz processo seletivo para a ocupação do espaço público. A organização do espaço, horário, cadastro de feirantes e fiscalização também não é garantida pelo Poder Público e está a cargo da Cooperativa de Feirantes.

Existe policiamento, e segundo a Cooperativa, não existem ocorrências policiais na Feira dos Goianos, ao contrário das outras feiras da região. A companhia pública de saneamento realiza a limpeza do local, apesar de depoimentos indicarem que a mesma é precária, na maioria das vezes, principalmente em relação aos resíduos do abate de animais.

O não atendimento de solicitações simples - mas que se arrastam por muitos meses, como a pavimentação do local da feira, e por muitos anos, como a construção de banheiros públicos – denotam além da pouca mobilização, atenção nula por parte do Poder Público para com esta comunidade.

Os feirantes possuem pouca representatividade política, ensaiam precárias práticas organizativas e não estão mobilizados em torno de um objetivo comum. A falta de mobilização está revelada, entre outros indicadores, no baixo índice de adesão à Cooperativa e no fato de que, muitas vezes, os produtores não se conhecem, embora trabalhem nas mesmas feiras da região, há muito tempo.

Quando é feita alguma reivindicação para a feira, a mesma é feita em nome da Organização Não-Governamental denominada Organização Social Popular Solidária (OUNISP), entidade fundada pelo diretor da cooperativa. Tal ONG possui CNPJ e pode entrar com representação no Ministério Público.

A Cooperativa tem dificuldade para estruturar uma estratégia de alteração deste quadro de precariedade. Uma vez que a motivação para engajamento em projetos coletivos nem sempre é uma tarefa fácil, onde cabem explicações culturais e sociológicas subjacentes, seria necessário o desenvolvimento de projeto participativo, de longo prazo, bem estruturado, apoiado pelas instituições e objetivando a coesão e organização social dos feirantes em torno de um objetivo comum. Conforme o depoimento, as reuniões entre feirantes e cooperativa são escassas e não atingem os objetivos propostos

“Nós fazemos reunião, mas só vem uns gatos pingados. Então a gente acha que esse negócio de reunião não dá certo, não serve pra nada. As vezes a gente tenta. Esse ano nós fizemos uma.” (Presidente da Cooperativa, Entrevista, 2009)

3. ASPECTOS SANITÁRIOS

A observação direta e anotação em diário de campo de um aluno de Extensão Rural em saída de campo traduz a condição de exposição dos produtos de origem animal.

“Em relação às carnes vendidas, estas estavam em péssimas condições de exposição, penduradas e com muitas moscas pousadas. O peixe ficava em bancadas sem nenhum meio de refrigeração. Lá também é vendida galinha viva, que a critério do cliente pode ser morta no local e depenada. Nas bancas de produtos de origem animal pôde-se notar que estes encontravam-se expostos sem qualquer tipo de proteção e refrigeração, estavam deteriorando-se. Insetos podiam pousar livremente, pessoas podiam tocar nos produtos sem qualquer proteção, enfim, os riscos de contaminação das carnes e vísceras estavam altíssimos.” (Aluno de Extensão Rural, 2008)

A aluna de Medicina Veterinária relata a condições das carnes da seguinte forma:

“Havia vísceras com características que - em um local com um mínimo de inspeção sanitária - seriam condenadas e descartadas (como em um caso em que a degeneração gordurosa foi observada). Havia também um setor de venda de aves, como galinhas, no qual o comprador poderia optar por levar o animal vivo ou abatido na hora. As condições de higiene e manuseio dos instrumentos e dos produtos pelos empregados também eram duvidosas. Eles cortavam animais diferentes com as mesmas facas, sem lavar as mesmas, sem higienizar a superfície de trabalho e sem utilizar proteção. O sangue ficava exposto, haviam muitos insetos em volta, além de que os animais vivos também estavam ali perto, enfim, tudo sendo realizado no mesmo ambiente e com alto risco de contaminação. Havia também uma

máquina para arrancar as penas das aves, facilitando, assim, o trabalho das pessoas. Alguns alimentos estavam expostos de forma inadequada, tais como as carnes, que se encontravam com grande quantidade de moscas”. (Aluna de Extensão Rural, 2008)

Não obstante as impressões negativas, em geral, os relatórios dos alunos finalizam com a conclusão de que a feira permanece como organismo estável, conforme o relato abaixo:

“Apesar de toda essa situação descrita, desorganização, precariedade da feira, higiene inadequada, as pessoas continuam freqüentando o lugar e consumindo os produtos de diversos tipos que lá são vendidos. Esta feira serve como opção de compra para os moradores com menor poder aquisitivo, ou para aqueles que buscam produtos vendidos em outras regiões do país (...)” (Aluna de Extensão Rural, 2008).

Esta permanência está também relacionada ao fato de que os consumidores da Feira não enxergam problemas desta natureza. O trecho abaixo resume esta impressão:

“Apesar de todas as observações de fatos que ferem as normas mínimas sanitárias, a legislação em vigor e a falta de infraestrutura adequada, muitas pessoas saíam com sacolas e carrinhos de feira cheios, principalmente com frutas, verduras e legumes, além daqueles produtos de origem animal observados em péssimas condições de higiene” (Aluna de Extensão Rural, 2008).

Pela observação direta, vimos que no início da feira, as carnes não ficam expostas ao sol e ao contrário do percebido pelos alunos de Extensão, apresentam um excelente aspecto. É provável, portanto, que na Feira dos Goianos também existam carnes de qualidade, mesmo que ao longo do tempo de funcionamento os problemas de sanidade possam surgir.

Parece complexo o processo de adequação dos feirantes e também dos abatedouros às normas da vigilância sanitária, inspeção animal e licenciamento. Foi relatado, por exemplo, que um dos motivos da existência de tantos abatedouros clandestinos na região pode ser resultado de normas excessivamente rígidas e proibitivas em termos de custos. Também vale ressaltar que, se há oferta destes produtos não inspecionados, como aves abatidas na hora, em parte isso se deve a existência de consumidores interessados em comprá-los.

Tendo isso exposto, pudemos apreender que, assim como existe um descompasso entre a feira real e a feira legal, existe um conflito entre as normas da vigilância sanitária e o hábito social³⁷. Na experiência de campo na Feira dos Goianos, muitas vezes foi observado que é significativa a diferença de percepção, social e também individual, daquilo que é considerado “sujo” ou “limpo”, “ruim” ou “bom” para o consumo. A reflexão sobre essa questão indica que a “qualidade” é um conceito, abstrato, dificilmente medido e igualmente difícil de ser imposto a todos da mesma maneira³⁸.

Durante o estudo desta Feira acabamos por entender, de maneira mais clara, que o gosto, as impressões individuais e sociais que os consumidores estabelecem em relação à um determinado produto, estão, em níveis de importância distintos, condicionadas por noções preexistentes, muitas vezes, abstrata. Por outro lado, não podemos ignorar que, ainda que inexista percepção negativa em relação aos alimentos, permanece a questão da saúde pública e da obrigação do poder público em fazer conhecer e também aplicar as normas sanitárias estabelecidas. Na afirmação de tais normas, devem se posicionar as instituições governamentais responsáveis pela regulamentação, fiscalização e divulgação de hábitos de consumo e higiene, por meio dos seus diversos instrumentos (ANVISA, Ministério da Saúde, cartilhas, campanhas nas escolas, propagandas na televisão, etc).

Dentro desta mesma perspectiva, vimos a entender também que, mais do que uma questão normativa ou de poder aquisitivo, fatores como confiança e proximidade influenciam extraordinariamente o comportamento econômico das pessoas, levando-as a rejeição ou preferência por determinados produtos (THEVENOT, 1998).

³⁷ Apesar da Feira dos Goianos ser um local privilegiado para este tipo de pesquisa, tanto sobre a questão da qualidade, do gosto e da segurança alimentar (do ponto de vista de *food safety* e *food security*) o tema não foi aprofundado neste estudo, visto que tal aspecto deveria ser investigado pelo grupo de extensão.

³⁸ Sobre o “gosto” ver o estudo de Seymour (2005), baseado em Pierre Bordieu.

Estas discussões, ao longo da pesquisa, pareceram muito interessantes, mas não foram abordadas profundamente, devido a decisões metodológicas. Porém, na experiência na Feira dos Goianos, acabamos por compreender que a questão da qualidade de produtos na feira, cujo peso é atribuído socialmente, deva entrar na pauta de pesquisa e políticas públicas para feiras.

4. OS CONSUMIDORES DA FEIRA DOS GOIANOS

Na cartilha para produtores rurais elaborada por Figueiredo *et al.*,(2003), em parceria com a EMATER/DF, um “típico cliente de feira” gosta de produtos frescos, busca preços mais baixos e normalmente mantém a fidelidade. Para os autores, são clientes que gostam de

contato direto com o vendedor (produtor); de pechinchar; da compra ao ar livre; da compra nos fins de semana; de comprar, geralmente, com dinheiro; de relacionar o ambiente à área rural; de conselhos e informações sobre o produto; de escolher e pesquisar a qualidade e preços dos produtos a serem adquiridos (FIGUEIREDO *et al.*, 2003, p. 26).

A Figura 14, abaixo, representa a frequência de visitação dos consumidores na Feira.

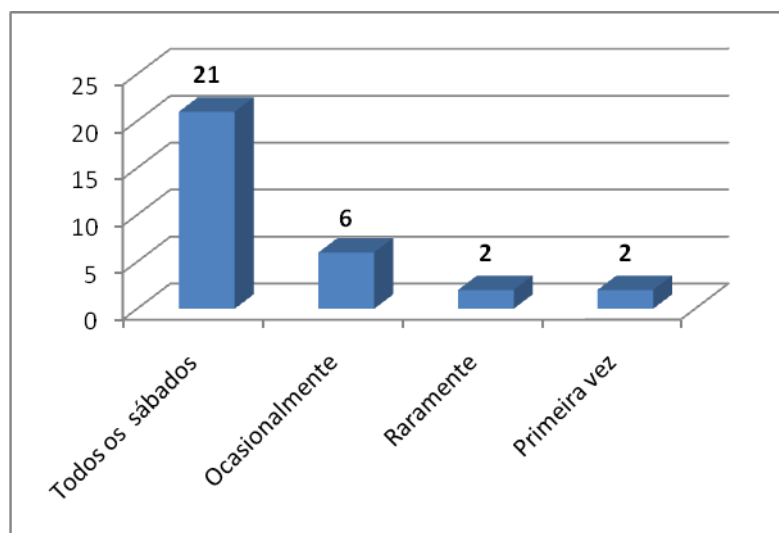


Figura 14. Frequência de visitação à Feira dos Goianos.

Fonte: Dados da pesquisa,(2008)

Vemos que a maioria dos consumidores da amostra possui o hábito de freqüentar a feira todos os sábados. Os perfis e hábitos dos consumidores é assunto de interesse de pesquisas sobre os mercados de rua. Conforme Rezende *et. al.*, (2009), os freqüentadores assíduos das feiras são pessoas que buscam itens para abastecimento doméstico, principalmente donas de casa e aposentados. Este perfil pode também variar muito, de acordo com cada tipo de feira e outros fatores (SACCO DOS ANJOS *et al.*, 2005).

Conforme ilustra a Figura 15, a seguir, 39 % dos entrevistados declaram fazer compras somente na Feira dos Goianos. Este valor está em consonância com entrevistas feitas com moradores da circunvizinhança, pelos alunos de Extensão Rural. As anotações em diário de campo dos alunos revelaram que os moradores próximos à feira utilizam a Feira dos Goianos como único local de compras.

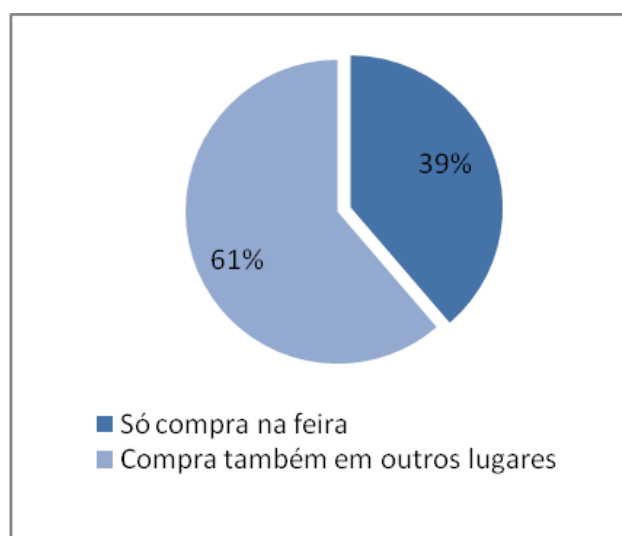


Figura 15. Exclusividade de utilização da Feira dos Goianos para compras.

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

São muitos os motivos para comprar na Feira, inclusive a qualidade dos produtos, a variedade e localização. Apesar disso a resposta predominante se refere ao preço baixo, como demonstra a Figura 16.

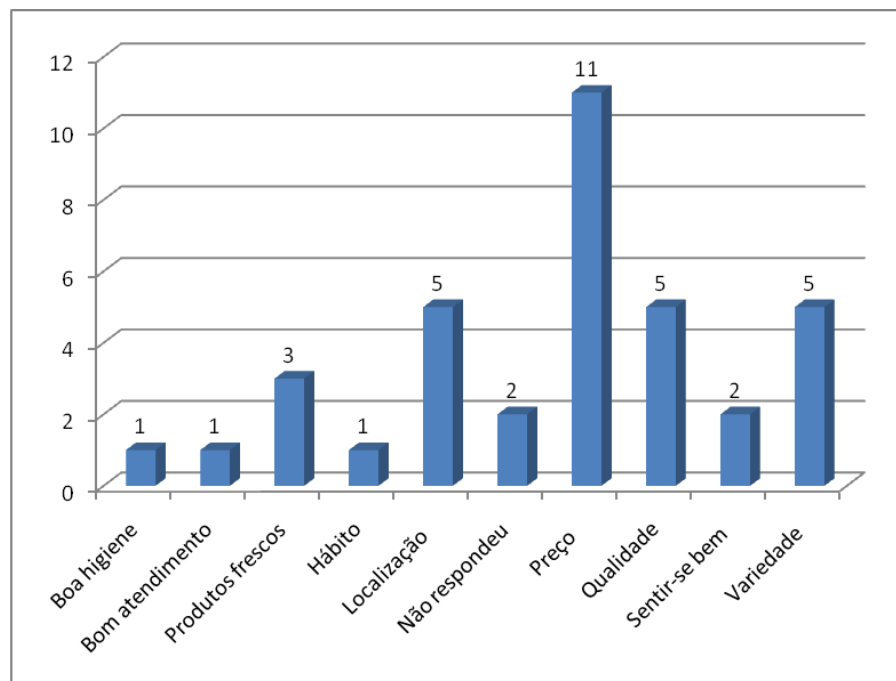


Figura 16. Principais motivos para comprar na Feira dos Goianos.

Fonte: Dados da pesquisa, (2008).

Ao serem questionados sobre o que costumam consumir, a resposta é ampla. A maioria das pessoas respondeu que compra frutas e também verduras, ou carnes e também verduras. Por esse motivo, foi feito o cálculo da frequência de respostas afirmativas para cada item, em relação ao total de respostas oferecidas. A Figura 17 mostra que 14% das respostas são positivas para a compra de carnes. No entanto esse valor é bastante inferior às respostas positivas para frutas e verduras.

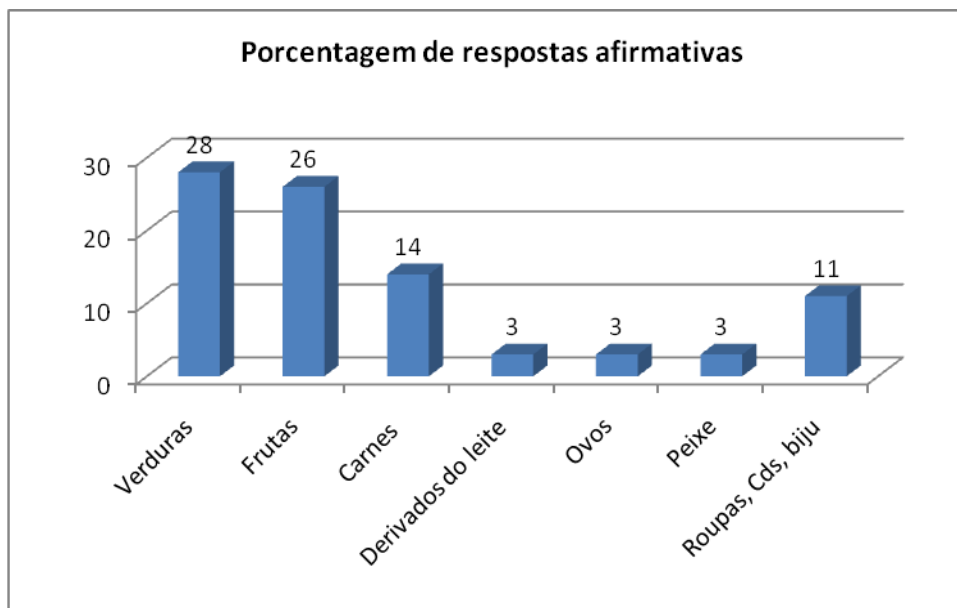


Figura 17. Principais produtos consumidos na feira.

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

Mesmo que o preço seja o maior motivo para comprar, nem todos acreditam que os preços da feira sejam baratos. Como demonstra a Figura 18, é significativo o número de pessoas que acreditam que o preço na feira é “médio”, ou seja, nem mais caro nem mais barato do que em outros lugares.

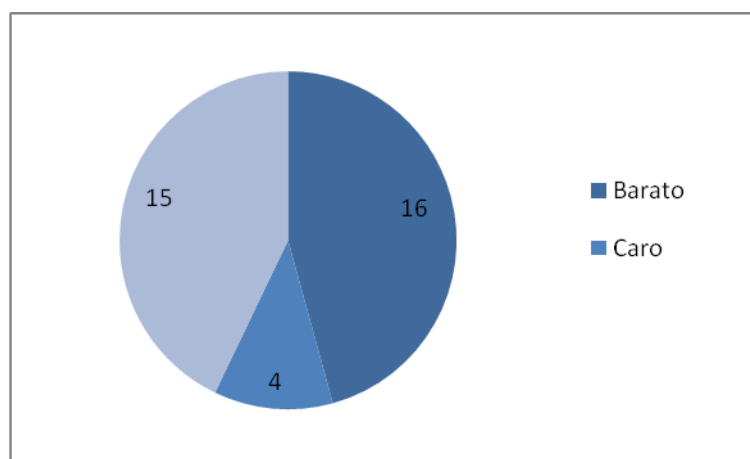


Figura 18. Opinião sobre os preços praticados na feira.

Fonte: Dados da pesquisa, (2008).

Dezesseis (16) respostas indicam que o preço praticado na feira é mais barato do que em outros mercados próximos. Em verificação de campo, foram consultados os preços de artigos hortifrutigranjeiros no mercado mais próximo da feira, chamado “Econômico”. Foi levantado que ali os produtos tendem a ser mais caros do que na feira.

Como vemos na Figura 19, abaixo, 28% dos entrevistados não frequentam a feira somente com o propósito de realizar compras, apesar de ser este o principal motivo.

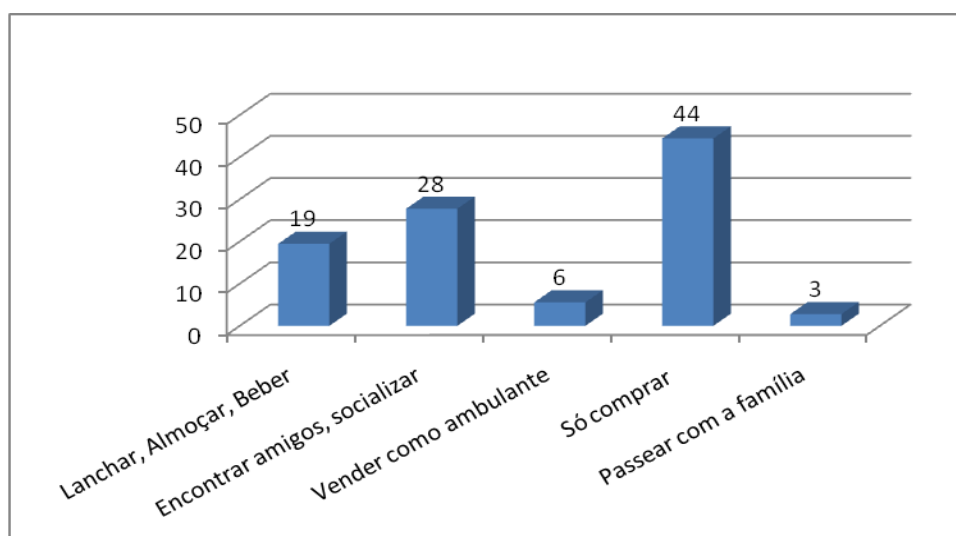


Figura 19. Motivos para frequentar a Feira dos Goianos.

Fonte: Dados da pesquisa, (2008).

Mais da metade dos entrevistados respondeu que é cliente de alguma banca em especial, como mostra a Figura 20. Isso pode explicar que, apesar do preço não ser considerado tão diferente do mercado, algumas pessoas preferem comprar de uma mesma pessoa, devido a diversos fatores como a qualidade oferecida, o atendimento personalizado e à relação pessoal com o feirante.

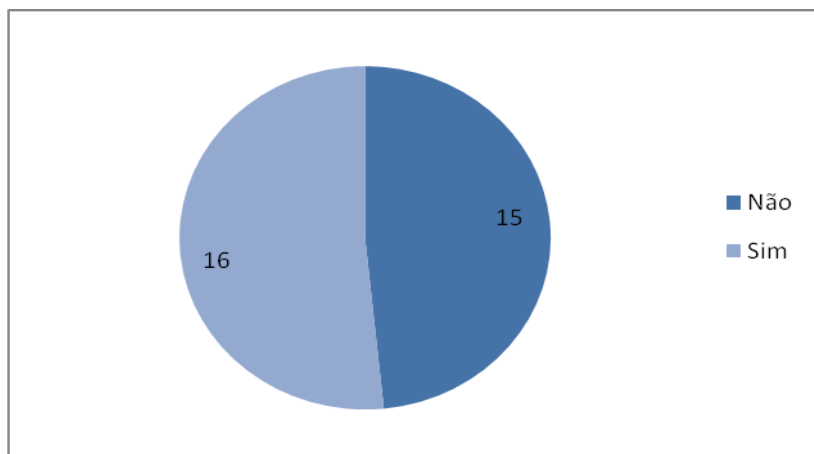


Figura 20. Preferência em relação à alguma banca.

Fonte: Dados da pesquisa, (2008).

Em caso positivo, alguns consumidores revelaram de quais bancas são fregueses e o porquê, como mostra a Tabela 9.

Tabela 9. Motivos para fidelização.

Produto	Motivo para fidelização
Queijo	Qualidade
Caldos	Higiene, qualidade e bom atendimento
Frutas e Verduras	Amizade
Carnes	Qualidade

Fonte: Dados da pesquisa, (2008).

A Figura 21, a seguir, demonstra que o principal critério para comprar em determinada barraca é a qualidade, aparecendo em 39% das respostas.

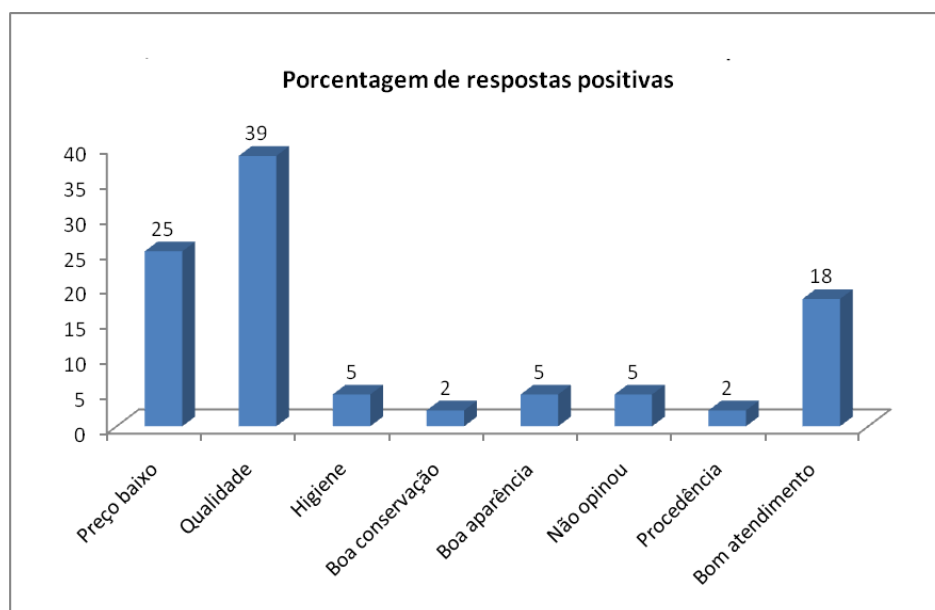


Figura 21. Critério para decisão entre diferentes bancas com o mesmo produto.

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Para Figueiredo *et al.*, (2003) um produto agrícola de qualidade é “um produto fresco, com uma aparência saudável, sem danos e higienizados” (FIGUEIREDO *et al.*, 2003, p. 13).

Os consumidores foram perguntados, com uma questão aberta e qualitativa, sobre o que é “qualidade”, em sua opinião. As respostas variaram muito e em geral estiveram relacionadas com um atributo específico, desejável no produto e que é, portanto, mais valorizado, como a aparência ou procedência. Entendemos que está é uma pergunta subjetiva, indicando a necessidade de um tratamento e abordagem específicos. Percebemos pelas respostas que inclusive o critério “preço” aparece como significando “qualidade”. As respostas se encontram na Figura 22, a seguir.

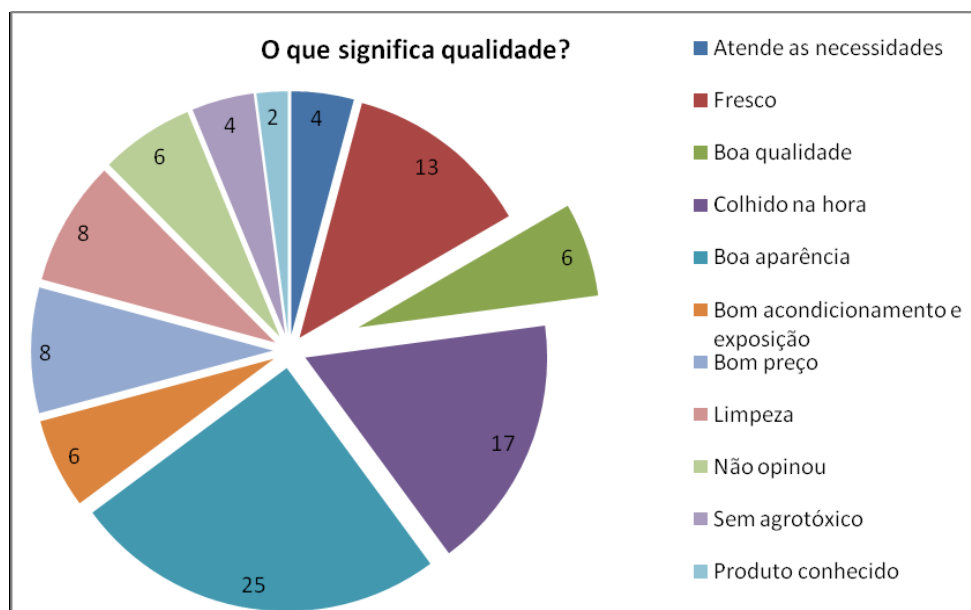


Figura 22. Significado de “qualidade” (declaratório).

Fonte: Dados da pesquisa, (2008).

O alimento fresco (13%), colhido na hora (17%) e sem agrotóxicos (4%), aparecem com valores significativos, indicando um potencial nicho de mercado a ser explorado pelos produtores rurais.

Além de encontrarem na feira produtos de qualidade, a Figura 23, abaixo, demonstra que 71% das pessoas estão satisfeitas com a localização da feira, o que é também um indicativo que as pessoas que a frequentam moram nas proximidades e muitas vezes, vêm a pé fazer as compras. A pesquisa demonstrou também que 55% das pessoas acham que a feira é um lugar organizado. Apesar disso, a satisfação dos consumidores em relação à higiene (em relação neste caso aos banheiros, ao lixo e a pavimentação) é bastante baixa, representando somente 32% das pessoas satisfeitas com a limpeza da feira.

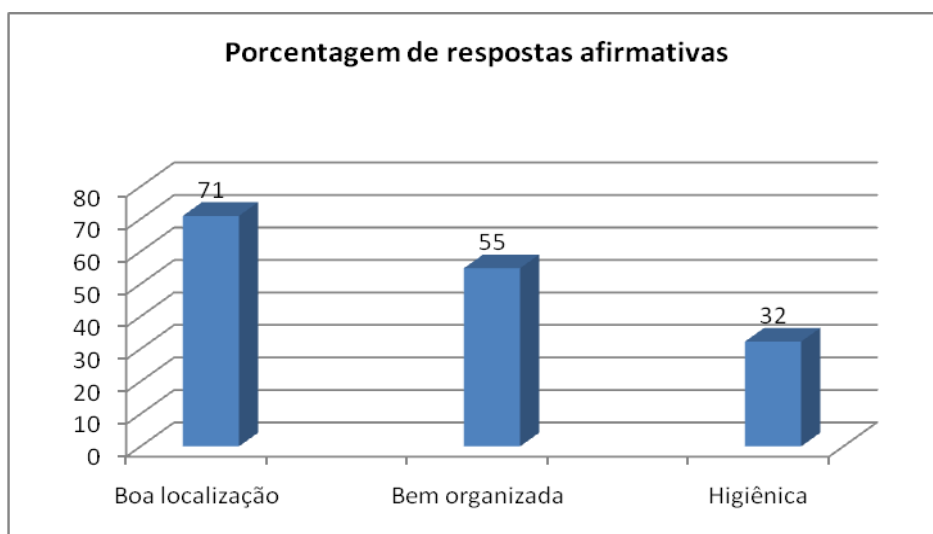


Figura 23. Satisfação dos consumidores em relação à localização, organização e aspectos sanitários da feira.

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

Uma vez que o poder público não tem se comprometido com a resolução destas questões de infraestrutura, caberia à Cooperativa dos Feirantes abordá-las. Desta forma, apresentaremos, a seguir, um relato do diretor da Cooperativa dos Feirantes.

A Cooperativa de Feirantes

O diretor da Cooperativa é feirante há 18 anos e também morador do Gama. É natural do Maranhão e veio para Brasília em 1972. Em 1986, decidiu entrar para o negócio de vendas de côco, trazendo os produtos da Paraíba e Rio Grande do Norte para revenda em Brasília, assim como faz grande parte dos comerciantes de frutas da Feira dos Goianos hoje em dia. Em 1991 se integrou à Feira dos Goianos vendendo frutas. Em 1997, após fundar o Sindicato dos Traillers e Similares do Gama, foi convidado pela Administração Regional para representar o grupo de feirantes.

“Fiquei sensibilizado pela situação da feira, pela falta de água, de luz e pela falta de banheiros, aceitei a proposta. Foi criada então a Cooperativa dos Feirantes. Desde então, comecei a reivindicar junto ao governo apoio para as feiras.” (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

Fez parte do Instituto Candango de Solidariedade, trabalhando junto às comunidades da Zona Rural do Gama. Pela experiência com o trabalho social, fundou a ONG OUNISP, que oferece serviços para comunidade carente da região.

“A ONG fundou um centro profissionalizante com cursos para a população, um time de futebol, apoio para acessar cestas básicas, auxílio jurídico, auxílio para aposentadoria e ajudar para inserção no mercado de trabalho. Nosso trabalho já conseguiu ajudar muita gente a aposentar.” (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

Ele relata que já conseguiu mobilização de um deputado distrital para a realização do asfalto da feira do Setor Sul, mas a Feira dos Goianos ainda não foi contemplada, apesar de um pedido semelhante tramitar Câmara Legislativa (Anexo VII). Diz que em relação à Feira dos Goianos o trabalho é sempre mais difícil. Relata que um deputado, influente no Gama há bastante tempo, declaradamente “não gosta da feira”. Em determinada eleição para a Câmara Legislativa do DF, o diretor colaborou com a sua campanha, mas houve problemas. Acredita que existam “forças políticas”, motivadas por assuntos “pessoais” e conflitos, que tem a capacidade de bloquear o bom desenvolvimento da Feira dos Goianos. Segundo ele, “tem um poder político que impede o desenvolvimento da feira”(Diretor da cooperativa, Entrevista, 2009).

Apesar disso, houve algumas conquistas.

“Hoje tem água e luz, apesar de não receber nenhum apoio do governo. A falta de apoio é a maior dificuldade que a feira enfrenta. O asfalto é bastante difícil resolver, apesar da nossa luta. Conseguimos agora fazer os banheiros, depois de muita dificuldade.” (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

O diretor diz que gostaria de apoiar o processo de regularização da feira e conforme o depoimento:

“Se fizesse um projeto que incluísse todas essas questões e peculiaridades, e incluíssem a Cooperativa sem bater de frente, seria importante”. (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009).

Para a cooperativa, o tratamento a ser dado a produtores e feirantes revendedores deve ser igual. Apesar disso, como resultado do trabalho do grupo de extensão na feira, o Diretor compreende que o grupo formado pelos produtores rurais necessita de apoio diferenciado, devido à condição de vulnerabilidade em que se encontram.

Em uma circunstância futura, a Cooperativa se propõe a apoiar a consolidação do grupo de produtores rurais da Feira dos Goianos. A expectativa é que na ocasião do asfaltamento seja criado um espaço de vendas exclusivo para os produtores rurais. A proposta é que, nestas condições, seja criado um ambiente mais propício à cooperação, além da possibilidade de melhor remuneração pelos produtos da agricultura familiar, de natureza e qualidade diferenciadas.

CAPITULO IV – AS FAMÍLIAS PRODUTORAS RURAIS DA FEIRA DOS GOIANOS

Se, de um lado, como condição da pesquisa antropológica, deve-se respeitar a perspectiva nativa e a sua “lógica própria”, para a compreensão das características de uma situação marcada pela singularidade; de outro lado, não se pode supor que essa lógica fale por si. É preciso que a análise tenha por referência uma realidade mais ampla de compreensão, porque há mediações que devem ser compreendidas entre os objetos singulares e o contexto no qual estão inseridos (VALENTE, 2008b, p. 18).

1. APROXIMAÇÕES SOBRE O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FEIRA

No censo realizado em 2008 na Feira dos Goianos, feito de forma simplificada e preliminar, abordando um grupo de 34 feirantes produtores, foi apurada a existência de vários arranjos produtivos e comerciais, quase todos, porém, marcados pela precariedade fundiária, por meios de produção limitados e pela quase total falta de acesso a políticas públicas. Notou-se casos onde há separação entre lugar de trabalho e de moradia. Com base nesta primeira aproximação, pudemos inferir que o público alvo da pesquisa situaria-se nos segmentos de baixo da agricultura familiar brasileira, potencialmente alcançável pelo PRONAF B³⁹, que atravessa o rural e o urbano e combina diversas estratégias de fonte de renda para sua subsistência.

³⁹ O Pronaf Grupo “B” é uma linha de microcrédito rural voltada para as famílias de mais baixa renda. A linha disponibiliza recursos de valores pequenos, sem burocracia e com taxas de juros mais baixas que as demais linhas. O agricultor deve possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é emitida pela Emater ou pelo sindicato, o CPF regular e uma proposta de crédito. São condições para acessar o PRONAF B: I) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; II) residir na propriedade ou em local próximo; III) não dispor, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; IV) obter no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; V) ter o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento; VI) ter obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação do DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, de até R\$4.000,00 (quatro mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Percebemos a existência de feirantes que utilizavam a feira como única fonte de renda, além de produzirem para o auto-consumo e também um grupo de pluriativos, assalariados e autônomos⁴⁰. A existência desta diversidade de arranjos acabou por se transformar em um importante foco da pesquisa. Para analisá-la, buscamos sustentação nas teorias existentes hoje sobre a comercialização na agricultura familiar e o novo rural brasileiro.

Pelos depoimentos, foi percebida a prática incipiente de cooperação no comércio entre os produtores da região, denotado pela inexistência, por exemplo, de sistematização de transporte de mercadorias em conjunto, vindas de um mesmo núcleo rural e em um caso, de um mesmo estabelecimento, onde viviam mais de uma família de produtores feirantes. Um produtor de hortaliças ia para a feira de bicicleta, apesar de morar em uma chácara com outras famílias, que vinham de carro para a feira⁴¹. Duas agricultoras pagavam frete para chegar à feira, pois não conseguiam arranjar uma “carona” com produtores vizinhos, também vendedores na Feira dos Goianos. A alegação é que não havia espaço no carro para as cargas de produtos.

Em avaliação preliminar junto às associações de produtores e moradores da região e à EMATER, foi confirmado que existe desarticulação entre produtores rurais da região.⁴²

⁴¹ À época, este produtor morava na propriedade do patrão, produzia alimento para si e para a família, comprava produtos dos vizinhos e participava da feira, apesar de não possuir banca própria. Com o tempo, e com inegável talento para vendas e simpatia, conseguiu comprar um fusca e não precisa mais ir de bicicleta. Conseguiu também negociar um ponto na Feira dos Goianos (Ver ANEXO II, nº 1)

⁴² Com a mediação que o projeto de extensão se propõe a oferecer, é possível que esta realidade possa ser modificada.

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO - BASEADO EM QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

Os resultados a seguir dizem respeito ao trabalho de campo, realizado na feira e nas propriedades. Vinte e dois/duas (22) produtores/as formaram a amostra da pesquisa.

Do censo original, duas pessoas (2) não quiseram participar⁴³, quatro (4) pessoas não foram encontradas, uma (1) pessoa parou de produzir e passou vender só produtos comprados no CEASA⁴⁴ e seis (6) pessoas pararam de trabalhar na feira. O quadro abaixo expõe os motivos.

Quantidade	Situação	Motivo
3	Parou de produzir e de frequentar a feira	Cultivava 1/2 hectare de horta e teve que desocupar a área. Não possuía transporte para a feira.
		Dificuldades na produção e acesso a água.
		Dificuldades de transporte até a feira.
1	Não produz nem participa da feira na época da seca	Seus produtos precisam da água da chuva (abóbora, quiabo, etc).
1	Parou de produzir	Viuvez.
1	Parou de frequentar a feira	Passou a entregar seus produtos em um sacolão.
Total: 6		

Apesar de acreditarmos que a amostra é representativa do universo de produtores rurais, é possível que existam algumas pessoas que não foram encontradas ou abordadas em nenhuma das visitas à feira. Embora tenhamos realizado dezenas de visitas, sabemos que o fluxo de pessoas e a sazonalidade de participação dos produtores é significativa. Isso se deve principalmente à época das chuvas ou da seca e também à dificuldade de produzir com recursos financeiros muito escassos. A inexistência de pontos fixos na feira, o alto número de barracas dispostas de maneira desordenada e a enorme quantidade de pessoas circulando, também colocaram uma dificuldade de encontrar todos os produtores nas visitas de campo.

⁴³ Uma feirante não pode participar pois foi proibida pelo marido. Esta questão merece um tratamento teórico diferenciado, com um recorte de gênero.

⁴⁴ Os motivos são: idade avançada e também porque acredita que não vale a pena produzir. Devido à criação de gado, ainda vende na feira derivados do leite.

Questionários A e B

Questionário A (ANEXO III)

Dez (10) produtores foram entrevistados com o apoio destes questionários. Mais longos, foram feitos na propriedade e tiveram o intuito de aprofundamento. Essas 10 pessoas faziam parte do grupo de 12 famílias com as quais o trabalho de capacitação está em curso⁴⁵, são as pessoas mais antigas na feiras, moradoras do Gama ou muito próximo ao Gama. Desta forma, com estas pessoas foi estabelecido um vínculo e uma relação de confiança. Dentre este grupo, dois (2) produtores, além das perguntas do questionário, tiveram histórias orais e de vida gravadas e transcritas, devido à relevância para a pesquisa (ANEXO I).

Questionário B (ANEXO IV)

Doze (12) entrevistas foram feitas na feira, com um questionário mais simples, contendo as mesmas perguntas do questionário longo. Os dados de ambos questionários foram tabulados conjuntamente, utilizando o *software* Excel. Dentre esta amostra, duas (2) pessoas não estavam na lista original do censo de 2008. Dentre este grupo está uma (1) feirante, fundadora da feira, que apesar de nossa tentativa, não pode responder ao questionário A.

⁴⁵ O foco nestas 12 famílias foi uma decisão metodológica. Para este grupo foram feitas visitas do grupo de extensão, cujo trabalho teve objetivos diversos do dessa pesquisa. Foram feitas análises de solo e de água das propriedades e uma reunião com a Emater, a fim de identificar suas principais demandas. Está ainda sendo debatida a melhor forma de levar adiante a capacitação. Apesar disso, estão em discussão uma série de propostas de organização social dos feirantes, o que incluirá também outras famílias não visitadas.

2.1. Caracterização da unidade produtiva e da produção destinada a feira

Conforme a Tabela 10, o grupo formado pelos produtores da Feira dos Goianos moram e/ou produzem no próprio Gama ou em locais muito próximos.

Tabela 10. Local de produção e/ou moradia dos feirantes produtores entrevistados, em número.

Localidade	Número
Corumbá IV, Goiás	2
Vargem Bonita, DF	1
Gama, Caub	1
Gama, Ponte Alta	5
Gama, Ponte Alta Norte	2
Gama, Setor Sul	3
Goiás, Céu Azul	1
Goiás, Saia Velha	1
Novo Gama, Goiás	4
Gama, Núcleo Rural Casa Grande	2
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Segundo a Administração Regional, existem seis (6) principais núcleos rurais no Gama: Alagado, Córrego Crispim, Monjolo, Ponte Alta, Ponte Alta de Baixo e Ponte Alta Norte. Existem ainda os núcleos rurais Casa Grande e Engenho das Lajes. Esses núcleos são representados por associações de produtores e moradores. A seguir, tratamos brevemente de alguns aspectos relevantes dos locais de moradia dos produtores do Gama.

Núcleo Rural Ponte Alta

Cinco (5) produtores vêm do Núcleo Rural Ponte Alta, que se divide em Ponte Alta de Baixo e Ponte Alta Norte (de Cima). A microbacia do Rio Ponte Alta é correspondente a 4.850 hectares e algumas áreas oferecem limites topográficos à prática agrícola. As glebas não

podem ser inferiores a dois (2) hectares e, além do uso agropecuário, é permitida a instalação de atividades agroindustriais e de lazer, desde que devidamente regularizadas e fiscalizadas (GDF/SEDUH, 1997).

Núcleo Ponte Alta Norte

Dois produtores são moradores do Ponte Alta Norte, na área próxima ao cemitério. É um parcelamento rural, que também possui chácaras de lazer e uso residencial. Do total de 66 chácaras, algumas foram reparceladas formando aglomerados. É área de especulação imobiliária e foi criada à época em que era considerada “área de expansão” da cidade do Gama. A situação fundiária está sob júdice e a TERRACAP entrou na justiça pedindo restituição de posse. Muitas obras foram embargadas pela falta de alvará.

Núcleo Rural Casa Grande

Dois produtores vêm do Núcleo Rural Casa Grande⁴⁶ e além de cultivar hortaliças e lavouras permanentes, também possuem gado bovino. Na região, este é núcleo melhor estruturado em termos de organização social, infraestrutura, representação política e também, em alguns aspectos, em termos produtivos e econômicos.

Apesar de impedir fracionamentos inferiores a dois (2) hectares e da maioria dos proprietários possuírem escritura registrada em cartório, ainda existem conflitos fundiários nessa área. Apesar do reconhecimento legal, que se deu pelo Decreto 15.969 de 1994, existe

⁴⁶ Foram organizadas saídas de campo com os alunos de Extensão Rural a este núcleo, no primeiro semestre de 2008.

um pedido de reintegração de posse, feito pelos proprietários não indenizados da fazenda desapropriada, ainda na época da demarcação do DF.

Em relação à infraestrutura, o Casa Grande possui rede elétrica, escola, posto de saúde, bares, mercearia, telefonia, esgotamento por meio de fossas individuais e captação de água por meio de poço.

Conforme GDF/SEDUH (1997), o núcleo se destaca pela produção animal, codornas, fabricação de lingüiça suína, galinha caipira, estância leiteira e também cultivo de hortaliças. Em uma visita de campo, foi visitada a fábrica de lingüiças, a agroindústria de leite e o cultivo de folhagens hidropônicas, vendidas mediante contrato formal com uma rede de supermercados.

O líder comunitário e presidente da associação há quase 30 anos é o Sr. Aníbal, responsável por organizar e apresentar ao poder público a pauta de reivindicações da comunidade. A associação realiza um trabalho comunitário consistente e através de mutirão construíram: uma grande igreja (Figura 24), asfaltos, uma escola, um centro de atividades e um programa de limpeza e proteção das nascentes. O Sr. Aníbal e seus colaboradores mantêm o registro de todas as atividades por meio de um boletim mensal, desde 1979. Os boletins também estão disponíveis na página da internet da Associação, cujo endereço é www.casagrande.org.br.



Figura 24. Igreja São Francisco de Assis, construída pelos moradores do Núcleo Rural Casa Grande.

Regionalmente, o Núcleo Casa Grande está à frente da articulação com instituições e atores sociais, que se realiza principalmente no Conselho de Desenvolvimento Rural do Gama, composto pela Associação, EMATER, Secretaria da Agricultura e Administração Regional do Gama.

Entorno

Mesmo que o foco da pesquisa tenha sido o Gama, que pertence ao Distrito Federal, uma importante parte da produção vendida na Feira dos Goianos tem origem no Entorno, vinda de localidades do município goiano Novo Gama. As localidades do Pedregal, Céu Azul, Lago Azul e Lunabel são assentamentos recentes, de caráter urbano, precário, que serviram ao propósito de abrigar populações de baixa renda em locais fora da área administrativa do Distrito Federal. Nestes locais, há uma persistência de antigas fazendas e chácaras goianas, que convivem com estes novos loteamentos.

A produção agrícola (hortaliças e mandioca, principalmente) se dá tanto nestas chácaras quanto nestes pequenos lotes urbanos. A presença de feiras livres do Gama, próximas à área rural, com as características específicas que possuem, criou oportunidades de renda para os moradores destes assentamentos e também para os produtores rurais goianos.

Corumbá IV

Do Corumbá IV vêm os pioneiros da Feira dos Goianos. A região antes era denominada Alagado, devido ao Rio Alagado, e é localizada no município de Luziânia. Em fevereiro de 2006, foi inaugurada uma barragem e a hidrelétrica do Rio Corumbá. As fazendas foram desapropriadas e seus moradores tiveram de ser removidos. Os moradores foram indenizados, mas poucos ficaram satisfeitos.

Os conflitos decorrentes destes eventos foram tratados por Medeiros (2007), que resgata a história da construção da hidrelétrica e demonstra como entraram em choque diferentes formas de simbolizar o território e seus recursos, particularmente entre as formas afeitas à moralidade camponesa, às concepções de proteção ambiental e às perspectivas desenvolvimentistas.

Caracterização dos Estabelecimentos

A área total dos estabelecimentos rurais utilizados pelos produtores está demonstrada na Tabela 11.

Tabela 11. Número de produtores, por tamanho da área total do estabelecimento.

Área	Nº de produtores
< 1 ha	2
De 1 a 5 ha	11
>5 a 10 ha	3
> 10 a 20 ha	3
> 20 ha*	2
Não sabe	1
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

**Uma destas propriedades tem área de 40 hectares, sendo de propriedade do patrão, dono da fábrica de laticínios.*

A Tabela 12 revela o tamanho da área cultivada pelos produtores.

Tabela 12. Número de produtores, por tamanho de área cultivada.

Área	Nº de produtores
< 1 ha	3
De 1 a 5 ha	16
> 5 a 10 ha	0
> 10 a 20 ha	2
> 20 ha	0
Não sabe	1
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Percebemos que é predominante a pequena propriedade, sendo condizente com a atividade de horticultura, que é demandante de pouca terra. Vemos também que são viáveis os estabelecimentos menores do que 1 hectare, sendo a atividade possível de ser realizada mesmo em áreas mais adensadas ou urbanas.

Produtores com as maiores extensões de terra estão localizados fora do Distrito Federal, na região de Luziânia. Neste caso, possuem lavoura de cana, mandioca e também criam gado, atividades que demanda mais terra. No Gama, um produtor patronal do Ponte Alta utiliza toda a área de um estabelecimento arrendado para plantar hortas, que ao todo são 14 hectares. Para isso, contrata mão de obra e possui um trator completo, ilustrado na Figura 25. Além disso, produz todas as mudas utilizadas para a produção de folhagens. Já na Figura 26, apresentamos outra horta, de ½ hectare, cultivada pelo produtor R.E.I, em uma área cedida, temporariamente, pelo patrão.



Figura 25. Área de produção de hortaliças. (14 hectares, Ponte Alta)



Figura 26. Horta de ½ hectare, no Ponte Alta.

Baseado na Tabela 13, a seguir, vemos que a maioria das famílias encontra na atividade agrícola uma ocupação estável, mantendo-se nela há mais de 10 anos.

Tabela 13. Longevidade de produção no estabelecimento, em número.

Anos	Nº de produtores
< 1 ano	2
De 1 a 5 anos	4
De 5 a 10 anos	6
> 10 anos	10
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Apesar desta estabilidade, a situação fundiária e a condição das famílias em relação à terra é precária, como vemos na Tabela 14

Tabela 14. Condição do produtor em relação à terra

Situação fundiária declarada	Nº de produtores
Arrendatário	5
Cessão de direitos	1
Concessão de direito real de uso	3
Morador	1
Parceiro	1
Posseiro	1
Proprietário	8
Proprietário, com direito de posse	1
Proprietário, sem escritura	1
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Os dados da Tabela 14, que demonstra que oito (8) pessoas são proprietárias da terra, são declaratórios e só podem ser entendidos com a devida contextualização, que dirá respeito às condições gerais de posse e acesso a terra no Distrito Federal. Entendemos, no entanto, que os produtores vivenciam situações de conflitos fundiários, litígios, incertezas jurídicas e indefinição dos direitos de propriedade, cuja correta abordagem necessitaria de um conhecimento jurídico mais amplo, e que ultrapassam ao domínio desta pesquisa.⁴⁷ No entanto, é evidente que um produtor, diante destas incertezas gerais, declarará que é

⁴⁷ Conforme a SEDUH (1997), as situações fundiárias conflituosas mais comuns no DF, cuja regularização depende de decisão judicial são: terras particulares invadidas e parceladas pelo invasor, em muitos casos com falsificação de documentos; terras públicas invadidas e parceladas; terras desapropriadas em comum, com quinhões ocupados irregularmente (que é o caso do Núcleo Rural Ponte Alta, cuja propriedade em alguns casos tornou-se Concessão do Direito Real de Uso); terras em fase de desapropriação e terras com processo judicial de usucapião. Conforme a SEDUH(1997) instrumentos legais de regulação, muitas vezes ineficientes e contraditórios, permitiram o atual grau de evolução da indefinição dos direitos de propriedade e desorganização do território. Isso aconteceu em particular no Gama, quando as zonas de expansão urbana foram impostas sobre áreas rurais consolidadas, sem o conhecimento da realidade sócio-econômica e ambiental experimentada. Não foram criados, portanto, instrumentos específicos para regular e amenizar os conflitos, a saber: áreas que deixaram de ser produtivas, inibindo investimentos agrícolas; propensão a parcelamentos irregulares de caráter urbano com fins especulativos nessas áreas de expansão, sem diretrizes ou projetos de ocupação.

proprietário da terra, ainda que não possua o título ou ainda não tenha a propriedade da terra, mas já tenha os direitos da posse.

A partir dos depoimentos pudemos entender que as relações fundiárias dos feirantes produtores também refletem (ou refletiam em um dado momento) suas relações de produção, que em alguns casos englobam contratos de repartição do uso da terra, de renda e serviços, de renda e salários e de renda e bens de consumo. Este fato fica claro no depoimento do produtor do Ponte Alta:

“Quando eu mudei pra cá, a patroa falou: a gente não pode te pagar muito, então planta umas coisinha aí pra pagar suas despesa e para alimentação também. Às vezes eu trabalhava até as 6 no serviço dela e até as 9 horas nas minhas coisas, com minha lanterninha.” (Sr. M.I.G., Entrevista, 2009)

“Antes era da patroa. Eu colhia e entregava pra ela. O que ela me dava eu comia. Depois ela disse que o que fosse da minha horta eu podia vender. Começou com a pimentinha. Ia de bicicleta. Botava 3 caixas de quiabo e ia bater no Gama. Às vezes voltava com tudo pra trás, jogava pros bicho comer. E assim foi. Um salarinho e meio, comprei um pouco de adubo, juntei com um pouco de adubo do gado do patrão e aí foi, comprei um carrinho véio e aí já melhorou mais. Ia juntando um dinheiro daqui e dali.” (...) “No dia que a patroa vendeu a fazenda, ela era uma deputada, gente muito boa, fiquei com um pedaço. O meu pedaço tem quatorze *hectaria*, mas a maior parte é mata virgem, que eu não posso mexer.” “A área de produção é 4 *hectaria*.” (Sr. M.I.G., Entrevista, 2009)

Neste relato estão presentes elementos do debate teórico relativo à persistência ou não de relações não capitalistas de produção. Uma vez que o salário oferecido ao produtor não é capaz de garantir sua reprodução, esta se dará pela estratégia de combinação entre: salário em troca de serviços na propriedade da patroa + venda e auto-consumo das hortaliças plantadas na área reservada ao produtor.

Caracterização da produção

A Tabela 15, a seguir, demonstra a gama de bens produzidos nos estabelecimentos rurais do grupo pesquisado.

Tabela 15. Conjunto da produção nos estabelecimentos dos produtores.

Produtos	Nº de produtores
Folhosas	9
Folhosas e legumes	3
Folhosas, milho, leite, queijo, doce	1
Folhosas, pimenta, legumes	1
Legumes	1
Mandioca, folhosas e cheiro verde	2
Mandioca, acerola, mexerica	1
Mandioca, milho, abóbora e feijão	1
Mandioca, milho, cana	1
Mandioca, milho, couve, leite, queijo, mudas de plantas	1
Mandioca, pimenta, folhosas	1
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa,(2009).

Quinze (15) produtores produzem folhosas, que são cultivadas em canteiros. Conforme Faulin e Azevedo (2003) as culturas de hortaliças são economicamente viáveis por necessitarem de extensão de terra pequena e requererem conhecimento técnico não especializado, além do baixo investimento inicial.

Apesar desta aparente especialização, que será discutida mais adiante, quando tratamos das dinâmicas dentro da feira entre produtores e feirantes de “caixaria”, sabemos que também é próprio da agricultura familiar a policultura e a produção diversificada, que aproveita ao máximo os recursos, principalmente aqueles escassos, como a terra. Esta diversidade está presente no depoimento abaixo:

“Eu produzo tudo um pouquinho. Tenho uma pimentinha, um porquinho, umas galinhas. Tenho um pouco de vaca, tiro o leite, faço um queijinho. Vendo na feira, a gente come. Se sobra, o resto das coisa eu dou pros bichos, faço adubo...e assim vai. É muito bom.” (Sr. M.I.G, Conversa informal, 2009)

Desta forma, os produtores não intensificam a produção, preferindo produzir um pouco de tudo, inclusive para o consumo. Esta diversidade está demonstrada na tabela 16, relativa à classificação da produção, declaratória, em termos qualitativos.

Tabela 16. Variedade da produção.

Variedade	Nº de produtores
Muito variada	11
Pouco variada	11
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Neste caso, uma produção declarada como “muito variada” diz respeito ao produtor que se interessa em produzir muitas espécies de verduras, cujo cultivo é relativamente semelhante. As espécies comuns são Acelga, Agrião, Alface, Rúcula, Coentro, Salsa, Cebolinha, Couve, Brócolis e Repolho. Também diz respeito aquele que, além das verduras, produz também legumes e produtos de origem animal.

Uma (1) produtora, antiga na feira, comercializa uma alta variedade de folhosas, pimentas, grãos, frutos nativos do Cerrado e frutos exóticos, em pouca quantidade, além de queijos artesanais.

Ao todo, são seis (6) feirantes que produzem também produtos de origem animal, como mostra a Tabela 17, abaixo.

Tabela 17. Conjunto da produção de origem animal nos estabelecimentos rurais.

Produto	Nº de produtores
Leite	1
Leite, frango, ovos	1
Leite, queijo, ovos, frango	2
Ovos	1
Queijo, lingüiça	1
Total	6

Fonte: Dados da pesquisa,(2009).

Volume da produção

“Quantas caixas, de todos os produtos, o(a) senhor (a) traz para a feira?”

Os dados sobre o volume da produção foram estimados e não são precisos. A maioria dos produtores não mantém um registro e acompanhamento sistemático dos números da produção, apesar de controlá-los pela prática e repetição. Nenhum produtor soube indicar o volume exato de produção.

Cabe dizer que no questionário original, as perguntas sobre o volume estavam separadas entre aquele relativo à produção, à comercialização e à venda na Feira dos Goianos, respectivamente. No entanto, as respostas acabaram sendo sempre iguais, o que causou um desconforto dos produtores para responder, alegando que a resposta já foi dada. Compreendemos então que não há separação clara entre o que é produzido ou vendido, pois é tão pouco e tão difícil produzir, na maioria dos casos, que tudo que os produtores conseguem produzir é vendido. Dessa forma, a pergunta acabou sendo sintetizada para não causar irritação nos entrevistados.

É notório que a variação de volume, entre aqueles que souberam estimar, é bastante alta. Os dados estão apresentados na Tabela 18.

Tabela 18. Variação de volume mensal da produção, considerando o mais alto e o mais baixo.

Produto	Volume mais baixo	Volume mais alto
Alface	24 caixas	500 caixas
Cheiro verde	120 maços	8.000 maços
Mandioca	10 caixas	500 caixas
Queijo	15 peças	120 peças
Pimenta	Menos de 1 caixa	400 caixas

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Dentre todos os vinte e dois (22) produtores, somente um (1) é patronal, ou seja, a produção é feita por mão de obra predominantemente contratada, entre outros critérios. Apesar disso, esse feirante também trabalha na produção e na feira. Há diferença significativa entre esse feirante e os outros da amostra, que se revela no volume de produção de alface – 500 caixas - e também na posse de capital.

Outro produtor, familiar, produz 8.000 maços de cheiro verde e mantém um contrato informal com um mercado, que compra toda a produção de 2 canteiros de 100 metros de cheiro verde. Para isso, gasta até 1.500 reais em contratação de mão de obra temporária, inclusive de um vizinho (também feirante na Feira dos Goianos), além de utilizar um microtrator.

Em relação ao produtor de 500 caixas de mandioca, ele conta que mora na cidade e planta todo os seus 5 hectares de terra com esta lavoura. Para isso investe quase 7.000 reais por ano. O produtor encontra uma grande dificuldade em conseguir manter-se na atividade, sendo o principal motivo a escassez de mão de obra qualificada. Segundo ele,

“É difícil encontrar aquele que sabe os espaçamentos, a profundidade das covas, que saiba fazer o serviço, pois o que a gente acha por aí é gente querendo ganhar o dinheiro, mas não sabe trabalhar!”(Sr. F.R.A, Entrevista, 2009)

Planejamento da produção

A pergunta sobre como é tomada a decisão de quanto produzir ofereceu resultados interessantes. A maioria respondeu que já sabe quanto produzir, ou seja, tem a noção exata de quanto plantar para não faltar nem sobrar. Outros responderam com alguma surpresa ou indignação diante da pergunta, conforme o depoimento abaixo:

“Produzo o tanto que eu aguento!” (Sr. A. J., Entrevista, 2009)

Esta reação pareceu surgir do fato de que, para o produtor, já deveríamos saber que, em condições de baixa capacidade operativa e recursos escassos, a decisão não se dará de forma sistemática. Por outro lado, isso não quer dizer que não exista uma racionalização, pois o produtor, com os recursos que possui, faz os cálculos necessários para maximizar sua eficiência produtiva e conseguir obter resultados ótimos. Isso está demonstrado na afirmativa de que “já sabe o quanto deve produzir para não faltar nem sobrar”, ou seja, mesmo sem uma sistematização, existe controle sobre o processo.

No momento da decisão, este produtor dá uma resposta para todos os itens de planejamento da produção colocados por Figueiredo *et al.*, (2003), a saber: qual a área disponível, os recursos financeiros necessários, o canal de comercialização, o preço de venda e a qualidade esperada do produto.

Ainda sob essa perspectiva de eficiência, mesmo que sob condições restritivas, o produtor consegue planejar o processo produtivo, controlando a colheita, a pós-colheita, o manuseio, armazenagem, embalagem e transporte, de forma a evitar prejuízos. Por se tratar de produto altamente perecível, notamos que a maioria dos produtores realiza, por exemplo, a colheita na sexta-feira, no final da tarde e também à noite, para obter máxima durabilidade do produto.

De maneira similar a questão colocada anteriormente, dentro da pergunta “*O que produz? Por quê?*”, o trecho “*Por quê?*” foi eliminado, diante da resposta do primeiro entrevistado, a seguir⁴⁸:

“Não sei por quê. Porque é o que dá pra fazer!” (Sr. T.R.A., Entrevista, 2009)

Esta discussão traz à tona noção de que a racionalização nem sempre é uma lógica instrumental - com fins de adequação entre meios e fins. Conforme Favareto (2007), baseado nas tipologias descritas por Max Weber, as formas de ação social podem ser assim decompostas: a) racional com relação à fins; b) racional com relação à valores; c) afetiva; e d) tradicional.

Reforçando esta ideia de que há uma ação baseada em diferentes tipos de racionalidade, notamos, pelos depoimentos, que há grande preocupação e atenção para com os resultados da produção em termos de qualidade. No caso da qualidade não ser atingida, o produtor saberá que não conseguirá bons preços pelo produto. Apesar disso, o bom resultado está também relacionado a aspectos simbólicos da atividade de transformação da natureza. Esta importância está figurada no depoimento do produtor, que ao ser perguntado sobre a principal vantagem em ser agricultor responde:

“A vantagem é a satisfação. Eu gosto de ver as plantas crescer, quando elas têm vida, quando estão bonitas”. (Sr. A. J., Entrevista, 2009)

Essa resposta indica que há uma importância simbólica da atividade, associada à recompensa pelo trabalho e satisfação em ver que a qualidade do produto, um resultado da natureza, foi alcançada.

⁴⁸ A partir deste depoimento, ficou evidente que as severas limitações de recursos condicionam a racionalidade na tomada de decisões produtivas. Não obstante, é natural que nem todas as decisões não devam ser racionalizadas, principalmente quando existe um hábito, tradição ou escolha pessoal entre fazer ou não fazer algo. Neste caso, ficou evidente que o convite à um certo tipo de reflexão do entrevistado sobre “os porquês” de suas atividades e decisões demandariam um outro tipo de abordagem.

Custos de produção

Nestes valores, apresentados a seguir na Tabela 19, estão incluídos a estimativa de todos os custos, pois a maioria dos produtores não individualiza os gastos. Foram incluídos e somados custos com insumos comuns para folhosas, por exemplo, as bandejas de mudas, as sementes, os fertilizantes e os defensivos químicos, bem como o custo com eventual mão-de-obra.

Tabela 19. Custo mensal aproximado com produção

Valores em reais	Nº de produtores
> 500 reais	9
> 1.000	4
1.000 - 5.000	4
Não sabe	5
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2008).

Percebemos que os valores estão concentrados na categoria de até 500 reais, sendo comuns custos entre 100 reais ou menos. No entanto, observamos também que alguns custos, principalmente com mão de obra, podem chegar até 5.000 reais, no caso do produtor mais capitalizado.

Recursos oriundos da venda da produção

As respostas à pergunta sobre o que é feito com os recursos, em alguns casos, foi mal recebida, chegando a provocar espanto no entrevistado, como se fosse óbvio que os recursos são utilizados para a sobrevivência. Apesar disso, colhemos os seguintes depoimentos:

“O dinheiro desaparece” (Sr. R.E.I, Entrevista, 2009)

“Pago contas, conta de luz, e o que sobra é pra despesa da casa. Não tenho conta no banco porque não gosto de banco.” (Sr. M.E.S, Entrevista, 2009)

“Despesas da casa e da vida. Não tem um dinheiro extra para investir em outra coisa.”(Sr. L.E.A, Entrevista, 2009)

”Compro insumo, pago funcionário. Eu trabalho pra viver!” (Sra. O.N.I, Entrevista, 2009)

A partir destes resultados sobre a produção, podemos inferir, de maneira simplificada, que o produtor, com os meios disponíveis, gere os recursos, controla os fluxos, está atento para a qualidade, constrói uma logística particular de produção e distribuição, visando agir da maneira eficiente.

Queremos mostrar com isso que, possivelmente a maior dificuldade que o grupo de produtores rurais da amostra enfrenta não é mera “falta de informação” ou de capacidade de gerência, como acreditam alguns, mas a descapitalização.

Isso reforça a idéia de que o agricultor é eficiente diante de suas condições, mas isso não significa que a capacitação em gerência não auxiliaria o processo de melhoria de desempenho. Por outro lado, devemos fazer a ressalva de que, a mera presença de recursos financeiros, ofertados na forma de crédito, por exemplo, não é a única condição necessária ao bom desempenho, mas sim, o equilíbrio entre os diversos elementos – cognitivos, tecnológicos, organizativos, simbólicos e financeiros.

Participação do auto-consumo na destinação da produção, pela avaliação do produtor

Esta pergunta, formulada com o propósito de obtenção de resposta quantitativa, foi reformulada, uma vez que não recebemos respostas precisas sobre quantidades produzidas ou consumidas. Apesar disso, pelas respostas dadas observamos que, exceto um produtor, que não mora unidade de produção, todos integram a sua dieta com a própria produção, em diferentes proporções, demonstrada na Tabela 20, abaixo.

Tabela 20. Destinação da produção para o auto-consumo.

Volume destinado ao auto-consumo	Nº de produtores
Consome muito	12
Consome pouco	9
Não consome	1
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

O significativo auto-consumo, figurado em 12 famílias, é percebido no depoimento de um produtor de mandioca, hortaliças e produtos de origem animal, cuja resposta espontânea foi: “Todo dia come!” (Sr. M.I.G, Entrevista, 2009)

Outro produtor, que produz cana e mandioca há mais de 30 anos, diz que alimentou todos os filhos com mandioca, todo dia, a vida toda e ninguém está enjoado⁴⁹. Já outro produtor de mandioca, que vive na cidade, respondeu que sua família consome pouco do que é produzido, pois “a mandioca é muito calórica!” (Sr. F.R.A, Entrevista, 2009). Outra produtora de folhosas diz comer pouco porque “dá muito trabalho e não tenho tempo pra fazer salada.” (Sra. J.O.A, Entrevista, 2009).

⁴⁹ Na ocasião da entrevista na propriedade, foi-nos oferecido um almoço, cujo prato principal era a mandioca.

Principais dificuldades enfrentadas no processo produtivo

Quando indagados sobre as principais dificuldades na produção, a escassez de mão-de-obra qualificada, os preços elevados dos insumos e da mão-de-obra formal, a escassez de recursos naturais (água, fertilidade do solo) e o trabalho físico árduo aparecem como as mais citadas.

O difícil acesso a assistência técnica, a baixa rentabilidade da atividade e a alta carga de impostos, aparecem também como queixas. Aparecem ainda os problemas fundiários, de acesso a terra e de alto preço pago pela terra (no caso de um produtor arrendatário) e pela luz utilizada na produção. Duas pessoas alegaram não haver nenhuma dificuldade enquanto duas outras não souberam responder.

2.2. Caracterização da família, da renda e do trabalho

A idade dos/as produtores/as entrevistados/as é bem distribuída, apesar do número de pessoas jovens - até 30 anos - é significativamente mais baixo, indicando que os jovens se engajam em outras atividades, principalmente relacionadas à cidade. Os resultados se encontram na Tabela 21.

Tabela 21. Classes de idades

Classe de idade	Nº de produtores
< 30 anos	2
Até 30 anos	6
Até 40 anos	6
Até 50 anos	2
>60 anos	6
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

A maioria dos produtores nunca exerceu outra atividade exceto o trabalho rural, conforme demonstra a Tabela 22, abaixo.

Tabela 22. Exercício de atividades anteriores, diferentes da atual na agricultura.

Resposta	Nº de produtores
Não	13
Sim	9
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Entre as nove (9) pessoas que responderam que exerciam outra atividade, duas (2) responderam que eram caseiros e simultaneamente começaram a vender excedente na feira. Apesar de desempenharem tarefas agrícolas, enquanto caseiros, essas pessoas não se reconheciam como agricultores.

Em relação à intenção de membros da família continuarem na atividade no futuro, a maioria das respostas foi negativa, como demonstra a Tabela 23 abaixo.

Tabela 23. Intenção dos membros da família em continuar na atividade agrícola.

Resposta	Nº de produtores
Não	15
Sim	5
Não se aplica*	2
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

*Não se aplica: feirantes são solteiros, vivem sozinhos e não tem parentes no Distrito Federal.

Entre as justificativas negativas, quatro (4) pessoas expressaram que os filhos não continuarão na atividade pois devem estudar e conseguir um bom emprego. Outras duas (2) pessoas declararam que não esperam que os filhos continuem na atividade, pois o trabalho é pesado e muito penoso.

Entre as afirmativas, uma pessoa diz que os membros da família continuarão na atividade, pois não há outras opções. Já outro produtor diz estar vendo boas perspectivas, que não pretende que os filhos se desloquem para a cidade, mas espera que o filho e a filha possam estudar Agronomia e Medicina Veterinária, respectivamente.

Em relação à escolaridade, as respostas relativas à ausência de escolaridade ou frequência até o Ensino Básico somam 73% das respostas, como revela a Tabela 24, abaixo.

Tabela 24. Escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	Nº de produtores
Ensino Básico	9
Sem escolaridade	7
Ensino Fundamental	2
Ensino Médio	3
Ensino Superior	1
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Ressaltamos que todos os filhos e filhas estão na escola e, muitas vezes, a escolaridade é superior à dos pais. Isto está condizente com os baixos índices de escolaridade no meio rural, que principalmente afeta os habitantes mais velhos, cujos direitos de acesso à educação foram negados. Apesar disso, um índice mais elevado de escolaridade em relação ao passado não implica em qualidade superior do ensino ofertado.

Em que pese a escolarização insuficiente, sustentamos que os produtores possuem capacidade de gerir o estabelecimento de maneira eficiente, principalmente devido ao conhecimento tradicional ou empírico adquirido, considerando, ainda, que ninguém recebeu treinamento formal em técnica agrícola e muitos nunca receberam nenhum tipo de assistência técnica. Entendemos que um mecanismo que possibilite um melhor acesso as informações disponíveis, baseada em rede de assistência permanente, capaz de atingir aqueles que mais necessitam, por meio de metodologias capazes de equilibrar saberes e fazeres tradicionais e

acadêmicos é um passo estratégico para a progressiva qualificação da produção da agricultura familiar.

Dois (2) agricultores queixaram-se que a falta de escolaridade os impossibilita de obter a CNH - Carteira Nacional de Habilitação - para condução de veículos. Outro diz ter conseguido obter, depois de muitas tentativas, sua carteira de motorista, graças ao apoio de sua filha mais velha, que o ensinou a ler e escrever.

Mecanização

A Tabela 25 demonstra a posse de bens de capital utilizados na produção.

Tabela 25. Mecanização.

Máquinas e equipamentos	Nº de produtores
Não possui	14
Possui microtrator	6
Possui trator completo e caminhão	1
Possui trator e máquina agroindustrial	1
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa,(2009).

Conforme observamos na Tabela 25, 59% dos produtores não possui nenhum tipo de máquina, realizando todo o trabalho manualmente.

Uma das maiores queixas dos produtores é o árduo trabalho físico, pois as hortaliças são cultivadas em canteiros que devem ser levantados, na enxada, a cada ciclo de produção. Foi mencionado que o trabalho de 10 dias poderia ser feito em 1 dia, caso fosse utilizado um microtrator.

Fomos informados pela EMATER que a Secretaria da Agricultura poderia realizar empréstimo de tratores, que inclusive permanecem ociosos a maioria do tempo, para associações de produtores rurais. Porém, nenhum dos produtores está associado, pertence a sindicato ou cooperativa.

O aluguel e transporte de microtrator, para o serviço nos canteiros, foi mencionado como uma grande dificuldade, relacionado à resistência do dono do trator em aceitar em deslocá-lo até uma propriedade onde a produção será muito pequena, com a justificativa de que o preço pago não cobriria o deslocamento. Alguns produtores, que moram próximos a aqueles que possuem microtrator, reclamaram que os mesmos poderiam emprestá-lo eventualmente. Porém, existe uma questão de segurança hoje em dia que impede esta cooperação, conforme relata um produtor:

“Dava pra emprestar né. Mas é difícil de manter contato com os vizinhos porque a porta da chácara tem que estar sempre fechada. Não tem segurança hoje em dia. Não dá para fazer novas amizades, deixar a porta aberta para qualquer um entrar.” (Sr. A.J, Conversa informal, 2009)

Mesmo que houvesse contato entre produtores vizinhos, emprestar o trator é difícil, também devido ao transporte. Diante da proposta de mutirão, levantada na reunião na EMATER com alguns destes produtores e suas famílias, os mesmos indicaram que o mutirão não resolveria o problema, pois, o trabalho nos canteiros é diário, não pode ser feito de uma só vez.

A falta de mecanização impacta também o preço final de venda, que acaba sendo menos competitivo do que o preço de quem que produziu mais facilmente. Conforme o depoimento:

“Quem tem trator pode vender mais barato. Derruba o preço do pequeno”. (Sr. A. J., Entrevista, 2009).

Caracterização do trabalho

A Tabela 26, a seguir, caracteriza a mão-de-obra envolvida nos processos e atividades nos estabelecimentos rurais da amostra.

Tabela 26. Caracterização do trabalho.

Produtor	Separação do lugar de trabalho e moradia?	Mão de obra familiar predominante?	Remunera mão de obra familiar?	Mão de obra de terceiros			
				Contrata algum tipo de mão-de obra	Quantas pessoas?	Permanente/ Diária	Gasto aprox. (mensal, em reais)
1		X					
2	X			X	2	Diária	2000
3	X	X		X	1	Diária	Não declarado
4	X			X	4	Diária	2400
5		X					
6		X		X	1	Diária	Não declarado
7		X	X				
8		X					
9		X					
10	X	X					
11				X	3	Permanente	1500
12		X					
13		X		X	2	Diária	400
14		X	X		1	Diária	Não sabe
15		X		X	1	Permanente	700
16		X					
17		X					
18		X					
19		X	X	X		Diária	300
20		X	X	X	1	Permanente	1500
21	X			X	20	Permanente	5000
22				X	2	Semanal	1000

Fonte: Dados da pesquisa,(2009).

Notamos na Tabela 26, acima, que no grupo formado pelos produtores da Feira dos Goianos, dezessete (17) produtores, ou seja, 77,3 %, ocupam mão-de-obra da própria família. As crianças em idade escolar participam em poucas etapas da produção, em geral na colheita ou nas vendas na feira.

Nas famílias compostas de mulher, homem e filhos/as, todas as mulheres, exceto duas (2) mulheres assalariadas, trabalham em pelo menos alguma etapa da produção, em geral, no beneficiamento. Apesar disso, os homens em alguns casos, ao serem perguntados se as mulheres trabalham na produção, a argumentação é que elas “ajudam”. Essa resposta indica que um recorte de gênero, com entrevistas feitas somente com as mulheres, é indicado neste tipo de pesquisa⁵⁰.

É rara a separação do lugar de trabalho e moradia e mesmo quando acontece, em um caso, a mão de obra permanece familiar, como demonstra a Tabela 26.

Em quatro (4) situações, a mão-de-obra familiar é também remunerada, em dinheiro, como diária ou mesmo como trabalho permanente com remuneração fixa, como é o caso de um produtor que remunera o filho com um salário de 600 reais. Em outra situação, o produtor paga ao irmão, recém chegado da Bahia, 17 reais por dia para trabalhar na horta junto com ele.

Um grupo expressivo, formado de 11 produtores, contrata algum tipo de mão de obra, em geral, de forma temporária (diária) e com pagamento em dinheiro.

É expressiva a reclamação de que a mão-de-obra rural é escassa e não é qualificada, indicando que há necessidade de capacitação da mão-de-obra da região, principalmente dos jovens. É provável também que a população economicamente ativa rural está evadindo do campo para cidade e sendo empregada em atividades não-agrícolas.

⁵⁰ O recorte não foi feito devido às condições e restrições de diferentes naturezas, apresentadas durante a realização do trabalho.

A contratação de hora de trator para preparo do solo, muito freqüente na amostra, não foi contabilizada como mão-de-obra contratada. A grande maioria dos produtores, mesmo aqueles que trabalham com uma horta pequena, alegam contratar a hora do tratorista, pelo menos uma vez por ano. Em geral, este pagamento de hora de trator não onera muito a produção.

A operação de preparo e aragem do solo acontece poucas vezes no ano. No caso das culturas permanentes, como a mandioca, ocorre somente uma vez. No caso de hortaliças, o preparo mais vigoroso e freqüente se dá somente nos canteiros. Um exemplo destes canteiros, mostrando também a irrigação por aspersão, está apresentado na Figura 27.



Figura 27. Canteiro de cheiro verde e alface, levantado na enxada pelo produtor do Ponte Alta de Cima.

Renda ou lucro?

Trataremos a seguir da renda das famílias, apresentando um quadro das respostas brutas, referentes à Tabela 27. Vale dizer que em alguns casos, há incerteza com relação aos dados, causada por respostas incongruentes ou difíceis de serem interpretadas, reforçando a noção de uma ineficiência contábil marcante no grupo.⁵¹

Tabela 27. Caracterização da renda.

Família	Nº pessoas na família	Declaração	Valor mensal calculado	Renda/Lucro	Outra renda?
1	5	"Mil e cem reais, depende da feira"	R\$1.100,00	Renda	Não
2	3	"Nas duas feiras, quatro mil na seca e oito mil na chuva"	R\$ 4.000,00 - 8.000,00	Renda	Sim
3	4	" Mil e cem reais"	R\$1.100,00	Renda	Sim
4	4	"Dois mil líquido"	R\$2.000,00	Lucro	Sim
5	5	"Trezentos reais por feira"	R\$1.200,00	Renda	Não
6	5	"Mil reais"	R\$1.000,00	Renda	Não
7	10	"Mil reais. Na seca trago muito e sobra"	R\$1.000,00	Renda	Sim
8	1	"Uns trezentos reais por semana"	R\$1.200,00	Renda	Não
9	3	"Mil reais, estorando!"	R\$1.000,00	Renda	Sim
10	2	"Noventa reais por feira, só aqui"	R\$360,00	Renda	Sim
11	2	"Noventa reais por feira"	R\$360,00	Renda	Sim
12	2	"Oitocentos reais"	R\$ 800,00	Renda	Sim
13	4	"Mil até quatro mil, depende da época (chuva ou seca)"	R\$ 1.000,00 - 4.000,00	Renda	Sim
14	5	"A semana é 350 reais"	R\$1.400,00	Renda	Não
15	2	"Pagando tudo, sobra uns 1.000 reais"	R\$1.000,00	Lucro	Sim
16	6	"Faço 500 reais por feira, somado todas"	R\$ 2.000,00	Renda	Sim
17	2	"Seiscentos reais"	R\$600,00	Renda	Sim
18	2	"Essas pergunta difícil. 400 rapaduras por 4 reais dá quanto?"	R\$1.600,00	Renda	Sim
19	6	"Dois mil"	R\$2.000,00	Renda	Não
20	3	"Cinco mil mensais"	R\$5.000,00	Renda	Não
21	1	"Cinco mil"	R\$5.000,00	Lucro	Não
22	2	"Mil e pouco"	R\$1.000,00	Renda	Não

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

⁵¹ Em alguns casos, diante de uma resposta imprecisa, seguida de nova pergunta com nova formulação, houve irritação por parte dos entrevistados.

Apesar desta noção sobre a renda, apresentada na Tabela 27, os dados oferecem uma imprecisão, que se expressa também na noção de lucro. Em primeiro lugar, não sabemos se houve a compreensão entre a diferença entre renda e lucro. Em alguns casos, diante do esclarecimento de que tratávamos receita, ou seja, sem o desconto dos custos de produção, a pergunta recebeu a mesma resposta. Quando perguntamos novamente, para confirmar, em alguns casos houve irritação por parte do entrevistado. Mesmo quando foi entendido que tratávamos da receita, as respostas trouxeram incoerências. Por exemplo, um produtor diz ter uma renda de 5 mil reais, apesar de contratar 20 funcionários e pagar um salário mínimo a cada um deles. Neste caso, somente a despesa com mão de obra somaria 9.300 reais. Surpresos com a resposta, foi perguntado novamente se o valor de 5.000 reais não corresponde ao lucro. A resposta foi negativa, acompanhada da expressão “o ramo está falido, o preço é baixo, não dá lucro” (Sr. L.E.A, Entrevista,2009).

É possível que produtores que não souberam responder em termos de receita, o fizeram em termos de lucro líquido, como denota a expressão “pagando tudo sobra uns mil” (Sr.A.R.M, Entrevista,2009)

Em certo ponto, a pergunta foi modificada para “quanto o senhor consegue tirar por mês?”, que também não teve boa resposta, pois a base de cálculo é a feira semanal. Ao ser perguntada quanto conseguia “tirar por mês”, a feirante respondeu: “Depende da feira. Quando a feira é boa, tiro até uns 300 reais por feira” (Sra. S.I.L, Entrevista,2009)

Porém, no entendimento de alguns, a renda da feira diz respeito a todas as feiras as quais participa. Dessa forma, em alguns casos, não sabemos se o valor corresponde a uma feira, a Feira dos Goianos, ou a todas. De acordo com o depoimento: “Faço 500 reais por feira, somado todas” (Sr. A.J, Entrevista,2009).

A partir desta declaração, foi perguntado se, uma vez que ele trabalhava em duas feiras, se então sua renda correspondia a 1.000 reais por semana. A resposta foi negativa, pois

os 500 reais significavam a feira do sábado e do domingo. Isso pode significar que “a feira” é considerada em sua unidade, pois parece não haver a necessidade de individualizar esta ou aquela feira, pois a renda diz respeito à atividade como um todo.

Todas essas questões estão de acordo com o fato de que a maioria dos produtores não mantém um acompanhamento dos gastos e receitas. Considera também que há um possível embaraço em responder quanto ganha. Supomos que uma resposta cujo valor é alto veio de um produtor que quis demonstrar prestígio; já uma resposta trazendo uma renda mais baixa que a real, veio de alguém que quis ressaltar a condição de vulnerabilidade que enfrentam.

Verificamos ao comparar dois questionários com o mesmo produtor - um feito pela equipe do projeto de extensão e este - incongruências de até o dobro de diferença nos valores. Desta forma, acreditamos que outro tipo de metodologia, a qual a pesquisa não conseguiu ter acesso, poderia ter trazido melhores resultados.

Apesar destas ressalvas, o quadro traz uma noção sobre a renda dos produtores. Revela que a renda auferida pelos feirantes tende a ser superior ao salário mínimo, que hoje é quatrocentos e sessenta e cinco reais (465,00). Este fato está refletido no depoimento do produtor A. J, que comenta:

“Eu prefiro não trabalhar pra ninguém. Imagina ganhar um salário mínimo e sustentar milha mulher e minhas quatro filhas?” “Eu queria poder conseguir correr atrás, estudar, pagar os estudos. Aí tentar um trabalho de zelador, por exemplo. Igual aqueles da Caixa Econômica. Faxineiro no banco. Acho que eles conseguem ganhar bem, né? E também porque aí eu podia trabalhar menos, na sombra.” (...) “Mas aí tem que morar na cidade... e na cidade tem vizinho pra todo lado. Na roça é bom, é mais seguro, mais calmo. O clima é mais fresco, mais gostoso, a gente senta em baixo de um árvore e sossega.” (Sr. A. J., Entrevista, 2009)

A condição de vida experimentada pelas famílias só poderá ser retratada se soubermos também sua composição, em termos de quantidade de membros, dados contidos na Tabela 27. Assim, ainda que superior ao salário mínimo, a renda mensal poderá continuar sendo insuficiente para garantir-lhes condições de vida dignas.

Uma feirante, que trabalha sozinha e tem 65 anos, é a que recebe menos por sua atividade, chegando a um valor mensal de trezentos e sessenta reais (R\$360,00). O produtor que recebe mais declarou receber até oito mil reais (R\$ 8.000,00) por mês, na época da chuva, quando a oferta diminui e o preço das hortaliças aumenta.

Um produtor, ex-funcionário público que decidiu trocar Brasília pelo Núcleo Rural Casa Grande, diz utilizar a feira apenas como escoamento do excedente de sua produção para autoconsumo, principalmente de verduras e leite. O leite é beneficiado na forma de queijos e doces e na propriedade há também uma significativa produção animal, de suínos, gado e aves, além de uma produção vegetal tecnificada. O produtor mora e trabalha no Núcleo, em um estabelecimento de 14 hectares, que é de propriedade do filho. Possui três empregados fixos, com carteira assinada. Quem vende na feira é um contratado, o Sr. P.E.D, pois o produtor não gosta de ficar na feira e já tem idade avançada. Relata que gosta de viver na área rural e produzir como um hobby. Sobre o processo de comercialização, revela que a venda em feiras produz uma baixa rentabilidade, mas que ainda assim, pretende continuar. Segundo o depoimento:

“Não paga nem o combustível direito, mas não abro mão. Ganho em média 90 reais por feira” (Sr. L. U. I, Entrevista, 2008)

A maior discrepância dentro do grupo se refere ao produtor que diz receber entre 4 mil e 8 mil reais, dependendo da estação. O produtor mais capitalizado, patronal, diz receber 5.000 mil reais. O produtor que recebe PRONAF diz receber entre 1 e 4 mil reais, dependendo da estação do ano.⁵²

⁵² Vale notar que, dentro desta faixa de renda, o produtor não se enquadra na categoria do PRONAF B, aquela que, conforme mencionado anteriormente, é a linha de crédito mais apropriada para a maioria dos produtores da Feira dos Goianos. Portanto, dentro da amostra, juntamente com o produtor patronal, a renda deste produtor pode ser considerada discrepante.

Em relação às fontes de renda auferidas, 13 pessoas (59%) são remuneradas somente pela produção e vendas de hortaliças e produtos agrícolas em feiras, conforme demonstra a Tabela 28, abaixo.

Tabela 28. Outras rendas auferidas pelas famílias, exceto a atividade na feira.

Resposta	Nº de produtores
Não	13
Sim	9
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

A Tabela 29 é relativa aos resultados sobre a composição da renda das 22 famílias. Nove (9) famílias têm como fonte de renda exclusiva a atividade agrícola.

Tabela 29. Composição da renda, agrícola e não agrícola auferida pelas 22 famílias de produtores, além da atividade principal na feira.

Outras fontes de renda	Agrícola	Não-agrícola	Benefícios e/ou Transferência de renda
1			
2		X	X
3		X	
4		X	
5			
6			
7		X	X
8			
9		X	X
10			X
11			
12			X
13	X		
14	X		X
15		X	
16			
17	X		
18			X
19			X X
20			
21			
22			X
Total	3	6	8

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

As respostas positivas para outros tipos de renda foram detalhadas. Os resultados são declaratórios e estão apresentados na Tabela 30.

Tabela 30. Detalhamento das rendas auferidas pelas famílias.

Detalhamento	
Agrícola	Venda de insumos agrícolas (1); Diária rural na propriedade vizinha (1); Trabalho na propriedade do patrão (1)
Não-agrícola	Assalariados: Empregado no comércio (1), Enfermeira (1), Empregado na Construção Civil (1), Costureira (1). Renda de aluguéis (1); Não declarada (1)
Benefícios/ Transferência de renda	Aposentadoria (4), Aposentadoria Rural (1), Bolsa Família (5)

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Dos dados apresentados na Tabela 30 verificamos que a complementação da renda por meio de benefícios sociais, somados à pluriatividade, podem significar precariedade, uma vez que entre os três (3) casos em que um membro trabalha fora da propriedade há também o recebimento de Bolsa Família.

Em um caso, a família recebe além da Bolsa Família, o benefício do INSS. Entre as seis (6) aposentadorias, somente uma foi declarada como Aposentadoria Rural. Em um caso, o produtor está ainda tentando conseguir se aposentar.

O alcance do Estado, em termos de políticas agrícolas, é precário. Os resultados desta investigação encontram-se na Tabela 31, a seguir.

Tabela 31. Alcance das políticas públicas.

	ATER	PRONAF/Outro	PAA	Mais Alimentos	PGPAF	SEAF
1						
2						
3	X	X			X	X
4	X					
5						
6	X					
7	X					
8						
9						
10						
11	X					
12						
13	X	X				
14						
15	X					
16						
17						
18						
19	X					
20						
21	X					
22						
Total	9	2	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

A Tabela 31, acima, demonstra a escassez clara no acesso do grupo às políticas públicas disponíveis para o segmento da agricultura familiar. Somente dois produtores acessam crédito para a produção: um produtor acessa o Pronaf e outro, financiamento bancário de outra natureza.

Em algumas situações, os produtores alegam não pretender obter financiamento, pois têm receio de se endividarem. Em um caso, o produtor alega ter tentado tirar a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), mas não teve sucesso. Em outro caso, o produtor diz que não conhece nenhum tipo de financiamento adequado para seu caso.

Em relação a outras políticas, a maioria não conhece a existência. Um produtor diz não saber que o Governo Federal tem políticas específicas para a agricultura familiar e que, ao

contrário, acredita que o Governo não se importa com o pequeno produtor. Conforme o depoimento:

“O Governo dá vantagem só para esses produtos de exportação, laranja, soja. Por exemplo, acho que essa política agrícola tem que ser mudada. Esse ano eu produzi 100 sacas de milho. Só vendi 50, porque com o preço a 14,50 reais a saca do milho, não compensa nem produzir para vender. E também tinha que baixar os impostos, em cima da semente, adubo. A gente paga muito pro Governo. Tinha que baixar o imposto também para a gente conseguir contratar gente para trabalhar, legalizada. Só assim pequeno vai conseguir produzir... Tudo é culpa do Governo. Eles querem que as pessoas fiquem burras e votem neles!” (Sr. M.E.S, Entrevista, 2009)

Em consulta a EMATER, que junto com os sindicatos é a instituição responsável pelo cadastramento e apoio para a obtenção da DAP, a justificativa para a ausência de contratos do PRONAF no Gama é a inexistência de uma agência do Banco do Brasil com gerência competente para efetuar a análise e aprovação do crédito. As agências do Banco do Brasil são obrigadas a oferecer este tipo de crédito, mas a alocação de uma gerência somente se dá quando há demanda organizada. A agência mais próxima efetuando contratos do PRONAF é a de Brazlândia, o que, pela distância, impede o ingresso dos produtores do GAMA no programa.

Apesar da ATER ser a política pública mais acessada pelo grupo, pelo menos uma vez, atingindo 40% do total de produtores, isso não significa regularidade de atendimento. A EMATER Gama não atende a totalidade de famílias da sua área de abrangência. Foi entendido, durante a pesquisa, que a EMATER Gama não presta serviços aos feirantes produtores e pouco se relaciona com os atores da feira. Tampouco influencia no planejamento, execução e monitoramento das atividades produtivas e comerciais relacionadas com a Feira dos Goianos. Conforme a EMATER, a Feira dos Goianos é um mercado “periférico”, cujos produtos são de qualidade inferior e que, portanto, a produção para a feira não demanda qualificação.

Na realidade, o escritório local desconhece a grande maioria dos participantes da feira, apesar destes viverem em área de abrangência da empresa, ou em locais muito próximos. No seu banco de dados não consta todos os produtores levantados neste estudo. Apesar de alguns estabelecimentos estarem localizados fora dos limites do Distrito Federal, na fronteira com Goiás, acreditamos que uma visita aos produtores que trabalham na feira do Gama poderia ser justificada.⁵³

Em reunião com os produtores, coincidentemente realizado na EMATER, ao comunicarmos que a instituição é responsável pela emissão do DAP, a reação do produtor foi de descrença. Segundo o depoimento: “É, mas a Emater não dá a mínima pra pobre...” (Sr. M.I.G, Conversa informal, 2009).

O produtor do Núcleo Rural Casa Grande, razoavelmente capitalizado e com a produção tecnificada, declara receber visitas constantes da EMATER, sempre quando precisa, tanto do Médico Veterinário quanto do Engenheiro Agrônomo, que “fornece muitas informações e dicas para melhorar o andamento dos negócios”(Sr. L.U.I, Entrevista, 2009). O produtor diz também que assiste regularmente o programa Globo Rural para obter informações.

⁵³ A Emater, no entanto, enfrenta reais dificuldades, principalmente de restrição de pessoal. Portanto, o trabalho desta pesquisa foi importante para demonstrar que há um universo não atingido de produtores que podem ser beneficiados e motivar uma articulação entre os produtores e EMATER. O responsável atual pelo escritório, inclusive, demonstrou disponibilidade e apoiou a pesquisa em muitos momentos.

2.3. Beneficiamento da produção e comercialização

A Tabela 32, a seguir, apresenta o conjunto de produtos finais comercializados.

Tabela 32. Produtos finais vendidos na Feira dos Goianos, por produtor.

Produtos	Nº de produtores
Verduras <i>in natura</i>	8
Verduras <i>in natura</i> , couve MP*	4
Verduras <i>in natura</i> , derivados do leite	2
Verduras <i>in natura</i> , mandioca MP	1
Verduras MP, embaladas	1
Legumes <i>in natura</i>	1
Mandioca MP, couve MP, queijos	1
Mandioca MP, frutas, lingüiça, queijos	1
Mandioca MP, derivados da mandioca	1
Mandioca MP, pimentas	1
Mandioca <i>in natura</i> , rapadura, ovos.	1
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

*Mp: minimamente processada

Este grupo vende, em geral, verduras e legumes *in natura* ou minimamente processados. Em alguns casos vendem também produtos de origem animal. A predominância de venda de hortaliças *in natura* pode demonstrar uma especialização da produção familiar dentro da feira dos Goianos. Um dos motivos é intensidade da mão de obra demanda pela cultura, a alta perecibilidade e as especificidades no transporte e armazenamento destes produtos. As folhagens são muito frágeis e estragam muito facilmente. Aqueles que vivem próximo ao mercado se beneficiam desta característica, e se tornam capazes de ofertar um produto com a qualidade adequada.

Os vendedores do CEASA, dentro de um sistema de competição, acabam por “permitir” que os produtores assumam esta tarefa e garantam para si esta fatia do mercado. Esta especialização também está relacionada ao tempo de maturação dos investimentos da atividade, que é curto. São curtos também o tempo de retorno do capital investido e tempo de

rotação do capital. Por isso, os agricultores, mesmo aqueles menos capitalizados, encontram na horticultura e comercialização na feira uma oportunidade de atuar no mercado com alguma viabilidade econômica. Esta atividade deve, portanto, ser apoiada e estimulada em programas de desenvolvimento local.

Beneficiamento

É bastante comum na feira a oferta de mandioca descascada ou couve picada, como ilustra a Figura 28, a seguir.



Figura 28. Mandioca descascada e pimenta de cheiro, in natura.

Considerando que alguns produtores processam minimamente a sua produção, foi perguntado se, além do que já está sendo feito, outro tipo de processamento havia sido tentado. Muitos nunca tentaram e os motivos são principalmente a falta de tempo para fazer, a impossibilidade de alocar mão de obra e a ausência de informações sobre como fazer.

Há aqueles que relatam terem tentado um outro tipo de processamento da produção, mas não foram bem sucedidos, devido aos seguintes impedimentos:

Produtos	Motivos
Mandioca descascada	O retorno não foi suficiente
Abóbora e cenoura picada	O produto não teve boa aceitação
Doces	Falta de informações
Couve picada	Falta de tempo
Derivados da cana e mandioca	Falta de condições propícias (tempo, trabalho e capital)
Construção de galpão para agroindústria	Alega que não conseguiria se adequar as normas sanitárias.
Total	6

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Um produtor do Núcleo Rural Casa Grande, que possui três funcionários com carteira assinada para ajudar no trabalho e alcança a produção de um volume alto de leite, realiza diversos procedimentos de beneficiamento, como a produção de queijos, rapaduras, doce de leite em barra e pé de moleque, sendo que estes são vendidos para uma padaria em Brasília, na época das festas juninas.

Para o escoamento da totalidade de produtos do grupo, as feiras são o principal o canal de comercialização utilizado, conforme a Tabela 33.

Tabela 33. Canais de comercialização utilizados.

Somente feiras	Nº de produtores
Sim	16
Não	6
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Dezesseis (16) feirantes só utilizam as feiras como canal de comercialização. Um feirante diz ter abandonado as vendas no mercado, pois contraiu dívidas, tendo preferido a feira como canal único. O argumento é de que na feira todos os pagamentos são à vista e em dinheiro. Neste caso, a transação financeira é de baixo risco e há garantia de capital de giro para financiar a produção.

Seis (6) feirantes utilizam outros canais de comercialização ou a combinação de diferentes canais. Foram relatados os seguintes canais: Entregas para agroindústria (1); entregas para mercados e vendas na propriedade (1), entregas em domicílio e vendas na propriedade (1), vendas na propriedade e no CEASA(2); neste caso, os produtores possuem “pedra” (ponto), o que garante que o preço pago pelos seus produtos seja o de mercado. Um (1) produtor possui um contrato informal, que ele chamou de “contrato de boca”.

3.4. Comercialização na Feira dos Goianos

A maioria dos produtores possui somente uma banca na Feira dos Goianos, como mostra a Tabela 34.

Tabela 34. Quantidade de bancas na Feira dos Goianos.

Quantidade de bancas	Nº de produtores
Somente uma	18
Mais de uma banca	4
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Parentesco

Somente um produtor e uma produtora - irmãos - possuem parentesco dentro da feira. O restante não tem ou teve nenhum parente na feira. Essa pergunta foi feita, pois se pensava que um dos motivos para que houvesse a presença de produtores rurais em uma feira urbana seria a existência de vínculos de parentesco.

Esta produtora mora no Pedregal, município do Novo Gama, um assentamento urbano, e trabalhava na cidade como costureira, apesar de não conseguir sustentar sua família. Uma vez que seu irmão trabalhava na feira há bastante tempo, através do seu incentivo, passou a trabalhar a terra, junto com seu companheiro, e vender produtos na feira. A produtora hoje recebe uma renda melhor com esta atividade e declara que ainda precisa apreender os procedimentos na produção para trabalhar com mais segurança. Pelo momento, ainda compra produtos no CEASA e dos vizinhos para completar a o conjunto de itens que oferece: mandioca, jiló, maxixe, pimenta e abóbora.

Tempo na feira

Os feirantes produtores são antigos na feira, cuja média corresponde a 10 anos, como mostra a Tabela 35.

Tabela 35. Longevidade na Feira dos Goianos.

Média* 10 anos	Anos	Nº de produtores
	Até 1 ano	5
	1 a 5 anos	4
	5 a 10 anos	6
	Mais de 10 anos	7
	Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

*Soma de todos os anos, dividido pela quantidade de feirantes.

Aqueles que trabalham neste local há mais de cinco (5) anos somam 59%, demonstrando que há estabilidade no desempenho da atividade. Demonstra também que há tempo suficiente para perceber e se adaptar as diferentes dinâmicas e enfrentamentos na feira.

O feirante mais antigo diz participar da feira há 40 anos. Sabemos que duas outras feirantes também faziam parte desse grupo que fundou a feira. No entanto, uma delas respondeu que está na feira há 23 anos; a divergência entre as duas respostas foi de 16 anos. Isso pode ser explicado porque, sendo os dois idosos, as respostas em relação a tempo podem ser imprecisas. Apesar disso, são acompanhadas de simpática exclamação do tipo, “Ah, mas isso foi há tanto tempo que eu nem me lembro mais!” (Sr. T.R.A, Conversa informal, 2009).

Transporte

Foi levantado que, os produtores demoram entre 5 minutos até 40 minutos para chegar na feira, sendo a média de tempo referente a 27 minutos. A Tabela 36, abaixo, demonstra a forma de transporte das mercadorias.

Tabela 36. Forma de transporte para a feira.

Veículo Próprio	Nº de produtores
Caminhão	1
Reboque	1
Outros veículos	17
Não possui carro próprio	
Frete	2
Veículo emprestado	1
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Em um caso, o feirante é funcionário do dono da produção. O dono da banca leva e busca o funcionário e as mercadorias para a feira, de carro. Às vezes o dono também fica na feira e realiza as tarefas de comercialização.

Pagamento das taxas

A Tabela 37, abaixo, demonstra o quadro de registro e pagamento de tributos pelos feirantes na Feira dos Goianos.

Tabela 37. Situação dos feirantes quanto ao registro da atividade e pagamento de taxas.

Pagamento das taxas	Nº de produtores
Administração Regional	8
Cooperativa de Feirantes	20
<i>Satisfeitos com a atuação da Cooperativa?</i>	8

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

É notória a irregularidade dos feirantes em relação a registro e pagamento das taxas de ocupação de área pública para o Governo do Distrito Federal, representando somente oito (8) feirantes adimplentes.

Em contato com a Administração Regional, no departamento responsável pela fiscalização das feiras - permanentes e livres - fomos informados que há ciência por parte da Administração deste fato, mas a mesma não possui estratégia ou instrumentos para modificar a situação.

Segundo a funcionária da Administração: “A feira livre é assim mesmo. A gente sabe, mas não tem o que fazer.” (Funcionária da Administração, por telefone, 2009). A fiscalização é branda e não ocorre com frequência. A funcionária relata que neste ano a equipe de fiscalização de atividades urbanas compareceu à Feira dos Goianos e entregou os formulários de regularização a todos os feirantes (ANEXO VI).

Apesar disso, uma vez registrado, o feirante deve recolher a taxa de 36 reais anuais. Caso não o faça, o montante entrará para a dívida ativa do DF. Neste caso, a Administração deverá prestar esclarecimentos ao Tribunal de Contas.

Em relação à taxa da Cooperativa, conforme a Tabela 37, 90% das pessoas declaram pagar a taxa, que varia de 20 até 70 reais por mês. Essa taxa é recolhida semanalmente por um funcionário da Cooperativa. A maioria dos feirantes, no entanto (59%) diz não estar satisfeito com a atuação da Cooperativa.

Algumas pessoas foram enfáticas ao dizer que não compreendem o que é feito com o dinheiro. Uma pessoa fez o cálculo do faturamento da cooperativa, avaliando que não é possível que haja transparência na aplicação do dinheiro. No entanto, a maior preocupação dos feirantes não é quanto ao possível desvio do dinheiro, mas que a Cooperativa poderia trabalhar mais e aplicar melhor o dinheiro nas melhorias necessárias na feira.

No entanto, existe uma parcela significativa de pessoas que dizem estar satisfeitas com a Cooperativa. Essa também é a fala do diretor, que diz não haver problemas e que as pessoas que estão satisfeitas representam maioria.

Temos que considerar que esta amostra da pesquisa diz respeito aos feirantes produtores rurais e que provavelmente outros tipos de feirantes podem ter opiniões diversas. No caso de feirantes de produtos ilegais, como DVD's, a autorização de venda pode causar, neste tipo de feirante, satisfação imediata em relação da Cooperativa. Apesar disso, entendemos que esta questão, importante e bastante complexa, envolve abordagens que vão além da proposta desta dissertação, como a informalidade do trabalho e a pirataria.

Segundo o diretor da Cooperativa, a taxa cobrada deve ser de ao menos 5 reais por semana. A taxa é destinada à limpeza da área, ao pagamento de água e de luz, bem como aos funcionários que trabalham na feira. A estimativa da cooperativa é que 30% dos feirantes não

paguem nenhuma taxa. Para ele, poucos feirantes reclamam da obrigação de pagamento da taxa. Conforme o relato:

“Só poucas pessoas reclamam. As pessoas estão satisfeitas. Todos os sábados, 10 novas pessoas desejam fazer parte da Feira dos Goianos.”
(Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009).

A maioria dos feirantes também vende em outras feiras, conforme a Tabela 38.

Tabela 38. Venda em outras feiras da região.

Vende em outras feiras	Nº de produtores
Não	4
Sim, Qual?	19
<i>Céu Azul</i>	2
<i>Feira Permanente do Gama</i>	5
<i>Lago Azul</i>	2
<i>Pedregal</i>	7
<i>Setor Sul</i>	4
<i>Vila Roriz</i>	1
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

Todas as feiras mencionadas na Tabela 38 são muito próximas à Feira dos Goianos, localizadas no Gama ou no Entorno. Apesar de trabalharem nas mesmas feiras, os produtores, em geral, não se conhecem.

A maior parte vende na feira do Pedregal, considerada a segunda maior feira aberta do Brasil. Em 1998, passou por uma reforma, recebendo boxes, iluminação e pavimentação. Para coibir a criminalidade e comércio de artigos ilegais, como drogas e produtos roubados, uma parceria foi formada entre Ministério Público do Distrito Federal e de Goiás, Prefeitura do Novo Gama (GO), administração da feira e Polícias Civil e Militar, responsáveis pela preservação da ordem pública, do patrimônio e da segurança das pessoas. Foi elaborada também uma cartilha para os feirantes, explicitando seus direitos e deveres.

Todos os participantes da Feira do Pedregal comentam que é realmente uma feira melhor, mais organizada, melhor administrada e fiscalizada. Ao contrário da Feira dos Goianos, a taxa de ocupação da área é anual e é recolhida pela Prefeitura. Segundo os produtores, não há competição pelo ponto e há uma boa cobertura, o que torna o trabalho muito mais fácil.

Mesmo tendo acesso à estes canais de comercialização, os produtores declaram que há dificuldades a serem enfrentadas no processo, sendo a concorrência a principal, como demonstra a Tabela 39. A infra-estrutura também é uma questão importante para os feirantes, porém não é a principal. Em alguns casos, mais de um fator foi mencionado. Sendo assim, o resultado é relativo à quantidade de vezes que uma resposta afirmativa foi dada.

Tabela 39. Principais dificuldades na comercialização.

Principais dificuldades	Nº de produtores	Frequência
Espaço dentro da feira	1	3
Intermediários	1	3
Poucos compradores	1	3
Alcançar qualidade do produto	2	6
Sem dificuldades/ Não se aplica*	3	8
Infraestrutura da feira	5	14
Transporte, distância do mercado	5	14
Concorrência	8	22
Preços baixos	10	28
Total	36	100

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

** Não se aplica: diz respeito ao produtor que envia o seu funcionário para comercializar os produtos na feira.*

A partir dos resultados, podemos perceber que o principal problema é a remuneração dos produtos. Alguns produtores antigos reclamam que antes os preços eram melhores, mas que hoje é possível encontrar produtos em todo lugar, principalmente em supermercados, o que fez o preço cair.⁵⁴

Um produtor relata que sua produção de alface poderia ser vendida pelo por 0,75 centavos, uma vez que o canteiro é levantado na enxada. Porém, na feira, o preço médio do pé de alface é 0,50 centavos, impedindo-o de colocar este preço. Este produtor leva para Feira dos Goianos dez (10) caixas de alface contendo dezoito (18) unidades, em média. Se vendidas a 0,50 centavos, cada caixa produzirá uma receita de nove (9) reais.

Quando os feirantes compram alface no atacado (ou produzem em larga escala, como é o caso de um produtor desta amostra) e revendem na forma de promoção “3 por 1 real”. Neste caso – que é muito comum no final da feira – a unidade é vendida por 0,33 centavos somente.

Segundo o produtor A.G.N, a vantagem de trabalhar na feira é conseguir vender direto para o consumidor e evitar os intermediários. Segundo ele,

“O intermediário consegue estabelecer preço. O roceiro não consegue. Eles podem vender mais barato, tem mais poder na mão. Tem dinheiro, tem contatos. O pimentão: a caixa inteira custa 10 reais. Vendendo picado, dá para fazer 15 reais. Mas não é garantido vender tudo. O intermediário pode vender a caixa por 11. Mas se o produtor vender por 11, aquele 1 real só a mais não vale nada!”(Sr. A.G.N, Entrevista, 2009).

Outra questão importante, citada como dificuldade, é a alta oscilação mensal do volume de vendas. Uma vez que o pagamento dos salários ocorre no começo do mês, as vendas são realmente boas somente neste período. Há uma maneira muito interessante de se referir a esta oscilação, que parece inevitável. Conforme relato dos feirantes, todos esperam

⁵⁴ Na data em que foi feita esta tabulação, em setembro de 2009, o preço pago no atacado por uma caixa de alface, no CEASA DF, era em média 6 reais, variando entre 5 até 8 reais. Já o preço pago ao produtor, variava entre 4 a 6 reais. (Setor de Estatísticas e Informação de Mercado, Ceasa, Setembro, 2009).

que no começo do mês apareça na feira “*as oncinhas*”, ou seja, a cédula de cinquenta (50) reais. Mas à medida que o mês se passa, no entanto, só aparecem na feira “*mico*”, “*tartaruga*” e “*beija-flor*”, que respectivamente são as cédulas de cinco (5), dois (2) e de um (1) real. Já no fim do mês, aparecem simplesmente “*as pratinha*” (moedas).

Tipos de competição dentro da feira

Setenta e sete por cento (77%) das pessoas dizem não haver competição alguma entre feirantes e feirantes produtores. Ao contrário, acreditam que há espaço para todos os tipos de vendedores, principalmente porque a presença de feirantes traz diversidade para a feira e atrai mais compradores.

A pergunta foi feita no sentido de compreender a percepção do produtor em relação ao fato. Os entrevistados não foram induzidos a responder que havia algum tipo de competição, por exemplo, simulando situações. Porém, vale dizer que em uma situação em que houve essa simulação, relatando as formas que a competição pode assumir na feira, o entrevistado mudou sua resposta, de “não” para “sim” e declarou que nunca havia pensado nisso. Houve um produtor que diz que a presença de feirantes é positiva porque, às vezes, os feirantes também acabam por comprar dos produtores rurais.

Cinco (5) produtores, (23%), dizem perceber que há competição entre produtores feirantes e feirantes do CEASA e o motivo principal é a competição pelo espaço. Um produtor revela que os produtores estão em desvantagem, uma vez que é mais fácil comprar produtos e revender do que cultivá-los.

Uma produtora relata que se sente em desvantagem em relação a comerciantes, relativa ao trabalho:

“Eles estão em vantagem, porque enquanto eles estão dormindo, eu tô trabalhando!” (Sr. M.A.R, Entrevista, 2009).

Para um produtor, o conflito mais evidente na feira é a disputa pelo espaço, pela regularização do ponto e também pela qualidade do ponto. Segundo ele “o conflito é o espaço. Tem competição entre feirante e produtor. Também tem entre produto. Todo mundo tá nessa guerra” (SR. A.G.N, Entrevista, 2009).

Outro produtor diz que se protege da competição mantendo a qualidade do produto e fixando um preço que pague sua produção. Conforme seu relato:

“Os pirangueiros não vem atrás de produtor para comprar porque eles já sabem que os produtores vão conseguir vender seus produtos direto pro consumidor. Se um pirangueiro pedir pra comprar, eu cobro 9 reais, que é o preço que “paga” a caixa. Por exemplo, o pirangueiro compra a caixa por 7 reais e consegue vender por 9 reais. Ai o lucro é pouco, só 2 reais. Então eles querem comprar mais barato. Mas na época da chuva, os pirangueiros vão atrás dos produtores mesmo assim e topam pagar 9 reais a caixa. Mas a maioria das vezes eles compram só caixaria: tomate, abóbora, frutas” (Sr. M.I.G, Entrevista, 2009).

Um feirante produtor relata que enxerga um tipo de concorrência desleal dentro da feira, praticada pelo que ele chama de “produtor de fundo de quintal” ou “aventureiro”. Para ele, o produtor “aventureiro”, que consegue produzir hortaliças somente na seca, pode “derrubar” o preço dos outros, que estão também produzindo na época de chuva. Segundo ele, os custos que ele deve arcar com a produção ao longo de todo o ano, mesmo em condições desfavoráveis, comparativamente se transformam em uma desvantagem em relação ao “aventureiro”. No entanto, este mesmo produtor não se reconhece como pequeno, apesar de produzir em 1 e ½ de terra, arrendada, um volume de 150 caixas de hortaliças e comprar a maioria dos seus produtos de “caixaria” no CEASA. Ao ser questionado se não seria o produtor patronal, aquele com o maior volume de produtos na feira, quem oferece a real concorrência, ele discordou. Apesar disso, ao expormos as dificuldades que os pequenos produtores enfrentam, o mesmo parece ter entendido de outra forma a situação.

Outro produtor, apesar de perceber a competição, diz que quem está perdendo neste caso são os feirantes, pois estes, ao contrário dos produtores, não são os donos das mercadorias e não podem dar a elas a destinação que desejarem. Segundo ele, tudo o que produz é de sua propriedade, não é uma forma momentânea de troca. Justamente daí nasce uma vantagem, a de poder decidir livremente o que fazer com eventuais sobras, inclusive consumir, doar ou alimentar animais, que é o que em seu caso geralmente acontece.

Perguntamos ao Diretor da Cooperativa como é sua percepção sobre a competição entre produtores e feirantes e a resposta é que nunca houve conflito ou competição entre feirantes ou entre tipos de mercadorias diferentes. Ele alegar ter controle sobre os feirantes, exercido, por exemplo, no controle dos preços. Segundo ele

“O feirante não pode colocar o preço que quiser, pois deve deixar oportunidades para todo mundo vender”. (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

Diante destas contradições, concluímos que deva haver na feira uma forma de proteger os interesses dos produtores, a fim de que estes não sejam prejudicados em suas atividades comerciais e expropriados de seus meios de vida.

Vendedor de “buginganga”

Quando perguntados sobre a competição entre produtos agrícolas e industrializados, como roupas, DVDs, novamente a resposta predominante (81%) foi negativa. Apesar disso, dentre as cinco (5) pessoas que percebem competição na situação anterior, três (3) disseram não perceber competição quando se trata de produtos diferentes pois, como alega um entrevistado “cada um vende o que quer”. Para ele, ao contrário, a feira fica mais atraente quando é capaz de oferecer diferentes produtos. Conforme os depoimentos abaixo:

“Foi o camelô, o que vendia buginganga, que encheu a feira” (Sr. M.I.G, Entrevista, 2009)

“Mas se analisar o pingo no i, todo mundo quer vender buginganga. Ninguém quer trabalhar na roça” (Sr. M.E.S, Entrevista, 2009)

Importância simbólica da feira, uma aproximação

Esta pergunta, que carrega um conteúdo subjetivo alto e se encontra no plano das representações, foi feita sem pretensão e buscou respostas espontâneas sobre um possível significado simbólico da feira para o/a produtor/a.

A pergunta feita foi “Qual a importância dessa feira para o/a senhor/a? ou “Essa feira é importante para o/a senhor/a?” ou ainda, “O/A senhor/a tem um sentimento, um carinho por essa feira?”. A maioria das pessoas respondeu positivamente (59%), enquanto que o restante diz não possuir nenhum tipo de sentimento ou vinculação especial. Para estes/as a feira é simplesmente o trabalho, o lugar para vender produtos e receber o dinheiro.

As respostas positivas em relação a algum tipo de importância para o feirante estão na Tabela 40.

Tabela 40. Frases declaratórias em relação à importância simbólica da feira para o/a entrevistado/a.

Declarações
<i>"Acho bom"</i>
<i>"Eu não preciso pedir dinheiro para o marido"</i>
<i>"A vantagem não é só econômica, mas sociocultural. Além da renda, tem a socialização e os contatos. Além de ser vantagem vender direto para o consumidor"</i>
<i>"A gente vive da feira então tem importância"</i>
<i>"A importância é que aqui é onde nós produtores vendemos nossos produtos"</i>
<i>"É importante porque dá a renda"</i>
<i>"Sim. A gente vende mas também faz amigos"</i>
<i>"É o lugar para vender produtos."</i>
<i>"Sim. Estava desempregada. Agora tenho o que fazer e como pagar as contas"</i>
<i>"A feira é uma benção. Daqui tiro meu alimento, meu e dos meus filhos"</i>
<i>"Na feira arrumei freguês e amigo"</i>
<i>"Aqui é tudo pra mim. Daqui eu tiro meu sustento"</i>
<i>"Deixo de vender para atravessador para vender para o consumidor"</i>
<i>"Fico triste quando não venho pra feira!"</i>
<i>"Representa amizade e sustento"</i>

Fonte: Dados da pesquisa, (2009).

3.5. Notas sobre a Zona Rural do Gama

Uma vez que nem todos os feirantes da amostra moram no Gama ou estão na feira a tempo suficiente para perceber mudanças no território, as perguntas a seguir foram feitas somente àqueles que poderiam dar algum tipo de informação relevante. Porém, não consideramos que os questionários em si, ou a opinião do feirante sobre os fatos, pudessem ser portadoras da verdade, capazes de explicar o fenômeno da transformação do território. Apesar disso, a forma de apreensão da realidade é considerada relevante, e portanto, apresentaremos alguns destes depoimentos.

Pergunta 7.7. Como o senhor (a) vê todas as mudanças que a feira sofreu a ao longo dos anos? Acredita que a “cara” da feira mudou muito? Como? Porque?⁵⁵

“A mudança do asfalto mudou para melhor porque ficou mais próximo das pessoas. Os banheiros também estão bons. A feira depois da mudança aumentou as vendas e o movimento”. (Sr. R. E.I, Entrevista, 2009)

“Não mudou muito desde que eu estou aqui. Mas depois que saiu do asfalto, os fregueses sumiram. Até hoje tem gente que se espanta quando encontra minha barraca, achando que nós tinha ido embora. (Sra. M.A.R, Entrevista, 2009)

“Mudou muito. Aumentou, cresceu, tem mais gente vindo” (Sra. O.N.I, Entrevista, 2009)

“Mudou muito depois que saiu do asfalto. “No asfalto era melhor porque tinha mais gente, vendia mais, conseguia vender com o mesmo preço, sem baixar”. (Sr. A. J, Entrevista, 2009)

“Melhorou muito. A feira foi registrada. A cara mudou, antes era só agricultor e hoje tem pouco agricultor”. (Sr. T.R.A, Entrevista, 2009)

⁵⁵A idéia era que fosse possível obter um panorama da trajetória da feira, de acordo com a percepção do produtor. No entanto, mesmo para os mais antigos, o horizonte de tempo se demonstrou muito restrito, e as respostas se limitaram as mudanças recentes da feira, como a saída do asfalto para o local onde está hoje.

Pergunta 7.10. O/A Sr(a) acha que a ocupação das áreas da Zona Rural do Gama interferiu na feira? Como?⁵⁶

“Mudou. Antes era uma área mais rural agora é mais urbano. Colocaram asfalto, desmataram. Mas não acho que isso afetou a feira.” (Sr. L.E.A, Entrevista, 2009)

“A zona rural está igual. São os mesmos chacareiros, as mesmas chácaras, os mesmos feirantes. Não mudou nada”. (Sr. A.J, Entrevista, 2009)

“Não. Porque se não fosse a área urbana, não teria feira. Não teria consumidor!” (Sr. T.R.A, Entrevista, 2009)

“Hoje tem violência que fica rondando o Núcleo Rural. Antes os portões ficavam abertos e agora estão sempre trancados.” (Sr. L.U.I, Entrevista, 2008)

Ao contrário do revelado no levantamento dos dados e revisão de literatura sobre a região, os atores não percebem as modificações e pressões incutidas na Zona Rural do Gama.

O diretor da Cooperativa, que afirma ter trabalhado muito na Zona Rural do Gama e conhecer bem a área e sua população, relata que a cidade cresceu, mas esse crescimento - e as consequentes mudanças da zona rural do Gama - não estão refletidas na Feira dos Goianos.

“O crescimento está em toda parte. Sempre cresce. As grandes cidades sempre foram pequenas”. (...) “Os produtores do Gama continuam a ser produtores”. (Diretor da Cooperativa, Entrevista, 2009)

Sobre a poluição dos recursos hídricos, identificada nas referências sobre área e também pela confirmação no campo, a maioria dos produtores não tem conhecimento do fato. Somente dois (2) produtores, moradores do Ponte Alta, revelam saber deste quadro. Neste caso, os agricultores tiveram sua produção diretamente afetada.

“O córrego Barreiro estava sujo. Veio a Emater e disse. Hoje uso a água do poço”. (Sra. M.A.R, Entrevista, 2009)

“Sim, a poluição do rio pela CAESB. A hortaliça não dá mais para irrigar”. (Sr. M.I.G, Entrevista, 2009)

⁵⁶ A idéia era extrair um relato de uma pessoa que viveu o fato, considerado, porém, de uma maneira ampla. Era esperado que houvesse relatos - e a pergunta foi feita explicando esta intenção – revelando uma possível ligação explícita entre a feira e o território, em constante modificação. Um relato trouxe essa ligação e é apresentado a seguir.

CAPITULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou compor um retrato social e econômico dos agricultores familiares que vivem e produzem na região no Gama (DF) e comercializam sua produção na Feira dos Goianos, bem como resgatar o histórico desta feira, buscando evidenciar as relações de natureza social, econômica e cultural tecidas historicamente entre produtores e feira. Tratou também de indagar as relações entre a Feira dos Goianos e o território onde ocorre. Dos resultados gerais da pesquisa inferimos que as condições de sobrevivência da agricultura familiar, principalmente o seu segmento menos capitalizado, largamente representado no grupo de produtores feirantes, são hostis.

Nem sempre a renda das feiras é suficiente para a sobrevivência, levando às famílias a adotar estratégias pluriativas ou recorrer a programas de transferência de renda. Pelos depoimentos, percebemos uma tendência nas intenções dos produtores de que seus filhos abandonem a atividade, principalmente pela precariedade de atendimento da área rural com serviços de natureza pública. Assim, no relato, seus filhos e filhas acabarão partindo para as cidades em busca de oportunidades de estudo, emprego, lazer, saúde, entre outros.

O processo de ocupação fundiária e a trajetória do setor agropecuário nas décadas recentes, no Brasil e no Distrito Federal, serviram como o pano de fundo da análise. Estes dois movimentos gerais criaram as condições para a pauperização em que hoje se encontram as famílias, tendo-lhes imposto restrições produtivas, dificuldade de acesso à terra, a impossibilidade de regularização da situação fundiária, ao mesmo tempo que um alcance marginal de políticas públicas.

Visto desde esta perspectiva, a Feira e seus agentes sociais representam uma manifestação da dimensão singular em relação à dinâmica universal do capitalismo

concentrador dos meios de produção (ALVES,2003). A realidade excludente da modernização da agropecuária brasileira espoliou a pequena agricultura, em termos de terras, investimentos e de significados simbólicos positivos, impedindo que esse segmento se desenvolvesse de forma próspera, integrada aos mercados e assistida por políticas públicas.

Os agricultores da Feira dos Goianos, mas não a sua totalidade, representam os estratos inferiores do universo da agricultura familiar brasileira, poder-se-ia dizer, sobreviventes, que excluídos e/ou subordinados pelo modelo dominante, reproduzem seus meios de vida vendendo produtos do cultivo de terras marginais, terras estas que conseguiram resistir à especulação e ocupação urbana desordenada.

A Feira dos Goianos é uma porção da periferia do sistema agroalimentar dominante, expressão do *circuito inferior* voltado para a sobrevivência e o consumo popular, e de sua dialética com o *superior*, o circuito da acumulação capitalista, que dita as regras, conforme o enxergava Milton Santos (1979). Trata-se, porém, de circuitos comunicantes. Na feira se encontram produtores e consumidores pobres, sitiantes antigos e migrantes das diversas regiões do Brasil que vieram a ocupar os assentamentos nos Distrito Federal e Entorno, e seus descendentes, todos não absorvidos pelo mercado de trabalho formal. Corolário desta dialética, divide o espaço da feira um enorme grupo de trabalhadores informais, que sobrevive da revenda de mercadorias.

Ao mesmo tempo, na feira, traços e agentes do circuito superior e inferior se cruzam, por relações de dependência, dominação, sempre assimétricas. Ao lado da produção familiar, são escoadas as mercadorias dos grandes atacadistas, no caso específico dos oriundos do CEASA, susceptíveis de serem vendidos a preços baratos e competitivos, condicionando as estratégias dos produtores familiares. A força das grandes redes de distribuição, localizadas próximas e também distantes da feira, está presente nos depoimentos dos feirantes como uma agente ameaçadora.

Além do consumo popular, na feira existem consumidores de classe média e média-alta (fato que, inclusive, mereceria sozinho uma pesquisa sobre suas determinantes fundamentais). Isto corrobora a noção de que o circuito inferior corresponde à margem, mas toda margem está dentro de um sistema.

Se o espaço urbano divide-se entre circuito superior e inferior, o território em questão apresenta fronteiras sutis entre o urbano e o rural. Conforme Botelho Filho (2001) no movimento da privatização das terras rurais no DF, desde o início, estavam presentes objetivos urbanos. A dinâmica territorial esteve controlada pela metrópole e a forma de utilização do espaço, comandada pelo mercado. Assim, os interesses da sociedade no uso da terra e os interesses dos proprietários privados da terra se puseram em conflito, enquanto o setor agrícola (correspondente a produção de alimentos, principalmente) não apresentou crescimento importante. As áreas destinadas a usos agrícolas foram tomadas por assentamentos urbanos, de caráter não planejado, alterando a destinação produtiva do território.

Os resultados desta investigação chamaram a atenção para a necessidade de uma valorização da função destes espaços rurais - e das atividades econômicas que neles são produzidas - baseada em planejamento e configuração de um arranjo produtivo sustentável. Neste arranjo caberá o zoneamento econômico e ecológico, a regulação, a criação de instâncias de resolução de conflitos, a organização e participação social, entre outros. Isto ainda não tem ocorrido no Distrito Federal, o que fica evidente na avaliação sobre os rumos do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), assunto que por si só é outro tema para agendas de pesquisa.

Sobre as características produtivas e comerciais da agricultura familiar no contexto da pesquisa

De maneira geral, pudemos observar alinhamento entre o referencial teórico e o achado, em diversos aspectos e em graus diferentes. Por exemplo, as teorias sobre a adoção de estratégias pluriativas, as dificuldades de organização para fins de cooperação, o cumprimento de múltiplas funções da agricultura como a segurança alimentar e a diversificação da produção, todos encontraram correspondência no nível empírico deste estudo de caso. Dessa forma, podemos dizer que as características do grupo social formado por produtores rurais da Feira dos Goianos seguem as tendências indicadas na revisão sobre agricultura familiar, guardadas as peculiaridades. Pelos resultados da pesquisa constatamos, principalmente, que os produtores enfrentam dificuldades na condução de suas atividades comerciais, produtivas, gerenciais e organizativas.

Os dados mostraram, por outro lado, que os produtores conseguem traçar estratégias para se desvencilhar das dificuldades e inovar, alinhando-se com as condições colocadas da maneira mais eficiente possível. A especialização na produção de hortaliças, que lhes permite a coexistência com os feirantes revendedores de produtos da CEASA, são um exemplo desta estratégia, individual, mas também coletiva. O conhecimento empírico, herdado, aprendido e transmitido aos filhos, são também sinais desta progressiva qualificação.

Pelos resultados, verificou-se que, em média, a renda auferida nesta atividade comercial tende a ser superior aquela que os produtores conseguiriam obter caso se proletarizassem, trabalhando em ocupações de baixa qualificação nas cidades. Isto revela que embora parte do circuito inferior, esta atividade produtiva e comercial é geradora de certa autonomia. Isto foi percebido em depoimentos que revelaram que, por serem os produtores os donos das mercadorias, os mesmos podem dar a elas a destinação que julgarem mais justa,

principalmente o auto-consumo, a troca e a aplicação como insumo na produção, do contrário dos feirantes revendedores.

Percebemos também que, assim como a feira opera num circuito inferior, os produtores são responsáveis por um tipo particular de produção, que poderia talvez ser chamado de *produção popular*. Do contrário dos receituários agrônômicos dominantes, durante esta pesquisa apresentamos alguns motivos para que esta produção popular não deva ser considerada simplesmente “atrasada”. Implica entender que estão envolvidas racionalidades, modos de fazer agricultura e de se relacionar com o mercado, particulares (PLOEG, 2008; WANDERLEY, 1995).

O resultado desta produção popular de fato cumpre funções: de geração de renda no campo, de segurança alimentar, de preservação da paisagem, de preservação de modos de vida, de saberes e fazeres tradicionais. Portanto, pelos resultados da pesquisa, acreditamos que as políticas públicas para a agricultura familiar devam ser capazes de interagir e captar estas singularidades.

A valorização das feiras livres

O presente estudo teve o propósito de oferecer elementos que demonstram o potencial da feira livre como canal de comercialização de produtos da Agricultura familiar, indicando a pertinência da inserção das feiras nas pautas de programas de desenvolvimento rural e de segurança alimentar. O argumento essencial, apoiado pela revisão de literatura, é que os circuitos curtos de produção e consumo podem dinamizar da economia local, gerar trabalho e renda no campo, além de ofertar alimentos para populações urbanas. Apesar de competirem com espaços de comercialização varejistas organizados, como as grandes redes supermercados e hipermercados, no Brasil a feira local é, de maneira permanente, recurso

muito utilizado para o abastecimento doméstico periódico de alimentos frescos e baratos, bem como de produtos especiais.

Apesar das dificuldades confirmadas por esta investigação, este efeito positivo, em termos de geração de trabalho e renda, ocorre de fato na Feira dos Goianos, mas é desvalorizado, pelas instituições e pelos próprios atores. Os produtores, mesmo em uma situação de vulnerabilidade, desarticulados e sem apoio das políticas para a agricultura familiar, encontram na combinação de *horticultura + venda em feiras livres + diversificação da produção* uma oportunidade viável para garantir sua sobrevivência e de suas famílias. Portanto, vislumbramos que, caso existisse um apoio mais incisivo do poder público e instituições locais, os resultados desta dinamização pela via da feira seriam mais visíveis.

Com esta pesquisa, procuramos demonstrar que os estudos de caso sobre feiras podem servir como “lentes de aumento” sobre um público marginalizado da agricultura familiar, cuja produção é ínfima e cujo alcance do Estado é inexistente. Esta “lente” pode revelar detalhes que escapam ao senso comum, dando a possibilidade de ajuste das políticas de acordo com as especificidades dos públicos beneficiários e com as devidas correspondências com a realidade.

Demonstramos que a feira livre, considerada na sua dimensão sócio-cultural, pode ser um local privilegiado para a ação pública e comunitária, ao congregar uma grande quantidade e variedade de pessoas em um evento periódico. Apesar dos feirantes possuírem atividades produtivas e comerciais múltiplas, existe na feira um objetivo compartilhado, muitas vezes não revelado, mas que está relacionado à sua sobrevivência material. A feira é, portanto, um local aonde a organização e participação social poderão ser estimulados (SACCO DOS ANJOS *et al.*,2005; RIBEIRO *et al.*,2005).

A partir da Feira dos Goianos, um movimento de institucionalização do território rural do Gama, poderá ser motivado. Há que se fortalecer suas instituições. Há de haver um reconhecimento pelos atores das principais problemáticas que se apresentam, o que ainda não ocorre. Ainda estão por ser alinhadas as forças sociais, capazes de organizar as suas demandas e articular um projeto comum.

Sustentamos que o foco dos programas e ações para o fomento da comercialização deverá ter como foco a ativação do seguinte circuito:

- Estímulo à comercialização direta dos produtos da Agricultura familiar em feiras livres;
- Minimização da participação de intermediários na cadeia produtiva;
- Aumento da renda das famílias;
- Fortalecimento de laços de cooperação e solidariedade entre produtores rurais.

Com isto, pode ser possível também motivar a preservação e valorização de culturas tradicionais, a garantia de segurança alimentar e prevenção contra a expropriação dos meios de vida das famílias rurais.

A proposta de valorização das feiras livres se refere, em algum grau, a proposta de adoção de paradigmas alternativos, de produção, de comércio e de consumo (GUERREIRO, 2008).

Em 2009, no contexto da ainda atual crise econômica, que confirmou a falência do modelo neoliberal, e do colapso ambiental iminente, coloca-se em perspectiva a questão do papel do Estado e da necessidade de novos modelos de desenvolvimento, capazes de atender as exigências ambientais, mantendo o foco na equidade e na superação da pobreza.

Neste sentido, a adoção de modelos de produção poupadores de recursos financeiros e ambientais, intensivos em mão-de-obra e intensivos em conhecimento, conforme colocou o economista Ignacy Sachs (2004), darão as dicas do caminho a ser trilhado para um desenvolvimento includente e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social**. In: SABOURIN, E., TEIXEIRA, O. A. (Eds.) *Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. 402p. pgs. 113-128.
- ABU-EL-HAJ, J. **O debate em torno do capital social: uma revisão crítica**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais –BIB, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1º sem. 1999.
- AGUILAR, A. **Feira livre: o consumo cultural na prática**. Diário Popular, Pelotas, 28 de Mar 2004, p. 7.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/conceito%20de%20agricultura%20fam.pdf>> Acesso em 15 de junho de 2008.
- ALVES, G. L. **O universal e o singular: em discussão a abordagem científica do regional**. In: ALVES, G. L. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande, MS: Editora Uniderp, 2003.
- ALVES, J. M.; STADUTO, J. A. R. **Análise da estrutura de governança: o caso da Cédula de Produto Rural (CPR)**. *Workshop brasileiro de gestão de sistema agroalimentares*, 1999, Ribeirão Preto. Pensa, 1999. p. 137-147.
- AZEVEDO, P. F. **Comercialização de produtos agroindustriais**. In: BATALHA, M. O. (Coord.). *Gestão agroindustrial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 64-99.
- AZEVEDO, P. F.; FAULIN, E. J. **Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações**. Revista Informações Econômicas. Instituto de Economia Agrícola. São Paulo, v.33, n.11, nov. 2003.
- AZEVEDO, P. F.; FAULIN, E. J. **Comercialização na agricultura familiar**. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. São Carlos: Edufscar, 2005.
- BESANKO, D *et al.*, **A Economia da Estratégia**. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística. Porto Alegre: Bookman, 2006. 608 p.
- BOTELHO FILHO, F.B. **As relações rural-urbano no Distrito Federal**. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia. Campinas, 2001.
- BRANDT, S.A. **Comercialização agrícola**. Piracicaba: Livroceres, 1980. 195p.

BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **PAA 5 anos: balanço e perspectivas.** 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/seminario-paa-balanco-e-perspectivas>> Acesso em: 10/10/2009.

BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Territórios da Cidadania: Integração de Políticas Públicas para reduzir desigualdades.** 2008. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>> Acesso em: 23 de novembro de 2009.

BRASIL - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG. 2008. Disponível em: <<http://www.siorg.redegoverno.gov.br/index.htm>>. Acesso em 20/junho/08.

CARNEIRO, M.J. **Introdução.** In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Orgs). *Para além da produção. Multifuncionalidade e Agricultura Familiar.* Rio de Janeiro:Mauad, 2003, 230p.

CHAYANOV, A.V. **The theory of peasant economy** (edited by D. Thorner et al.). Manchester: Mancehster Universtity Press,1966.

COASE, R.H. **The nature of the firm.** *Economica*,v.4, n.16, p.386-405, Nov. 1937.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL (CODEPLAN). **Brasília e sua Região Polarizada. Perfil Sócio-econômico e Demográfico da População. Relações entre o Distrito Federal e Entorno.** Novembro, 2003. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000006.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2009>

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL (CODEPLAN). **Região Administrativa R.A. II, Gama.** Coletânea de informações socioeconômicas. Brasília: 2006.

CUNHA, L. A. G. **Confiança, capital social e desenvolvimento territorial.** *RA' E GA: o espaço geográfico em análise*, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 49-60 2000.

DA MATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Petrópolis: Vozes, 1984.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Movimentos recentes da agricultura familiar.** Cadernos do CEAM, Brasília, v.6, n. 24, 2006, p. 91-102.

DELGADO, L. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003.** In RAMOS, L.R.; ALY, O.J. (Eds.) *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual.* Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. São Paulo. 2005.

DELGADO, N. G. **Papel e Lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional.** Painel apresentado na 35ª Reunião Ordinária do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável). Brasília. Fevereiro de 2009.

DINIZ, J. **Experiências estrangeiras**. In: FIGUEIREDO, A. S.; PRESCOTT E.; MELO, M. (Orgs.) *Integração entre a produção familiar e o mercado varejista – uma proposta*. Brasília: Universa, 2004.

MENDES, K. Fim do atravessador. **Jornal Estado de Minas**. Minas Gerais, 15 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=5936> . Acesso em 17 de agosto de 2009>

FIGUEIREDO, A. S.; PANTOJA, M.J. ; MELO, M. F. de; DIAS, R. de Lima. **Conhecendo seu canal de comercialização de hortaliças**. Universidade Católica de Brasília, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Brasília: Universa, 2003. 52 p.

GARCIA-PARPET, M, F. **Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantation açucareira nordestina**. In: PESSANHA NEVES, D. ; DE MORAES SILVA, M.A (Orgs). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Vol. 1. Formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: Unesp, 2008.

GARCIA-PARPET, M, F. **O Segundo sexo do comércio: Camponesas e negócio no Nordeste do Brasil**. ANPOCS. 2008a. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_08.htm> Acesso em 10 de setembro de 2009.

GOMES JÚNIOR, N. N.; PIRES SILVA, R.; ALY JÚNIOR, O. **Comercialização e segurança alimentar: buscando alternativas à exclusão**. Cadernos do CEAM, Volume 8, nº 31, UnB, 2008, p.113-132.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO (SEDUH). 1997. **Documento técnico para elaboração do PDOT**. Disponível em: <<http://www.distritofederal.df.gov.br/sites/100/155/PDOT/doct13.htm>> Acesso em 10/03/2009.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. SUB-SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS (SUCAR). **Regiões Administrativas: Histórico Gama**. 2008. Disponível em: <www.sucar.df.gov.br/ras/02_gama/doc/gama01.doc> Acesso em: 10 de junho de 2008.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

GUANZIROLI, C.E. *et.alii.*, **agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond. 2001.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI, C.; ICHIHARA, S.M.; DINIZ, B.P.C.; MOREIRA, G.R.C. **PIB da agricultura familiar: Brasil e Estados**. Brasília: NEAD/MDA/FIPE, 2007, 172 p.

GUERREIRO, L.G. **Resistencias campesinas: La experiencia de lãs férias francas de La província de Misiones, Argentina.** In: MANÇANO FERNANDES, B. (Org) *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 432 p.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto.** Brasília: MDA, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário.** 2009.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia.** Tradução Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Braziliense, 1988.

LAZZARINI, S. G. **Estudos de Caso para fins de pesquisa: aplicabilidade e limitações do método.** In: FARINA, E. *et al.*, (Coord.) *Estudos de Caso em Agrobusiness*. São Paulo: Pioneira/PENSA, 1997, p. 9-23.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço.** Paris: Armand Colin, 1974.

MACHADO, M. D.; SILVA, A. L. **Distribuição de produtos da agricultura familiar: uma análise no setor produtivo.** Revista de Economia e Administração, Campo Grande – MS, v. 4., n. 7., p. 16-28, 2003.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** 1 a. ed. São Paulo: Abril Cultural. 1976.

MALUF, R. S. **O enfoque multifuncional da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa.** In: LIMA, D.M; WILKINSON, J.(Orgs). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília. CNPq. Paralelo 15, 2002, p-301-328.

MARTINS, J. de S. **O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural.** Estudos avançados. vol.15 nº43, São Paulo, Set/Dez, 2001.

MARTINS, R. C. **Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político-institucional.** Rev. Econ. Sociol. Rural, vol.43, no.2. Brasília, Abril./Junho. 2005.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Erstes Heft, Berlin, 1859. Tradução: José Barata-Moura. Transcrito em março, 2007. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm#tn271>>. Acessado em: 10 de novembro de 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1986.

MASCARENHAS, G; DOLZANI, M.C.S. **Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea.** UFG/IESA: Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, v. 2, n. 4, agosto/2008, p.72-87.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): Concepção, abrangência e limites observados.** Texto apresentado no IV Encontro da

Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, realizado em Belém (PA), de 19 a 23/03/01. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/trabalhosbsp3.pdf>>

MEDEIROS, J. X. *et al.* **O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar.** In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Orgs.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar.* Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p 23-38.

MEDEIROS, R. A. L. de ; **Construção de significados no evento-situacional usina hidrelétrica Corumbá IV:Desapropriações, re-ordenamentos e formação de um ordem moral.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. 2007.167 p.

MIRANDA, Z. A. I. **A incorporação de áreas rurais às cidades. Um estudo de caso sobre Campinas, SP.** Tese de Doutorado. Universidade de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia. Campinas, 2002.

Maria Lima; Ilimar Franco; Evandro Éboli. A segunda ocupação de Brasília. **Jornal O Globo.** 2007. Disponível em: <http://www.sa.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=51518&btImprimir=SIM> Acesso em: 10 de maio de 2009.

NORTH, D. C. **Custo de transação, instituições e desempenho econômico.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

PAVIANI, A. **Brasília: a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização.** Brasília: Ed. UnB,1989, 113 p.

PAVIANI, A. **Brasília: controvérsias ambientais.** Brasília: Ed. UnB,2003, 316 p.

PDL. **Plano Diretor Local. Documento técnico.** Gama- Memória, IPDF, Brasília, 1997.

PIRES, A. **De rocinha aos enclaves: figurações do rural em Vinhedo, SP.** Tese de doutorado. UNICAMP. Instituto de Economia. Campinas, 2004.

PLOEG, J.V. der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Editora UFRGS. Porto Alegre. 2008.

RAFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REQUIER-DESJARDINS, D. **Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentares Localizados: Cuales Puestas?** Quito: PRODAR, 1999. Disponível em <<http://www.prodar.org/cd.htm>> Acesso em 12 de julho de 2009.

REZENDE, M.L.; CARVALHO, F.G. de.; REZENDE, E.G.; AZEVEDO, L. **Hábitos de consumo: uma abordagem dos consumidores da feira livre de Alfenas – MG.** Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, Julho/2009.

RIBEIRO, E. M.; CASTRO, B. S.; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; ARAÚJO, D. P.; GALIZONI, F.M.; AYRES, E. B. **Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro**. Agriculturas, v. 2, n.º. 2, junho de 2005.

RIBEIRO, E. M.; ÂNGULO, J.L.G; NORONHA, A. B; CASTRO, B.S; GALIZONI, F.M.; CALIXTO,J.S., SILVESTRE, L.H. **A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais**. UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais - conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond. 2004, 238 p.

SACHS, I. Ponteiros para uma agenda verde e amarela. **Território de idéias, Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Junho de 2009. Disponível em:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/lars-blogger/one-entry?entry_id=2311519> Acesso em 10 de novembro de 2009.

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I. ; CALDAS, VELLEDA, N. **As Feiras-livres de Pelotas sob o Império da Globalização: Perspectivas e Tendências**. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, v. 1., 197 p ,2005.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Rev. bras. Ci. Soc., Feb. 2003, vol.18, n.º 51, p.99-122.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n.º 11, jan/jun 2004, p. 88-125

SIORG. **Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal**. Disponível em:
<http://www.siorg.redegoverno.gov.br/index1_1.asp?Tipo=1> Acesso em 03 de abril de 2009.

SEYMOUR, D. **A construção social do gosto**. In: SLOAN, Donald (Org.). *Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor*. Barueri (SP): Manole, 2005.
TECLES, M. Brasiliense importa 80% dos alimentos que consome. **Correio Braziliense**. Brasília. 26 de setembro de 2009.

THÉVENOT, L. **Innovating in "Qualified" markets. Quality, Norms and Conventions**. Paper apresentado no "Workshop on Systems and Trajectories of Agricultural innovation. Berkeley, Abril de 1998.

VALCESCHINI, E., NICOLAS, F. **La dynamique économique de la qualité agro-alimentaire.** In: Valceschini, E., Nicolas, F. *Agro-alimentaire: une économie de la qualité.* Paris: Inra Editions, 1995.

VALENTE, A. L. E. F. **Desvelar valor: contribuição conceitual ao agronegócio.** In: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). *Capital Social, educação e agronegócios.* Brasília:UnB/Ceam. v.5 n.21, 2005.

_____. **Renovação analítica do “novo rural” e o ecletismo metodológico.** Cadernos do CEAM, nº 25, UnB, 2006, p.33-59.

_____. **Segurança alimentar e construção social da qualidade de produtos da agricultura familiar** (Feira do Gama - DF). Texto digitado. 2008.

_____. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e seus desafios.** Texto digitado. 2008a.

_____. **Procedimentos antropológicos e a pesquisa no campo dos agronegócios.** Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. 2008b.

VEDANA, V. **Fazer a Feira: estudo etnográfico das praticas cotidianas de fregueses e feirantes na feira-livre da Epatur, Porto Alegre.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. 2004.

VEIGA, J.E. da. **O desenvolvimento agrícola. Uma visão histórica.** São Paulo, Hucitec, 1991.

VEIGA, J.E. da. **Cidades imaginárias.** Campinas: Autores associados, 2002. pp 31-52.

VELHO, G. **Observando o familiar.** In: NUNES, E.O. *A aventura sociológica.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1978.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** 8 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

VERGER, P. **Artigos.** Tomo I. São Paulo, Corrupio, 1992.

VIANA, N. **Escritos Metodológicos de Marx.** Goiânia: Alternativa, 2007.

VON DER WEID, J. M. **Qual estratégia para o desenvolvimento rural?** In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA. *José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem: O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento.* Brasília, Brasil, 2001. p. 53-70.

WANDERLEY, M. N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** Reforma Agrária, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, J. C. (org.). *agricultura familiar Realidades e Perspectivas*. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WILLIAMSON, O. E. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets Relational Contracting.** New York: Free Press, 1985.

WILKINSON, J. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição.** Ponencia realizada para El Seminario de Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutricion en America Latina. FODEPAL. Campinas, Brasil, Outubro e 2003.

YUYAMA *et al.*, (2008). **Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil.** Rev. Nutr. (online). 2008, vol.21. ISSN 1415-5273.

ZYLBERSZTAJN, D. **Economia das Organizações.** In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. (Orgs.) *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANEXO I

1) História de vida

Senhor T.R.A, 67 anos. Julho de 2009

“Nasci em Luziânia em 1942 e sempre fui muito pobre”. “Meu pai tinha um patrão muito bom e gentil”. O patrão nunca casou e morava com a irmã, que era sua madrinha. “Eu gostava de passar na casa da minha madrinha só pra ela me agradar. Me dar coisas lindas e gostosas pra comer...” O patrão, proprietário da terra, era o tio-avô do ex-governador Roriz, que “morreu de velho e só fez o bem na terra”. Sobre a família Roriz, Seu Trajano diz que eles sempre foram donos de todas as terras de Luziânia. “Eles eram do tempo dos coronel. Tudo era do bisavô dele. Era dono de tudo e ainda é”.

O patrão vendeu para seu pai um pouco de terra e disse para ele pagar quando puder. Trabalhou e conseguiu pagar tudo, rapidamente. “Plantamo, vendemo e colhemo e pagamo logo a terra”. Na época cultivavam milho, arroz e feijão. “Naquele tempo as coisas valiam mais do que hoje, nos mercado.”

Em 1965, com 24 anos, se casou e também seu irmão. Casaram com duas irmãs. “Ele (o sogro) comprou fazenda perto da casa do meu pai. Foi na medida: nós casamo com as menina dele tudo. Só não casou mais porque cabô as mulhé na casa do veio...”

O pai um pouco tempo depois, vendeu a terra, foi para Luziânia e ele ficou. Recém casado, construiu um barraco para ficar com a esposa. “Nós não tinha nada.” Foi então convidado para arrendar uma terra e foi trabalhar com outras pessoas da família Roriz. “Mas trabalhei demais! Comprei isso aqui na enxada, sozinho. 23 alqueires de terra”. Comprou também uma casa em Luziânia, humilde, mas que hoje é no centro.

“Nunca passei fome. Trabalhei e cuidei da minha família direitinho. Só não pude pagar colégio particular”. Hoje está conseguindo pagar faculdade pra minha filha mais nova, que cursa Economia e é funcionária do Banco Central, em Brasília.

“Então fui pra fazenda do Roriz e trabalhei 5 anos. Aí tentei, vendi uma merreca que eu tinha e fui pra cidade, não deu certo. Fui pra fazenda em Corumbá, voltei em Luziânia, vendi outra merreca que eu tinha e comprei quatro vaca bonita.” Com o dinheiro, trabalhou na lavoura. “Consegui botar a lavoura bonita e produtiva”.

A ideia foi do sogro, que quis comprar terra com ele, na meia. “Vende as quatro vacas e dá entrada. Eu ajudo você”. Seu Trajano concordou: “A terra era boa demais e comprei. Foi 12 mil cruzeiros”. Nessa mesma terra Seu Trajano trabalhou. “Um dia, pegou uma safra fabulosa de milho e feijão. Foi dessa lavoura é que surgiu a feira. Em 1976, no ano que morreu JK”.

“Antes da feira vendia em armazém de Luziânia. Vendi por uma merreca, porque todo mundo era produtor. Vendia tudo que nós produzia, até alface.”

A ideia original de tentar vender produtos em outros mercados foi dele e dos produtores vizinhos. “Não tinha estrada nenhuma. Tinha o Gama e o Gaminha. Abriu a estrada e surgiu a saída pro Pedregal.” “Eu não conhecia o gama e não tinha rodovia nenhuma”. “O gama não prestava pra nada. Tudo de madeira, uma cidade barata que não valia nada. Abriu a rodovia, desbravou o cerrado, cortou ali. Pouco a pouco, despertou a curiosidade de todo mundo essa rodovia” “Aí nasceu a feira. A gente pegava um ônibus que ia pra lá. Levava abóbora, galinha, milho, feijão e por aí a fora. Jogava ali no chão e vendia.” “Um disse para o outro “lá é bom fulano! Vâmo!” “Aí juntou todo mundo e enchia o caminhão. Todo mundo foi”.

Pagavam uma taxa para o ônibus levá-los. “Não era barato mas dava pra pagar”. O Roriz tinha caminhão. “Várias vezes era 40, vinha outro levava 10, vinha outro levava 20. No sábado”. “Em cima da areia, 40 passageiro em cima, todo mundo dessa região. Todo caminhão de areia ia tudo, tudo pra Brasília, areia que vinha de Corumbá.” “Essa estrada desenvolveu nosso ambiente aqui, foi bom demais.”

Sobre o primeiro ponto da feira ele conta que houve conflitos com o comerciante de um mercado instalado nesse local e abusos de poder da polícia local, causando muitos prejuízos e problemas para os produtores. “Perto da Prainha, tinha um mercado grande. Nós vendia um produto que ele tinha, que era o feijão. Ele ligava pra polícia que vinha e pegava nós tudo. Pegou muitas vez. Nós sofreu demais. A feira era mais baixo, perto da Prainha. Isso era por volta de 1980. Prendia, e as coisas melhor a polícia levava pra eles. A polícia chamava rapa. E nós gritava: lá vem o rapa! E todo mundo saía correndo... Era coisa do dono do mercado e da polícia, entre eles mesmo. Uma vez deteram a gente. A gente chegou na delegacia e o delegado perguntou ”Que que cês tão fazendo aqui? Eu não mandei prender ninguém! Pode ir tudo embora!”

“Continuou assim muitos anos. Quando ficou muito ruim mesmo é que mudamos em direção onde feira está agora. Ali formou a feira direito. Chegou os camelô. Eles ajudavam porque engrossava a feira mais. Os camelô vendia coisa, fruta que pegava no lixo, laranja. Umas coisas véia, levava para vender lá e o povo comprava. Pensa bem, fruta véia podre. Barato, barato. Esses ambulantes eram tudo do Gama. Ou eles ajudavam ou atrapalhavam, tomando o lugar da gente, que era nosso, nós que criou. Nós sofreu pra criar aquilo. E lá não teve mais rapa né...”

“Foi seguindo. Nós ficou ali, ficou, ficou e mudou pra lá, não tinha mais rapa, ficou beleza. Mas daí um tempo ficou difícil demais, parei um tempo. Os caminhão botaram caçamba atrás e não tinha mais como subir...Depois larguei daquilo. Aí veio os gaúcho, plantar no município nosso. Disseram pra nós que em torno da lavoura deles 40 km não dava pra produzir nada de feijão. Nunca passou aquilo pela cabeça nossa. Eu já tinha um pouco de cana, com tração animal. Aí surgiu a soja. Surgiu um ano que plantei lavoura bonita. 40 saco de feijão. Aí a vaquinha veio e comeu tudo, a doença da soja. Nós atrasado não tinha nem veneno, nem técnica. Em três dia minha lavoura zerou. Me pergunto: de que que vou viver agora? Aí veio a cana. Deus é muito bom. Nessa altura parei na feira, mas comecei a fazer rapadura.”

“Ninguém parou na feira. Se viraram, eu fui mexer com cana. E me dei bem. Mas uma dificuldade danada, por causa da tração animal. Aí surgiu o projeto da luz, mas era cara demais. Fizemos um jeito de fazer junto, pra baratear o custo. Mas eu tinha plantado 7 mil cova de cana, parece que é Deus que faz tudo, e aí veio cana demais, na época do projeto da luz. E eu tinha um amigo que era presidente da luz, da eletrificação rural, Seu Landim Roriz. Nós ficou amigo tomando cachaça. Vê o que senhor faz pra nós. Ele era amigo do Sarney na época. Falei da eletrificação. Ele disse: vou ver se tem a verba. Aí deixou na mãos do Presidente da República! Então ele conseguiu.” “Foi muito bom. Comecei a moer a cana no engenho de madeira. O engenho elétrico era muito caro. Até hoje custa 15 mil reais. Comecei ganhar dinheiro. Mas tinha muita cana! Moendo cana, moendo cana, paguei a prestação da luz. E comprei um engenho. Melhorou muito. Levantava 2 da manhã, clarejava tudo com a luz. Caiu do céu, né? Que facilidade!”

“Em 89 comprei a Brasília, aí tinha como né. Enriquei! Enchia a Brasília e vendia tudo, entregava no mercado, grandes supermercado. Ainda tava parado na feira. Um vizinho amigo meu comprou um fusca e foi vender mandioca na feira. Aí eu parei de vender no mercado. E assim foi. Levava oito saco de mandioca, vendia lá, eu mais Maria. Voltei a vender na feira de novo. E lá foi muito bom”

“Era do lado da padaria, ninguém cobrava nada, não tinha cooperativa, nada. Eu me ajeitei, com meu jeitinho conquistei a clientela, me arranjei. E nunca mais falhei, o trem era bom. Agora está fazendo 20 anos que eu nunca mais falhei.”

“Aí chegou o mercado do governo (SAB). Tirou a gente do lado e pôs na rua. Ficou assim, tira não tira, tira não tira, e foi e acabou a SAB, o mercado do governo. Asfaltou. Foi e tá até hoje. Cresceu, cresceu e expandiu. Aí já veio o Paraguai, buginganga do Paraguai e veio que veio. Antes tinha roupa nova, coisa usada, comida. Ai cresceu ficou bom, ficou bonita a feira. Já tava pronta. Tinha gente de fora e do Gama, lojista do Plano, porque sabia que era bom”.

“A época que ficou melhor, quando tinha um deputado que ajudou muito a gente. Muito legal, não lembro o nome dele. Eu preciso lembrar porque ele entrou conosco.” “Era Lacerda, tinha um assessor que trabalhava junto com nós, na feira, com a gente. Aí bombou né... Como vocês falam, bombou. Foi nessa época que registrou a feira, como Feira dos Goianos. Não cobriu, mas melhorou muito. Depois derrubou o mercado, asfaltou a rua. E foi muitas vezes assim. Ai o camelô voltou para rua e tomou conta outra vez. Já tem muito tempo que o povo vinha do Paraguai vender aquelas coisas.”

“Vendo bem, independente, agradeço meus filhos, minha esposa. Me ajudaram na produção, na feira. Um dos filhos malandrou na cidade e falei, “analfabeto sim, malandro não. Vamos para roça trabalhar muito, muito, mas é muito!” Nessa época meu filho não vacilou e disse: vamos para roça, pai. Aquilo me deixou apaixonado. Veio para roça, pra vida ruim, trabalhamos duro. Dez anos.”

Sobre a tentativa de fazer outros produtos ele conta que preferiu investir mesmo em rapadura. “Fazia em uma época uma cachaça maravilhosa, podia até ter sido um bom produtor de cachaça... Mas veio uns pescador de Corumbá, eles vinha cedo e não ia embora nunca! Vinham bêbado comprar pinga de Trajano. E eu indo para feira, não podia tomar conta. Daquele dia disse: não vem mais aqui não! Arranquei o alambique e nunca mais fiz pinga.” “Não gostei de fazer batida, era mais caro e ninguém compra coisa cara. Decidi investi em rapadura, fácil de produzir, vendo tudo, pego o dinheiro rápido e pronto. Principalmente os tijolo como mamão e leite, rapadura diferente com mamão, um produto ótimo, natural”. “Faço 400 rapadura por mês. Vendo tudo, às vezes sobra, mas às vezes falta. Vendo em Luziânia, vendo para as pessoas”.

Sobre a produção ele conta que não planeja tudo na ponta do lápis. “Planto meio hectare de mandioca e 2 hectare de cana. Mas essas são pergunta difícil... Muda muito!” “Pago o trator por hora para arar.” “Trabalho sozinho, raramente alguém trabalha comigo. Eu planto e Maria ajuda. Colher, colho sozinho.”

“Demora 2 anos, 2 águas para chegar a colheita. Normalmente sobra muito. Tem tipo diferente de cana. Colho e planto outro em outro lugar. Aro o terreno, planto milho pra fugir da broca, que broqueia a muda que plantei. A terra fica boa, passa dois anos, planto cana de novo.”

“Tenho dois cavalos, um para montar outro para tração. Tenho galinha. Hoje não tenho, porco, Maria não quer tratar de porco.”

“Peguei um financiamento, financiei dois anos e não gostei daquilo. Banco não me ajudou não, quase que perco tudo! Não quis ajuda governamental mais. Em 1976, 77. Peguei empréstimo para desmatar o terreno. Comi trancado pra pagar aquele dinheiro. Larguei pra lá, é eu só mesmo. Se alguém deu certo, é claro que dá, mas eu não deu certo não. E não preciso mais.”

“Não tenho terra suficiente para plantar grande lavoura. Nem técnica. E hoje eu sou velho não agüento mesmo. Mas eu não gostei do movimento bancário. Um vez botei um dinheiro lá e dinheiro sumiu, comeu o dinheiro todo. Não lembro, foi em 1989 que eu comecei a plantar cana. Paguei 30% da luz só. Mas tô na dúvida.”

Perguntado se sentiu protegido pelo governo ou se os produtores se manifestaram no sentido de unir forças para enfrentar as dificuldades lembra: “Eu senti totalmente jogado fora. Ninguém me ensinou a plantar e defender a lavoura da praga. Tive que aprender sozinho. O governo nunca chegou igual vocês chegaram na feira. Nunca senti ajuda nenhuma.”

Perguntado se alguém movimentou para se organizar, responde: “Nossa região era muito pobre. Não tinha quem organizar, só eu que era grande, um pequeno grande. Não tinha ninguém para levar a técnica pra o produtor. O que vocês tão fazendo ninguém fez, por isso que os gaúchos acabou com a gente. Os gaúchos afetou todo mundo. Zerou a lavoura de feijão. Ninguém manifestou nada, deixou para lá”.

Perguntado sobre a usina hidrelétrica de Corumbá: “Nem sobre Corumbá IV. Tem mais pergunta? (aparentemente querendo mudar de assunto).”

Foi perguntado então sobre a feira hoje. “O administrador deixa muito a desejar. Pago 2 reais pra ir no banheiro fazer xixi. 20 reais por mês. 30 reais para administração. É perigo entrar naquele banheiro. A feira é importantíssima, não pode não deve acabar. Enfim a cobertura, organizar a gente. Os pontos, os box, mercadinho, pagar a taxinha”

“Os preços na feira às vezes são mais baratos. Mas tem coisa que não é mais barato”. “Não sei se tem gente que só consegue comprar lá. Eu tenho que oferecer coisa pra um, pra outro. Dou para entidade do Gama, meio saco de mandioca. Às vezes dou uma rapadura. Alguns fazem, mas tem gente que prefere jogar fora, eu não. Eu não devo para ninguém e por isso posso dar.” “Eu sou amigo de todo mundo ali. Produtor ali é muito pouco”.

Dissemos que havíamos contado quase 40 produtores. E que havia um projeto de capacitação, de reuniões na Emater, que de repente poderia apoiar os produtores. Apresentamos a proposta de que os produtores ficassem próximos na feira. Mas, ao apresentar a proposta de organização social, o entrevistado parece não ter entendido bem, pois se referiu somente à importância de saber as técnicas de produção. “Sim, vale a pena fazer esse projeto. Pros caras das verduras é importante, não tem

técnica para plantar. Os produtores têm que ficar interessado pra reunir. É ele é que tem que achar chance para ele próprio. Você vai produzir com os agrônomo!”

A entrevista foi finalizada com a chegada do filho, que trouxe água para todos e o entrevistado parecia cansado. Fomos então convidados para comer um churrasco que estava sendo preparado pelo filho. Também comemos mandioca e rapadura, seus principais produtos.



Figura 29 - Engenho do Sr. T.R.A., Corumbá IV.



Figura 30 - Engenho do Sr. T.R.A, Corumbá IV.



Figura 31. Formas para rapadura. Corumbá IV

2) História de vida

Sr. M.I.G, 42 anos. Julho, 2009

“Eu vim pra cá de Unai em 1989. Vim como caseiro, tratando de gado e hortaliças. Em 2000 mudei para cá, onde estou”. “São seis pessoas na família, esposa e quatro filhos. Todo mundo trabalha, mas não na enxada. Um dia um vai na feira, outro não vai, um descansa e assim vai. Meu filho tem treze anos, a filha vinte e dois, a filha menor tem onze anos. Um vai no sábado e outro vai no domingo. Eles estudam e tem que ter descanso”.

Foi perguntado como foi a sua história na Feira dos Goianos. “Foi dezoito anos atrás. Quando eu mudei pra cá, a patroa falou: a gente não pode te pagar muito, então planta umas coisinha aí pra pagar suas despesa e para alimentação também. As vezes eu trabalhava até às 6 no serviço dela e até às 9 horas nas minhas coisas, com minha lanterninha. Na sexta colhia, no sábado para ir na feira. Comecei a vender na feira permanente. Em 1981 fui pra Feira dos Goianos.”

Perguntado sobre as mudanças da feira ao longo do tempo, responde: “Hoje está mais difícil, a concorrência é muito grande. Os pessoal vai lá no CEASA, traz pra feira e mistura tudo, pirangueiro com produtor. Mistura com a gente e pronto, é como se fosse produtor.”

“Você luta tanto pra vender e você que produz não tem direito de vender. Tem que pagar muita coisa, pagar mão de obra.” “O melhor é produzir porque temos tudo em casa. Tem alface pra comer, um feijão, uma cana pro menino chupar.”

“Hoje tenho pouca coisa, por causa da época e minha energia é fraca. Planto 5000 pés de pimenta, abobrinha, mandioca umas 500 caixas, tenho umas galinhazinhas, uns porquinhos, uma vaca para tirar o leite.”

“O córrego que passa aqui atrás é o Taquaral. A água não é limpa. A gente vai fazer cisterna. Esse córrego aqui já cansei de tomar água dele. Já tomei banho, os meninos mais velho tomava banho aí. Hoje não pode passar nem perto dele.” “Teve gente que trabalhava com hortaliça e hoje não pode

mais. A poluição aqui foi por causa da CAESB, tinha dia que a água passava por aqui preta, parecia que tinha jogado tinta dentro”.

“Antes era da patroa. Eu colhia e entregava pra ela. O que ela me dava eu comia. Depois ela disse que o que fosse da minha horta eu podia vender. Começou com a pimentinha. Ia de bicicleta. Botava 3 caixas de quiabo e ia bater no Gama. Às vezes voltava com tudo pra trás, jogava pros bicho comer. E assim foi. Um salarinho e meio, comprei um pouco de adubo, juntei com um pouco de adubo do gado do patrão e aí foi, comprei um carrinho véio e aí já melhorou mais. Ia juntando um dinheiro daqui e dali.”

“No dia que a patroa vendeu a fazenda, ela era uma deputada, gente muito boa, fiquei com um pedaço. O meu pedaço tem quatorze *hectaria*, mas a maior parte é mata virgem, que eu não posso mexer.” “A área de produção é 4 *hectaria*.”

“Há nove anos, eu vim pra cá, comecei fazer um dinheirinho. Aí vendi duas vacas, fiz um rancho que hoje dá pra gente se esconder.” “Moram aqui meu cunhado e meu irmão, que ajudam de vez em quando”. “Quando cheguei, cheguei com a cara, a coragem e a minha mulher. Fui buscar a minha mudança. Quando cheguei, ela (a patroa) me abraçou, quando olhou pra minha mudança. Não tinha um fogão pra cozinhar. Com três meses já tinha comprado um fogão, e controlando, controlando conseguimos comprar fogão, a cama para dormir. Mas nessa época a gente era mais novo...”

“Nasci e me criei na roça trabalhando. Meus pais eram agricultores”. “Cheguei aqui não sabia escrever nem meu nome. Minha menina era pequena, ela me ensinou, estudei uns três meses com ela. Aí tentei tirar a carteira de motorista e reprovei. Voltei pra casa e falei “não consegui não...” Aí tentei de novo. Aí fiz 36 pontos, passei e continuei estudando, estudei na escola aqui perto. E hoje, graças a deus, eu entro e saio em qualquer lugar. Leio escrevo qualquer coisa. Só não estudo mais porque não tem como, tenho que trabalhar. Não tenho condições de pagar a gasolina pra ir na escola no Gama. Mas meus filhos vão todos fazer faculdade, se deu quiser. Um agronomia e o outro veterinária. Vamos ver se eu consigo. Vou trabalhar para isso mesmo. Tendo fê em Deus vai, não vai?”

“Eu quero ver se eu conseguia, por que isso aqui ainda tá meio assim, eu queria ver se conseguia um empréstimo mais na frente. Eu queria comprar uma Tobata. Se eu comprar uma Tobata pra trabalhar, eu ia ganhar meu dinheirinho mais fácil né. Esse negócio de fazer o serviço com 10, 15 dias, a Tobata faz em um dia! Não posso gastar minha família de tanto trabalhar. E eles me ajudam demais, na colheita, em levar para vender.”

Em relação à produção, conta que apesar das dificuldades, não acha difícil produzir: “Não é difícil produzir. Hoje é difícil é entrar no mercado. É fácil vender, o problema é a concorrência. Quando eu comecei aqui era bom demais, eu plantei batata doce. Não dava conta dos pedidos e todo mundo pagava bem, tinha era briga pela batata doce!”

“Quando consegue vender tudo bem, mas às vezes, a gente joga fora.” “Hoje em dia é difícil vender por conta da qualidade. Se você chegar com a mercadoria direitinha, sem agrotóxicos, o povo gosta, compra.”

“Gosto de vender na feira. Feira é como cigarro, é um vício. O dia que não vai sente falta!” “Eu gosto mais é da conversa e todo mundo que tem amizade um com outro. Chego de madrugada, quatro da manhã, vejo um e falo: Oxe! Hoje tu veio! E aí fica né..É bom.”

Perguntado sobre como é a dinâmica de chegar na feira de madrugada responde: “nessa hora, produtor chega muito, mas chega mais é outra gente. Chega mais é os pessoal do sacolão né, os trambiqueiros que a gente fala. É que eles vai lá, pega no CEASA pro sacolão, bota ali, bota de tudo e bota muita coisa né. A gente que leva do roça leva mais pouca coisa né, se você leva cheiro verde, alface, cebolinha. Eles não, já levam o tomate, já leva cenoura, já leva beterraba, já leva mandioca, já lá leva não sei o que. Leva de tudo. Aí quem vai comprar deles ali, vai comprar um tomate, um chuchu, vai pegar lá, não pegar um cheiro verde aqui e um alface lá na frente. Vai pegar em um que tem tudo!”

Perguntado se ele acha que essa é a percepção de todos os produtores em relação aos sacolões ele responde: “É assim sim. É que o sacolão, eles vai lá pegar barato dos coitado, chega aí na feira e vende baratinho, os cara é mais forte.”

Perguntado o porquê acha que o sacolão tem o a prerrogativa de ter uma banca muito grande responde. “Você sabe o que, todos eles que tem sacolão, tem pedra no CEASA. É o famoso piranguero, que pega barato, entendeu? Olha, por experiência, eu já cansei quando eu não tinha pedra lá, de levar caixa de pimenta, entregar pro cara a 10 reais aqui e ele falar pra mim: “entrega pra mim não, leva ali e bota naquele caminhão pra mim”. Eu pegava ela, botava nas costas e botava no

caminhão dele e ele vendia por 20, 30 conto. E não fazia nada! O que ele fazia era só mandar colocar lá no caminhão pra ele. Ele ganhava 200 por cento em riba! Só dele mandar colocar lá ele já botava dinheiro no bolso”. “Feira livre a gente chama ponto, no CEASA a gente chama pedra.”

“No CEASA tem isso, você chega lá de madrugada, tá assim de nego correndo atrás dos cabra, vai atrás de um, vai atrás de outro. Todo caminhão que chega eles vai em riba”

Perguntando se os produtores não se fecham para combinar o preço responde: “Quem tem pedra lá dentro, vende no preço lá de dentro. E quem não tem, vende o preço que eles querem lá fora. A pedra é ponto, você chega lá e vai vender o preço da praça, lá dentro. Lá fora não, eles compram de você pra vender do preço que eles querem, pra vender pelo preço deles!”

“Nessa feira no CEASA, chama Feira do Produtor, mas na verdade é Feira do Pirangueiro! Porque quem tá lá dentro não tem ninguém que planta!”

“Graças a Deus eu não vendo pra eles! O produtor chega às quatro da manhã, bota o caminhão lá fora e vende pra quem tem pedra lá dentro. O pirangueiro pega dos besta, que chega da roça, que não tem pedra pra colocar, que não sabe o preço. Tira do caminhão, joga no caminhão dele e deixa o cara (o produtor) ir embora levando a mixaria dele... Vai embora e não sabe nem o preço que tá na praça.” “Se tiver 100, o pirangueiro fala que tá de 20, e aí vai.”

Perguntado se sabe que na Feira dos Goianos o atravessador, pela falta de emprego, acaba contratando pessoas para trabalhar como feirante ele responde: “Ah, tem gente que trabalha, mas é por 15 reais, carrega caminhão, descarrega caminhão, o dia e a noite inteira. E isso é dinheiro?”

Uma vez que conhece muita gente e está na feira há bastante tempo, foi perguntado se ele vê mudança no perfil e quantidade dos produtores rurais na região. Ele responde: “Quem era produtor continua produtor. Não tem chance no mercado na cidade! É o que eu falo aqui em casa, burro serve pra puxar carroça. Se eu for pra cidade eu vou puxar carroça. Porque que eu vou puxar carroça pros outros? Vou ficar logo aqui! Por isso que ninguém vai, fica tudo aqui. Hoje até pra ser gari tem que ter 2º grau, não sei que não sei que.”

Foi perguntado também se houve produtores que pararam de produzir ou vender devido à competição: “Muita gente já parou por causa de competição. Não dá conta, por que na plantação é o seguinte: se você colheu, aquele primeiro dinheiro que você pegar não pode desviar ele. Tem que já preparar pra outra coisa. Se der qualquer coisinha errada, você já tem o dinheiro pra empregar noutra coisa. E é o caso que muita gente não faz. É que não sobra, então aquele primeiro dinheiro que sai, se ele desviar ele, ele não planta outro, não consegue produzir”. “Nunca aconteceu comigo. Eu sou organizado com minhas coisas. Se não for assim não vai. É assim que gira.”

Sobre as mudanças na feira ao longo do tempo, responde: “A feira mudou muito, pra pior. Ela era no asfalto, não tinha aquele poeirão, o pessoal chegava. Eu já vendi 150, 200 caixa de mandioca, hoje vendo 30. Mas a feira teve sempre o mesmo jeitão”. “O tipo de produto (industrializados, cd’s) não atrapalhou, trouxe mais movimento, gira mais, né?”

Em relação ao que ele acha que deve ser feito para melhorar a feira responde: “organizar a feira. A pessoa chega lá, estaciona, a polícia vem e multa. Vai a pé, fica o barro na canela. Vai fazer o que lá? Vai no mercado!”

Sobre a cooperativa de feirantes diz: “Pago 20 reais por mês e não corresponde o que a gente paga lá, pois não tem melhoria nenhuma”. “Faz a conta, 600 feirantes, 20 reais por mês. 12 mil reais, pra quê esse dinheiro? Quantos mil reais por ano? Paga só energia, a água e um empregado!”

“Acho que todo mundo vê que o negócio tá errado, só não tem coragem de falar, porque a corda sempre arrebenta do lado mais fraco”. “Pago 60 reais por ano para Administração do Novo Gama. Não tem nenhuma cooperativa, é o governo que regula. É tudo organizadinho, tem seu ponto, é céu aberto. Se você for lá, você vai gostar, é muito diferente dos Goianos.” Foi dito que o presidente da cooperativa acredita que a feira é assim pois cumpre uma função social. Ele contesta: “a feira cumpre a função de manter o salário deles”.

Em relação à possibilidade de organização social dos produtores diz: “Se todo mundo juntar vai. Se 10 juntar pra ir, 20 não vão. Tem que chamar todo mundo e ver o que vai fazer.”

Em relação às perspectivas para o futuro diz: “Não tenho nada pra reclamar da roça. Não existe melhor lugar que aqui. Não adianta falar que aqui é ruim, porque se você partir por outro lado, o lado da cidade, é pior. Aqui tem o pão de cada dia, tem como deitar na cama e dormir sossegado. Se você vai pra cidade vai ficar ali naquele zum, zum, zum... aqui é bom. Não tenho o que reclamar. É bom, bom, bom.”. “Daqui não saio. Só saio quando eles chegar. Porque aqui é área do governo. Vou

ficar aqui até o dia que eles mandar.” “Aqui é cessão de direito, é da Terracap. Mas pra cidade eu não vou não”. “Tem uns vizinhos que ficam me dedando, falando que aqui é lote. Tem um pessoal com uma questão danada, teve um loteamento uma época aí falaram que aqui é parte. Mas levei o documento e eles não falaram mais nada”. “Isso aqui foi os dono que me deram, mas não é nem meu nem de ninguém, é do governo. Eles dizem que esta área, os grileiros, eles querem uma área de dois hectares cada um”. “Eles venderam um loteamento grande, veio a administração e derrubou. Mas não pode!”

Sobre a possibilidade de conseguir financiamento para investir na produção diz: “Eu nunca tive empréstimo porque não sei se posso ter. Não sabia sobre nada, sobre como tirar o DAP, etc.” Ao dizermos que é de competência da Emater a emissão do DAP responde: “É, mas a Emater não dá a mínima pra pobre”. “No meu caso, eu só não tenho tudo arrumado, porque eu não tenho condições. Se produz melhor e mais, vai vender melhor, ganhar um dinheirinho a mais”. “Meu sonho é ter máquina, ter um coisa mais no jeito, ter um lugar pra lavar as verduras, com azulejo. Tem que ter qualidade, se não, não tem venda. Ir para outras feiras, se produzir mais, tenho que sair pra vender”. “O supermercado tem que ter pexada. E tem muita exigência. Não tem como cumprir exigência. Meus vizinhos são todos ricos, eu sou o único pobre.” “Meu sonho é ter acerola, ter um lugar de processar, fazer a polpa.” “Pra chegar no mercado tem que entrar preparado. Não pode deixar atrasar, tem que ter a terra arada e adubada na hora certa. É só isso o problema do fraco, porque se você for atrás de uma máquina o cara diz: ih, hoje não posso. Aí atrasa tudo!. A gente não consegue programar e ter o produto pro mercado a hora que ele quer. Outra coisa, o mercado vai vir na sua terra, vai olhar tudo. Vai ver sua água, onde vai lavar a verdura, vai ver se você tem condição de manter o compromisso.” “Se juntar força a gente chega lá.”

“Tem que começar pela feira, não tem fiado. Você já tá vendendo o almoço pra comprar a janta. É assim. Então você chega lá. Mercado tem que vender com 30 dias para receber, não dá pra mim.”

A entrevista foi finalizada após este trecho.

ANEXO II

Extrato de histórias orais

1) Sr. R.E.I. – Julho, 2009

O produtor R.E.I. veio de Correntina (Bahia), filho de agricultores que trabalhavam na lavoura de milho, arroz, feijão e mandioca. Tem 8 irmãs e irmãos, também agricultores e agricultoras. Na Bahia, trabalhava na lavoura junto com a família. O pai e a mãe estão em Correntina e ainda plantam um pouco. “Não tinha emprego lá, só na Prefeitura”. Veio para Brasília em 1999 passear e começou a trabalhar. Trabalhou na Ceilândia. O cunhado era caseiro em uma chácara. Conseguir arranhou um trabalho em um estabelecimento com um fábrica de laticínios, onde também podia morar.

Com o tempo de trabalho, adquiriu um problema de saúde e teve que ficar afastado por um ano. Fisicamente, não aguentava mais trabalhar lá. Durante o afastamento recebeu benefício do INSS, mas continuou morando no estabelecimento. Depois de sarar, quis ir embora, mas os patrões, que gostavam muito dele, pediram para que ele não fosse embora. Hoje mora com a família, mulher, 1 filho e uma filha, em uma das 4 pequenas casas destinadas aos trabalhadores do Laticínio.

“Comecei a cuidar da horta e vender o que sobrava da produção. Ia pra Feira dos Goianos de charrete. Demorava 3 horas para chegar. Depois de trabalhar um ano, consegui comprar um fusca para transportar as mercadorias”.

E o patrão permitiu que fosse feito dessa forma: continuou morando na casa sem pagar luz ou água e vendia na feira. Depois começou a pagar 200 reais pelo aluguel de um hectare para produzir a horta.

Estava vendendo bem, tem muitos fregueses, conquistados pela qualidade da verdura e “pela simpatia”. Trabalha na Feira dos Goianos há três anos. Recentemente, o patrão e patroa, que segundo ele é muito exigente, decidiram que ele não pode continuar com a horta. Segundo ela, a horta consome muita água e prejudica o funcionamento do Laticínio.

Apesar disso, recebeu uma proposta de moradia e trabalho, vinda de um vizinho, onde há água e terra à disposição. No entanto, ainda não se decidiu e pretende convencer o patrão a continuar onde está. “Nesse lugar, acho que a água é poluída. Também lá tenho que fazer cerca, construir casa, fazer tudo, porque não tem nada lá.”

Seu irmão acaba de chegar da Bahia para ajudar na produção de hortaliças. “Veio fugindo da cidade, da vida agitada, e de um salário de 12 reais por dia de trabalho.” O produtor está muito preocupado com seu futuro, mas é confiante. Acredita que vai conseguir melhorar, com seu trabalho e apoio da família.

2) Sr. A.J - Julho, 2009

O produtor A. J é original de Sobral, Ceará. Trabalhava em uma lanchonete, como chapeiro. Depois que casou, a renda do salário do restaurante começou a não ser suficiente. “Minha sogra arrumou uma casa, em uma outra cidade, no Ceará. Mas lá não tinha lanchonete. Aí fui trabalhar na roça. Depois vim pra Brasília.” Veio para Brasília e começou a trabalhar com hortaliças. “Trabalhava com um japonês, que dizem que sabem plantar verdura. Mas aquele lá não sabia de nada!”

Tem quatro filhas, com idades entre 7 e 11 anos. Estudam na Fundação Educacional e vão de ônibus do governo, que passa na porta da casa. Não pretende que as filhas trabalhem na agricultura. “É por isso que eu trabalho, para que minhas filhas não precisem fazer isso no futuro. Quero que elas tenham uma profissão, que estudem. Podem virar enfermeira, policial. Trabalhar na roça é duro.” Apesar disso, não pretende deixar o trabalho na roça e na feira. “Eu prefiro não trabalhar pra ninguém. Imagina ganhar um salário mínimo e sustentar milha mulher e minhas quatro filhas?” No entanto, revela que se existissem oportunidades de estudar, gostaria de tentar. “Eu queria poder conseguir correr atrás, estudar, pagar os estudos. Aí tentar um trabalho de zelador, por exemplo. Igual aqueles da Caixa Econômica. Faxineiro no banco. Acho que eles conseguem ganhar bem, né? E também porque aí eu podia trabalhar menos, na sombra.” Pondera novamente e completa: “mas aí tem que morar na cidade... e na cidade tem vizinho pra todo lado. Na roça é bom, é mais seguro, mais calmo. O clima é mais fresco, mais gostoso, a gente senta em baixo de um árvore e sossega.”

Hoje mora de favor, em uma propriedade no Núcleo Rural Ponte Alta Norte, zona de expansão urbana. Três outras famílias moram na mesma propriedade, dividindo gastos com energia e água. A propriedade é muito próxima ao Cemitério do Gama e da sua horta, de 1 hectare aproximadamente, é possível ver o cemitério.” Paga ao dono da terra somente a luz. Segundo ele, o dono da terra precisava de alguém para ocupar produtivamente a terra, evitando a invasão área, onde há conflitos fundiários e indefinição de propriedade.

Segundo ele a vantagem de produzir verduras é a satisfação. “Gosto de ver as plantas, quando elas tem vida, quando estão bonitas.” “Não gosto quando não dá certo. Quando a planta fica feia. Aí não consigo vender.”

Produz somente com adubo orgânico e não uso defensivos para proteger as crianças, que às vezes ajudam na colheita e também pelo custo. Acha que essa tendência de produção mais orgânica deveria ser um motivo para a união entre os produtores. Para ele, em comparação com os outros produtos, o dos agricultores é de melhor qualidade, apesar de não receberem um preço mais alto.

Na época de chuva, de dezembro a abril, tem dificuldade de produzir. “A chuva atrapalha. Dá uma doença, uma queima no olho do alface.” “Trato com o fungicida, o Manzate, que resolve o problema. Mas aumento o custo. Todo mundo aumenta o preço, a produção é menor.”

Em relação aos atravessadores diz: “Os pirangueiros não vem atrás de produtor para comprar. Eles já sabem que os produtores vão conseguir vender seus produtos, direto pro consumidor. Se um pirangueiro pedir pra comprar, eu cobro 9 reais, que é o preço que “paga” a caixa. Por exemplo, o pirangueiro compra a caixa por 7 reais e consegue vender por 9 reais. Ai o lucro é pouco pra ele, só 2 reais. Então eles querem comprar mais barato. Não compram da gente”. Na época da chuva, os atravessadores procuram os dos produtores, tentando comprar. “Na chuva eles topam pagam 9 reais a caixa. Mas a maioria das vezes eles compram só caixaria.”

O produtor identifica que há competição entre produtores e feirantes. “Mas quem perde são os feirantes. O produtor tem vantagem porque o que não vender é nosso, podemos comer, dar para o porco. Eles compram uma caixa por 5 reais e vendem por 9 reais. Então o lucro é só de 4 reais por caixa. É nada é deles. E se sobrar vai jogar fora.”

O produtor vende uma grande quantidade de hortaliças, por exemplo, alface, brócolis, couve, cheiro verde, rúcula, espinafre, acelga, repolho, chicória, cenoura e rabanete.

Produz o tanto que aguenta e levanta os canteiros na enxada. Por isso, às vezes não consegue vender tudo, pois se o preço for muito baixo, não remunera a atividade. “Meu preço é tabelado. Eu seguro o preço. Por isso eu levo pouca mercadoria, pra não voltar, pra não baixar o preço. Não mudo. Se sobra dou para os vizinhos de barraca, pra moça que vende bolo, pro rapaz que vende CD. Tenho que vir embora às 13:00 horas no sábado pra descansar e começar a trabalhar para a feira de domingo.

Na feira do domingo, colho tudo no sábado, até as 9 da noite. Muitas vezes sobra até 6 caixas de verdura, que eu dou para os porcos, para as galinhas. Sobra brócolis, sobra couve, alface”

Vende até 20 caixas de hortaliças por final de semana. Tem uma banca pequena na Feira dos Goianos e outra na Feira Permanente do Gama. A principal dificuldade na comercialização, segundo ele, é o preço baixo. “Também é difícil ter que chegar de madrugada para montar barraca”. Ele chega na feira às 5 da manhã e começa a vender às 7 da manhã. “Tenho que descarregar os produtos, tem que chegar cedo para conseguir passar dentro e chegar no ponto com as caixas na cabeça. Aí tem que arrumar as coisas na barraca”. “O pessoal chega cedo e fica conversando”.

Em relação à infraestrutura da feira, acha que precisa melhorar. “O banheiro é ruim, é escuro, é perigoso. Pagamos tanto dinheiro pra esse banheiro. E não dá pra entrar mulher lá, às 5 da manhã. Desde que eu estou na feira eles estão fazendo esse banheiro.” “Por exemplo, na outra feira que eu trabalho, uma feira pequena, pago 5 reais e tenho 2 barracas. Pago pra um fiscal do governo, com crachá. Eu pago a taxa e trabalho. Tenho um bloco já montado, custa 10 reais. E a banca é coberta, não é com lona igual na feira dos Goianos”.

“A feira tem que organizar melhor, ter corredor, tudo certinho. A feira Permanente é assim, o consumidor pode passear melhor, escolher melhor. Na Feira dos Goianos tem um *muvuco* total, a pessoa não anda!”

O produtor não está satisfeito com a atuação da associação: “Não sei nem o que eles tão fazendo. Eles pegam a verba e fazem o que? Por exemplo: são 600 barracas. Cada um paga 5 reais. Isso dá o que, 3.000 reais, não é? Então, por mês é, 12.000 reais, não é? Eles pagam dois funcionários. E o resto?”



Figura 32.Horta do produtor A.J, Ponte Alta Norte.



Figura 33 - Sistema de armazenamento de água para irrigação. Sr. A.J.

3) Sr. M E.S - Julho, 2009

Há 25 anos atrás trabalhava com montagem de fornos. Porém em 1984 Brasília passou por uma crise que reduziu o salário mínimo para $\frac{1}{4}$ do valor. Começou então a trabalhar com verduras, com um japonês.

Hoje produz 2 hectares de horta e 2 ha de milho, junto com o filho, a mulher e empregados contratados. Produz até 80 caixas de verduras por mês e via contrato informal, negocia 2 canteiros de 200 metros de cheiro verde.

Perguntado se alguém da família pretende continuar na atividade responde :” Os filhos vão fazer outra coisa. Todos sabem mexer com a roça, mas se envolveram pro lado da cidade. Mas ganham pouco na cidade.”

Sobre quanto produzir, diz que já tem uma noção. “Já sei quanto plantar e vendo tudo. Mas tem concorrência. A gente tem que ter produto muito bom e também atender bem, porque tem muita concorrência.” Com os recursos da venda, paga contas, conta de luz, e “o que sobra é pra despesa da casa. Não tenho conta no banco porque não gosto de banco”.

Acredita que a carga de impostos cobrados pelo governo é excessiva. “Por exemplo, se diminuísse o imposto dava para pagar pessoas pra trabalhar”. “Se diminuísse os impostos sobre os insumos, sobre o adubo, a semente. A gente paga muito pro governo”.

Sobre a Feira dos Goianos diz não gostar da cooperativa. “Eu não sei o que as pessoas da cooperativa fazem com o dinheiro. Na feira do Pedregal, eu pago 30 reais por ano, meu ponto fica guardado. Tem estacionamento grande, a terceira maior do país. E lá a fiscalização botou quente nas carnes.”

Para melhorar a feira, acredita que é importante melhorar a infraestrutura e mudar de lugar, sem atrapalhar o posto de saúde. “Tinha que ter um estacionamento grande, uma feira mais legalizada, mais organizada.”

4) Sra. M.A.R e Sr. A.R.M - Julho, 2009

A Sr. M.A.R era quem ia pra feira. Um dia botou os queijos no carro e saiu procurando onde vender. “Perto do Lobão (casa de ferragens no Gama), uma pessoa indicou. Botei os queijos na caminhonete. Abri o porta malas e vendi tudo. Isso foi há 9 anos atrás. Antes não tinha fiscalização nenhuma, fiquei ali nesse lugar 4 anos”.

Depois de um tempo, comprou uns pedaços de ferro e fez uma barraca. Ela montava toda a barraca, todo dia. Um dia começou a sobrar verdura. Passou então a levar verdura também.

Hoje a barraca é uma das mais frequentadas, a Sra.M.R.A vende mandioca minimamente processada, leite, doce, queijos, verduras, frutas e também mudas de plantas. Há pouco tempo ela mesma construiu uma pequena estufa, com ferro, tela, pedaço de ferro velho. “Fui no Mato Grosso, lá na meio da floresta, para encontrar parentes e trouxe umas mudas de árvore. Trouxe açaí, flores, frutas. Agora vendo mudas também.”

Na propriedade ela toma conta de todas as plantas e tem uma variedade enorme de espécies. Mostrou com orgulho sua árvore de canela, o milho, a cana caiana, as ervas, os remédios, as muitas flores e até uma árvore de azeitona, que com seus frutos faz uma salmoura. E vende na feira também.



Figura 34. Viveiro de plantas. Ponte Alta.

5) Sra. M.A.R.G.E - Setembro, 2009

Com 65 anos, a Sra. M.A.R.G.E é pioneira na feira “Ia de cavalo até a estrada. Lá pegava carona nas caçamba e ia pra feira. Ia junto com outros dois pioneiros e feirantes, Sr. T.R.A (Entrevistado) e M.A.R.H.E(não foi encontrada na feira). Perguntada sobre a Sra. M.A.R.H.E, responde: “Ela hoje tá parada. Mas ela disse que vem pra feira quando der jabuticaba.”

A trajetória da família foi mudada devido à construção da barragem. “Há quatro anos atrás, a água alagou a terra”. “A gente tinha gado, cabou com a casa, tomou a terra boa pra plantar. Hoje fiquei morando lá em cima do morro, onde a água não chegou. Tinha mais terra mas a água tomou”.

Foi indenizada pelas benfeitorias perdidas e com isso conseguiu construir uma boa casa, na parte mais alta do terreno. No entanto não foi indenizada de maneira justa: segundo ela “Eles pagaram uma mixaria”. Conta que “os vizinhos mais instruídos” estão brigando na justiça por uma indenização mais justa.

A família viveu a vida inteira nesta localidade. Parte da terra veio de uma herança, que somada a terras que foram adquiridas com o tempo, chegaram a 20 alqueires. Apesar disso, hoje possui somente dois (2) hectares de terra, onde trabalha e vive com o marido.

Produz e traz para feira uma grande variedade de produtos, em pequena quantidade. Destacam-se o frango caipira, ovos, frutas de época, queijos, doces, raízes,

pimentas e frutos nativos do cerrado. “Meu marido tem 76 anos e não consegue mais trabalhar. Antes ele vinha na feira também trabalhar com a gente”. A filha mora na fazenda de Roriz, onde o marido trabalha como vaqueiro. “Ela compra coisa lá na fazenda do Roriz e vem pra cá vender comigo. Ela quer montar um sacolão. A gente faz queijo também”.

Em relação às mudanças sofridas ao longo do tempo, ela diz hoje está melhor “A feira hoje tá melhor do que antes. Apesar de velha, não canso de vir pra feira. Gosto de vir pra cá porque se eu não saio de caso não ganho dinheiro nenhum...” Ela conta também que o principal motivo para vender na feira é “que não preciso pedir dinheiro pro marido”.

Apesar das dificuldades, ela revela que foi devido à Feira dos Goianos que ela conseguiu criar seus filhos e também se aposentar.

ANEXO III

QUESTIONÁRIO A

Diagnóstico da participação de agricultores familiares na Feira dos Goianos (Gama, Distrito Federal)

Formulário de Entrevista

Nome do(a) informante (Apelido): _____

Bloco 1 - Caracterização da unidade de produção

1.1. Município/UF: _____

1.2. Área total do estabelecimento: _____

1.3. Área dedicada a produção: _____

1.4. Tempo em que produz neste estabelecimento: _____

1.5. Produção do estabelecimento e distribuição do trabalho ao longo do ano

Produto	Área Plantada	Vol. Produção Mensal	Época do Plantio	Época da colheita

1.6. Renda Mensal do estabelecimento:

Produto	Qtde. Vendida	Preço de venda	Qtde. consumida

1.7. Custos Mensais de produção

Produto	Gastos insumos	Gastos Mão de Obra

1.8. Usa algum sistema de irrigação? Qual ? (gotejamento, microaspersão etc)

1.9. Possui área de preservação permanente/reserva legal: _____ (ha)

1.10. É feito algum uso produtivo/manejo da área de reserva legal? Descrever:

1.11. Práticas ecológicas desenvolvidas no estabelecimento:

a) Práticas de conservação e cuidados com o solo

b) Práticas de cuidados com a água.

c) Quais os principais resíduos/lixo/efluentes gerados pelas atividades produtivas no estabelecimento?
(colocar em parêntese se é dado algum tratamento para esse lixo)

1.12. Máquinas e equipamentos empregados

Bloco 1.1. Posse da Terra

1.1.1. Situação proprietária (é proprietário, parceiro, arrendatário, posseiro, etc.)

1.1.2. Se parceiro ou arrendatário, como se dá o pagamento ao proprietário?

1.1.3. Tem dívida com os proprietários/ fornecedores, etc?

Bloco 2 - Caracterização do trabalho

2.1. Quantidade de pessoas vivendo e/ou trabalhando no estabelecimento

a) Composição da família e mão de obra familiar:

Gênero	Idade	Escolaridade	Parentesco	Trabalha na produção? (sim/não)	Remuneração mensal (monetária e/ou espécie)

b) Mão de obra de terceiros(as):

Gênero	Idade	Escolaridade	Temporário ou permanente?	Forma de remuneração (fixa ou variável)	Remuneração (monetária e/ou espécie)

2.2. Desenvolvia outras atividades antes de se tornar agricultor/a? Quais, aonde, por que deixou de praticá-las?

2.3. Algum membro da família pretende continuar com a atual atividade no futuro, em propriedade diferente ou na atual propriedade da família? Por quê? (em caso negativo também explicar)

2.4. Desenvolve atividades agrícolas e/ou não agrícolas para complementação de renda? Quais e aonde? 2.5.

Membro da família participando de alguma associação ou cooperativa:

Gênero	Idade	Instituição associada	Finalidade da instituição

2.6. Tipo de trabalho realizado (Marcar X)

Membro da família	Plantio	Tratos culturais	Colheita	Processamento	Venda
Homem					
Mulher					
Filho					
Filha					
Outro					
Contratado					

2.7. Tempo de trabalho (Parcial ou integral: Marcar P ou I)

Membro da família	Plantio	Tratos culturais	Colheita	Processamento	Venda
Homem					
Mulher					
Filho					
Filha					
Outro					
Contratado					

Bloco 3 - Caracterização da produção destinada a Feira dos Goianos

3.1. O que produz? Por que?

3.2. Principais insumos para produção e seu custo:

Insumo	Finalidade	Fornecedor	Preço	% estimado no custo total dos insumos

3.3. Como toma a decisão de quanto produzir?

3.4. Quais as vantagens e desvantagens de desenvolver essa atividade produtiva?

3.5. Existe algum contrato com indústria/cooperativa/supermercado? Qual?

3.5.1. No caso de contrato como é definido:

- a) O que produzir;
- b) Como produzir;
- c) Quanto produzir;
- d) Qual é a sua responsabilidade/relação trabalhista de cada parte?
- e) Como são definidos os preços?

Bloco 4 – Processamento/beneficiamento da produção

4.1. Quais são os produtos finais vendidos? (in-natura, polpa, minimamente processados, etc)

4.2. No caso de processamento/beneficiamento:

a) Qual?

b) Por que?

c) Comparando com o in-natura, em quanto o processamento/beneficiamento eleva os preços para o consumidor?

4.3. Já tentou desenvolver outros produtos processados para venda? Conseguiu? Porque? Como?

Bloco 5 – Comercialização

- 5.1. Para quem vende a produção ? (Se tiver mais de um comprador colocar em parênteses uma estimativa da venda para cada um dos compradores)
- 5.2. Quais as principais vantagens e desvantagens de cada comprador?
- 5.3. Quando vende sua produção, recebe preços diferentes por seus produtos? A que se deve essa situação (à época do ano, qualidade, volume produzido, etc.)?
- 5.4. O que é feito com os recursos oriundos da venda da produção? Quem toma a decisão?
- 5.5. Quais os principais problemas enfrentados no processo de comercialização ? (poucos compradores, preços baixos, irregularidade na produção, questões sanitárias, acesso a mercado etc)

BLOCO 6 – Normativos, Políticas Públicas, Benefícios Sociais

- 6.1. O/a entrevistado/a recebe algum benefício de natureza assistencial ou previdenciário(Bolsa Família, aposentadoria rural, aposentadoria, etc.)
- 6.2. Recebe Assistência da Emater ou da Embrapa?
- 6.3. Que políticas públicas do Governo Federal, Estadual ou Municipal são acessadas pela família (serviços de ATER, Crédito, Programa de aquisição de alimentos, fornecimento de insumos etc)? Listar a política e em parêntese a esfera do governo que a oferece.
- 6.4. Ao seu ver, existe alguma norma (tributária, fiscal, ambiental, sanitária, previdenciária, cooperativa, trabalhista etc) que afeta positivamente ou negativamente o desenvolvimento da sua atividade? Por que? (Essas normas podem incidir tanto na etapa de produção, processamento e comercialização)
- 6.5. Que mudanças normativas e/ou de políticas públicas são mais importantes para que haja um melhor desenvolvimento da sua atividade?

BLOCO 7 – Sobre a Feira dos Goianos

- 7.1. O que vende na feira? Quantas bancas tem na feira?
- 7.2. Há quanto tempo vende nessa feira? _____ anos
- 7.3. Como chega na feira? (Carro próprio, ônibus, carona); Quanto tempo demora?
- 7.4. Como faz a decisão sobre os preços na feira
- 7.5. Tem/teve parentesco com outros feirantes?
- 7.6. É membro da Associação? Paga taxa da Associação? E o registro/taxa da Administração Regional do Gama?
- 7.7. Como o senhor(a) vê todas as mudanças que a feira sofreu a ao longo dos anos? Acredita que a “cara” da feira mudou muito? Como? Porque?
- 7.8. Acredita que há/houve competição entre os produtos agrícolas e industrializados, cds, roupas?
- 7.9. Acha que há/houve competição entre feirantes produtores e outros feirantes? De que tipo?
- 7.10. Acha que a forma de ocupação das áreas da Zona Rural do Gama interferiu na feira? Como?
- 7.11. A poluição/destruição dos recursos naturais do Gama afetou a sua produção para a feira?
- 7.12. Qual é a importância da Feira dos Goianos para você? O que essa feira representa para você?
- 7.13. Acredita que a feira cumpre uma função? Qual? (social, econômica, etc)
- 7.14. Quais as principais dificuldades que vê nessa atividade?
- 7.15. O que deve ser feito para melhorar a Feira dos Goianos?
- 7.16. Para o senhor(a), qual será o futuro desta Feira nos próximos anos?

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO B

Diagnóstico da participação de agricultores familiares na Feira dos Goianos (Gama, Distrito Federal)

Formulário de Entrevista

(Apelido): _____

1) Caracterização da unidade de produção

1. Município/UF: _____
2. Área total do estabelecimento: _____
3. Área dedicada a produção: _____
4. Tempo em que produz neste estabelecimento: _____
5. O que produz?
6. Qual a principal dificuldade na produção?
7. Do que você produz, o que é consumido pela família? Quanto?
8. Aproximadamente, quanto gasta com a produção? Com o que?
9. Máquinas e equipamentos: _____
10. Situação proprietária (é proprietário, parceiro, arrendatário, posseiro, etc.)

2) Caracterização da renda e trabalho

1. Quantidade de pessoas vivendo e/ou trabalhando no estabelecimento

a) Composição da família e mão de obra familiar:

<i>Gênero</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Parentesco</i>	<i>Trabalha na produção? (sim/não)</i>

b) Contrata alguma mão de obra de terceiros? Temporária ou integral? Como é o pagamento?

2. Desenvolve outras atividades antes de se tornar agricultor/a? Quais, aonde, por que deixou de praticá-las? Na família alguém quer continuar na atividade?
3. Aproximadamente, quanto consegue tirar por mês desta atividade?
4. Alguém da família trabalha fora da propriedade? Quais, aonde?

Comercialização

1. Para quem vende a produção?
2. Quais são os produtos finais vendidos? (in-natura, polpa, minimamente processados, etc
3. Já tentou desenvolver outros produtos processados para venda? Conseguiu? Porque?
4. Quais as principais dificuldades de comercialização dos produtos? (poucos compradores, preços baixos, irregularidade na produção, questões sanitárias, acesso a mercado etc)

Normativos, Políticas Públicas, Benefícios Sociais

1. Recebe Bolsa Família, outras bolsas, aposentadoria?
2. Tem PRONAF, Creditrabalho ou algum outro programa de apoio do Governo ou GDF?
3. Recebe/ já recebeu alguma assistência técnica da Emater ou da Embrapa?

Sobre a Feira dos Goianos

1. O que vende na feira? Quantas bancas tem na feira?
2. Há quanto tempo vende nessa feira? _____ anos
3. Como chega na feira? (*Carro próprio, ônibus, carona*); Quanto tempo demora?
4. Tem/teve parentesco com outros feirantes?
5. Paga taxa da Associação? Está satisfeito(a)? E o registro/taxa da Administração Regional do Gama?
6. Acha que existe/existiu competição entre feirantes produtores e outros feirantes? De que tipo? E entre banca de verduras e outros tipos de bancas?
7. Qual é a importância da Feira dos Goianos para você?
8. Para você, o que deve ser feito para melhorar a Feira dos Goianos?

ANEXO V

Feira do Gama- Sábado - Dia 24/10/08

Aproximação: **Você/senhor/senhora vem nessa feira todos sábado?** (explicar em seguida que está ali para fazer uma pesquisa, desenvolvida pela UnB, sobre a importância das feiras livres no Distrito Federal):

1) Todo sábado () As vezes () Raramente () Primeira vez ()

2) O que costuma comprar na feira?

Verduras () Frutas() Carnes() Roupas, CDs, bijuterias()

Outros: _____

3) Faz suas compras só aqui na feira ou também em supermercados, quitandas etc?

Sim () Não ()

4) Por que gosta de comprar aqui na feira? (se responder “pelo preço barato”, marcar pergunta 5)

5) O que compra nesta feira você acha caro ou barato?

Barato () Caro () Preço médio ()

6) Você é cliente de alguma banca em especial?

Não () Sim() Qual? Porque?

7) O que faz com que se decida em comprar em uma ou em outra banca?

8) O que acha da localização, organização e higiene da Feira dos Goianos?

	Boa	Ruim	Não opinou
Localização			
Organização			
Higiene			

9) Além de comprar, o que mais você costuma fazer na feira (almoçar nas bancas, encontrar amigos, etc)?

10) Para você, o que é um produto “de qualidade”?

ANEXO VI

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – SECAR
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
DIVISÃO REGIONAL DE LICENCIAMENTO



Ilm^o Sr(a)
Diretor(a) da Divisão Regional de Licenciamento

SOLICITANTE	
Razão Social / Nome: _____	
CNPJ / CPF: _____	
Atividade Econômica: _____	
Endereço: () Firma () Residencial: _____	
Fone Contato: _____ Alvará / Carteira Ambulante: _____	
Processo nº _____	
Requerer Autorização de Uso de Área Pública para:	
() Ocupação junto ao comércio (c / cobertura)	() Banca em feiras
() Ocupação junto ao comércio (s / cobertura)	() Banca de camelô
() Instalação de Trailer, Quiosque, Reboque	() Outdoor, Letreiro, Anúncio
() Outra Finalidade (citar) _____	
Nestes Termos	Gama – DF, ____ / ____ / ____
Pede Deferimento	_____ Assinatura
Nome/Legível	
Parecer SFP/DRFOP: _____ _____ _____ _____ _____ _____ Em: ____ / ____ / ____	
Fiscal: _____	Matrícula: _____ Assinatura: _____

ANEXO VII



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL Gabinete Deputado Paulo Roriz

MD 1686 /2007

**INDICAÇÃO N.
(Do Sr. Deputado Paulo Roriz)**

19/06/07
Assinatura de Paulo Roriz
Deputado do Distrito Federal

Sugere a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap a implementação de asfaltamento na área da Feira Livre dos Goianos, localizada na Praça 03, Setor Leste, na Região Administrativa do Gama – RA II.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere à Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap a implementação de asfaltamento na área da Feira Livre dos Goianos, localizada na Praça 03, Setor Leste, na Região Administrativa do Gama – RA II.

JUSTIFICAÇÃO

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
IND. Nº 1686/07	
Fls. Nº 01	<i>Paulo Roriz</i>

A presente proposição tem por objetivo sugerir à Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap a implementação de asfaltamento na área da Feira Livre dos Goianos, localizada na Praça 03, Setor Leste, na Região Administrativa do Gama.

A medida ora proposta é antiga reivindicação dos moradores, comerciantes e usuários da tradicional Feira dos Goianos, que se ressentem da falta de conforto naquela feira livre, e que vêm sofrendo com a poeira na época da seca e a lama que toma conta do local na época das chuvas, prejudicando sensivelmente o acesso à referida feira.

Pela relevância da matéria conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovamos a presente proposição.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2007.

Paulo Roriz
Deputado Distrital
PSM

ARQUIVO DE PLENÁRIA	
Rec. Nº 1686/07-18401	
<i>PR</i>	131757

Ar. Nº 1686/07-18401 para registro e, em	
Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2007.	
Em 20/06/07	
<i>V. Moura</i> Presidente do Conselho de Administração	